

FLÁVIA MARIA MENDONÇA SOUSA

**PSICOLOGIA DAS MOTIVAÇÕES AJURÍDICAS DO
SENTENCIAR: FACTOS QUE CONDICIONAM A JUSTIÇA
NO ÂMBITO DA DECISÃO JUDICIAL**

Dissertação alegada para a aquisição do Grau de Mestre em
Psicologia Forense e da Exclusão Social, ministrado pela Escola
de Psicologia e de Ciências da Vida da Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Poiares.

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 16/11/2016,
perante júri designado pelo despacho de nomeação nº 344/2016,
com a seguinte constituição:

Presidente: Professor Doutor José Brites

Arguente: Professor Doutor João Pedro Oliveira

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Poiares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e de Ciências da Vida

Lisboa

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cooperação e o apoio prestados no plano dessa investigação à Excelentíssima Meritíssima Ana Rita Varela Loja na qualidade de Juíza Coordenadora da Seção Criminal de Instância Local de Lisboa em consonância com os treze juízes que incorporaram nessa demanda, ao Professor Doutor Carlos Alberto Poiares e ao Professor Diogo Morais.

Eterno agradecimento!

“ [...] Uma prova testemunhal bem conduzida, gerida com rigoroso método e perícia, e valorada à luz de critérios que não são só jurídicos, mas até meta - jurídicos no sentido mais de uma vez divisado, constitui um confortante viático para se poder chegar a uma decisão equilibrada e ponderada, que aproxima o mais possível a verdade processual da verdade real, no que se consubstancia o “fazer justiça” que constitui o fim precípua do *ius dicere*”.

Ambrosini, 2006, pp.221

ÍNDICE

Resumo.....	5
<i>Abstrat</i>	6
Introdução Geral.....	9

Parte A – Fundamentação & Legitimação

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1. Psicologia na Justiça.....	16
2. Psicologia do Testemunho.....	25
2.1 Credibilidade.....	39
2.2 Fiabilidade.....	43

Capítulo II – Legitimação

1.	48
2.	62

Parte B – Estudo Empírico

1. Metodologia.....	67
2. Análise dos Resultados.....	83
3. Discussão dos resultados.....	89
Conclusão.....	95
Referências Bibliográficas.....	98
ANEXOS.....	I
Anexo I.....	II
Anexo II.....	XVII
Anexo III.....	XVIII
Anexo IV.....	XIX
Anexo V.....	XX

Resumo

A presente tese de mestrado incide na Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar em prol do estudo investigativo dos factos que condicionam a justiça no âmbito da decisão judicial. Tem como objeto de estudo a **credibilidade** e a **fiabilidade** da **prova testemunhal** no campo de ação da Psicologia do **Testemunho**. Nomeia, em termos gerais, os factos condicionadores à justiça em contexto judicial em que cooperam todos os protagonistas do processo de criminalização secundária; porém, visa o ponto fulcral dos condicionadores atentos ao aplicador na demanda da justiça.

A finalidade preside na análise preditora das potencialidades de avaliação da *GAMAS* – Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (Poiares, 2005), aplicada no Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal.

A amostra é constituída por 50 julgamentos, com o total de 264 personagens judiciais (arguidos, vítimas e testemunhas). Os resultados demonstram a validade e a consistência interna da grelha inclusive indiciam a verificação das motivações ajurídicas nas decisões judiciais – notória influência, estatisticamente significativa quanto aos tipos de comportamentos verbais e não-verbais ($p < 0,05$).

Palavras – Chave: Testemunho; Credibilidade; Fiabilidade; Prova Testemunhal e Justiça.

Abstrat

This master's thesis focuses on the Psychology Non-judicial Motivations of Sentencing for the investigative study of the facts that influence the justice. Has as object of study the **credibility** and **reliability** of **testimonial evidence** in the field of the Psychology of **Testimony**. This investigation shall appoint, in general terms, the facts that condition the justice in judicial context, in which all protagonists of the secondary criminalization process cooperate; however, the focal point of the applicator is to condition in demand of Justice.

Order chairs in the analysis of the potential predictive *GAMAS* assessment – analysis of grid Non-Judicial Motivations of Sentencing (Poiares, 2005), applied in the Local Criminal Court of Lisbon –first Section of Criminal.

The sample consists of 50 trials, with a total of 264 characters (defendants, victims and witnesses). The results demonstrate the validity and the internal consistency of the grid above indicate the verification of non-judicial motivations in judicial decisions - notorious influence, statistically significant, at the heart of the types of verbal and non-verbal behaviors ($p < 0.05$).

Keywords: Testimony; Credibility; Reliability; Testimonial Evidence and Justice.

ABREVIATURAS

Ac – Acórdão.

CBCA – *Criteria-Based Content Analysis*.

CC – Código Civil.

CV – Comunicação Verbal.

CNV – Comunicação Não-verbal.

CPC – Código de Processo Civil.

CPP – Código de Processo Penal.

CP – Código Penal.

CRC – Certificado de Registo Criminal.

CRP – Constituição da República Portuguesa.

DP – Desvio de Padrão.

EPs – Estabelecimentos Prisionais.

GO – Grelha de Observação.

IJ – Intervenção Jusp psicológica.

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal.

J – Justiça.

M – Média.

P- Psicologia.

PMAS – Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar.

PT – Psicologia do Testemunho.

PTFC – Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade.

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*.

TRL – Tribunal de Relação Lisboa.

LEGENDAS

Figura 1 - Tradução sequencial das três fases dos Processos Básicos da Memória.

Figura 2 – Esquematização da relação entre Sujeito e o Objeto.

Figura 3 – Quadro sinóptico das variáveis que afetam os julgamentos da fiabilidade quanto aos testemunhos por parte dos juízes.

INTRODUÇÃO GERAL

“There is no way to define the subject matter of psychology so that the definition will please all psychologists. Any definition turns out either too exclusive to be useful or too general to be meaningful. Yet some approximate may be sketched in”.

Marx & Hillix, 1963, p.31

São de conhecimento as vicissitudes e as variantes da globalização que no seu seio suportam as inúmeras carências e privações descortinadas na sociedade – somos parte deste mundo cingidos à problemática da Economia, da Educação, da Cultura, do Meio-Ambiente, da Socialização, da Idade, do Estatuto entre as demais. Não só se constata esse rol de problematização nos países do “Terceiro Mundo” como essa hermética é tão visível e sentida em toda a nossa existência (Louro, 2008).

Destaca-se e.g. a Economia como fator emancipador da ordem e da desordem, das desigualdades de recursos verificadas até mesmo nos países fortunados, desabrochando com maior intensidade e frequência nas “franjas” das comunidades – indigência e exclusão social. Nessa avalanche surge o défice dos direitos humanos cingidos à navegação dos interesses mundiais obstruídos à emancipação do Saber (Educação, e.g.) e mantidos na ignorância para a boa produção da garantia da autorreprodução do Poder.

Nesse discernimento sustenta Poiares (2001) que o Direito deve ser perspectivado como um eixo limitador das extensões da ordem e da desordem através das normatividades aludidas e criadas pelo Poder, o qual define e categoriza os atos lícitos e ilícitos e, por conseguinte estabelece a extensão e as consequências dos desvios. Para além de circunscrever essas extensões, o Direito tem uma outra modalidade que se reporta para a fixação de comportamentos que se reputam ser adequados em consonância com os limites definidos pelas normas ou que ocupam lugar nas margens do limite tolerado pelas comunidades ficando aqueles que se comprometam entrar em colisão com a normatividade situados num grau que é inadmissível ou que não é tolerado. Os que colidem com esses limites denominam-se por comportamentos desviantes ou disfuncionais relativamente ao padrão cingido na orla sociojurídica. Na sua culminância, a consequência emerge sob sanção, um instrumento utilitário pelo Poder político e jurídico na garantia da correção da dissemelhança que a transgressão constitui, sendo conclusivo que “Direito é [...] discurso do Poder (assim como as suas práticas), destinado a assegurar a gestão da ordem e das desordens sociais, evidenciando-se crescentemente como Ciência normativa do comportamento” (Poiares, 1999, pp. 51-56; 2000, p. 9).

Urge a “normalidade” e a “patologia” jurídica e social em função da determinação da comunidade e da instância política – Poder político, jurídico e social!

Para aniquilar esse défice dos direitos humanos há que valorar as Ciências Sociais, compreender o seu sentido e o seu conteúdo (Santos 1986; 2007), mapear a inclusão do

conhecimento no Homem e na Mulher enquanto Ser Humano – permeabilização das Ciências (*Antropociências*) (Fernandes, 1987). O direito de sermos objeto de desenvolvimento científico! Contudo, há que aniquilar também esses limites e, potenciar a inteligibilidade do conhecimento a fim de promover a notoriedade científica e social (Da Agra, 1982; 1986) existindo para tal, a necessidade de criar novos caminhos do Saber num terreiro cooperativo e assente nos trilhos da mudança e, almejar um plano de ação – *Intervenção Juspsicológica* (Poiares, 2001).

É na Intervenção Juspsicológica que coexistem a interferência e a interação entre a Psicologia e a Justiça, cujos cientistas trabalharam (e.g. Da Agra, 1982; Alonso-Quecuty, 1993; Fariña *et al.*, 2005 entre muitos outros) e, onde o Direito e a Psicologia se intercetam e se ligam entre si em territórios similares e de complementaridade.

Foi desde o início do século XX, sob natureza implícita que se profetizam as demais razões para o desejo desse encontro que, atualmente emerge de forma inequívoca e explícita em consequência dos inúmeros apelos sociais e das insistentes necessidades. O trabalho desenvolvido nesse sentido - do Direito para a Psicologia - denota o movimento dessa permeabilização nos territórios judiciais e o quanto neles postulam necessidades (Poiares, 2001).

A junção *juscientífica* ressaltou do discurso do Legislador e nas práticas judiciais operando em várias dimensões como um “intradiscurso” ou evocando uma notícia implícita (Poiares, 1999) que, no decorrer dos tempos até à atualidade, apela à Psicologia menções explícitas (e.g. a progressão de relatórios sociais para a solicitação de exames psicológicos e perícias da personalidade) - necessidade crescente e visível do saber psicológico.

Deste modo, a Justiça apela aos saberes psicológicos investigando descortinar o transgressor, ou seja, as suas emoções, o seu caráter, as suas pulsões e vicissitudes - contribuição de Freud é comparável à de Karl Marx na compreensão dos processos históricos e sociais (Rudge, 1998). São imprescindíveis as explicações dos comportamentos e do ator que os originou. O Direito por meio dos Aplicadores da Lei e do Legislador solicitou à Psicologia essa demanda que, por legitimidade às suas internalidades focaliza-se no ponto-chave: “Quem é?” e “Porquê?”, enquanto o Direito cinge o comportamento a nível externo indagando “O que fez?” e “Como fez?”, complementaridade que incita o sujeito a ser útil e competente para a sociedade (Poiares, 2001).

Foi contributivo também a mensagem de Foucault (1926-1984) aquando sublinha que a Psicologia Criminal incide em sistemas ajurídicos fazendo-a ser objeto de reapreciação pelo Saber em conjugação com Santos (1986) que acentua a divergência existente entre o saber jurídico e o conhecimento ajurídico designando “espécie de divinização ou de fetichização do jurídico” e, que a autonomia extrema do Direito em relação às ciências sociais é um facto de impedimento ao progresso de uma moderna ciência jurídica.

Facto que estipula Da Agra (2000, pp. 302-303) designar a urgência “ [...] de um pacto comunicacional entre a justiça e a ciência. Precisamos que o cientista e o jurista se visitem com regularidade. Para que a justiça seja sábia e a ciência seja justa”.

Nessa emergência de necessidades sentidas faz com que a Psicologia seja cooperante e parte estruturante do Direito. É nesta dimensão que nascem a Psicologia do Testemunho com o objetivo focalizado na credibilidade e na fiabilidade dos depoimentos prestados dos atores judiciais no plano judicial e, a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar na crescente necessidade de aperfeiçoar o conhecimento entre esta interface, relativamente no cerne dos factos que condicionam e como se encontram presentes na tomada de decisão dos juízes por meio da desmistificação da CV e da CNV.

Sendo a Psicologia uma ciência do comportamento é possível realizar uma análise, uma interpretação e uma conclusão do comportamento do ator judicial. A componente psicológica pode e deve proporcionar um melhor funcionamento no campo do Direito, inclusive quando aplicada no Testemunho (Lúcio, 1986).

A Psicologia do Testemunho tem um papel fulcral no âmbito da Justiça. A sua finalidade cinge a análise dos depoimentos prestados junto das instâncias de controlo social como a desmistificação dos erros existentes aquando articulação dos discursos – tanto verbal como não-verbal – nas audiências de julgamento, a deteção de testemunhos falsos e a compreensão de como e de que forma a verdade se prova em Tribunal e, se corresponde à veracidade dos acontecimentos (Altavilla, 1924; 2003).

“Quando se quiser persuadir alguém do grau de imperfeição da justiça humana basta pensar que, na maior parte dos casos, a convicção do juiz funda-se na narrativa da testemunha” (Carnelutti, 1927, p.172).

O testemunho não é a única prova que influência a tomada de decisão final do juiz. Existem outros fatores e/ou fatos externos aos acontecimentos que também influenciam essa

mesma decisão. Derivado a essa evidência emerge a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar com o seu objetivo focalizado na compreensão e no apuramento do significado de uma atitude e/ou de um incidente advindo de um juiz, a fim de perceber a coerência do seu funcionamento. É verídico que um sentenciador como qualquer outro Ser Humano seja falível e, isto porque, ele próprio terá de optar por diversas apreciações de testemunhos, os quais poderão ser contraditórios face a outras provas congruentes e, seleccionar aquele que entenda ser mais credível; todavia, depara-se com outros fatores que não são externos e que se encontram incorporados, ainda que de um modo inconsciente, no alicerce dos seus valores, das suas crenças, dos seus estereótipos e das suas fantasias (Louro, 2008) – características predominantes no Ser Humano e, por conseguinte também em um juiz.

Colocam-se as questões se o julgador deverá ser uma máquina ou deverá ser humano e máquina em junção, sendo a última opção comparativamente associada aos “Pratos da Balança da Justiça”, se de fato os pratos homeostáticos em conceito de Direito vingam *in dubio pro reo*? Ser máquina não será falível também?

Existirá sempre motivações ajurídicas do sentenciar como a insistente demanda da procura da verdade real, “ [...] no que se consubstancia o “fazer justiça” que constitui o fim precípua do *ius dicere*” (Ambrosini, 2006, pp.221). O importante é a continuidade dessa longa estrada que denominamos por proficiência.

Na desmistificação dessa ciência (PMAS), de certo modo, tem-se o discernimento que os juízes na sua tomada de decisão dão mais ênfase à componente verbal nos depoimentos prestados pelas testemunhas; contudo, diversos estudos apontam que a CNV tem mais relevo em relação à CV na sua decisão final.

Surge a necessidade de apurar quais os comportamentos (verbais e não-verbais) que incitam aos juízes tomarem a decisão que seguraram.

A presente dissertação confere esse estudo. Encontra-se estruturada em duas partes distintas e identificadas: a primeira parte abarca a fundamentação teórica referente aos conceitos e especificidades da temática; e, a segunda parte incorpora a própria investigação, a metodologia, os resultados e a conclusão do constructo adquirido.

PARTE A

FUNDAMENTAÇÃO & LEGITIMAÇÃO

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Psicologia na Justiça

A Justiça e a Psicologia encontram-se, desde há muito tempo, equacionadas, nomeadamente, desde a origem da obra clássica *Psicologia Judiciária* de Altavilla (Altavilla, 1ª Ed. 1925; Altavilla, 1981) e da obra publicada *Manual de Psicologia Jurídica* de Mira Y López (1932); obras que vêm sendo estudadas e especuladas para o sentido explicativo da existência de um meio de comunicação entre o saber psicológico e o Direito (interligação imprescindível). Por seu turno, essa comunicação emerge delineada sob uma forma de ancoragem criminal cujos autores e fundadores da Escola Positiva Italiana, Garófalo (1885; 1887; 1895) e Ferri (1892) mapeiam nas suas obras (Poiars, 2001).

Ao reposicionar a vertente histórica e em breve dimensão, no ano de 1868, com a publicação do livro *Psychologie Naturelle*, do autor e médico francês Prosper Despine, no qual visa e contempla os estudos de casos de graves criminosos delinquentes, em que o substrato de estudo concerne nas detalhadas informações da publicação de *La Gazette des Tribunaux* entre outras publicações similares, a Psicologia é remetida no berço das ciências que coadjuvam a Justiça. Despine foi considerado o criador da Psicologia Criminal (designação dada naquela época pelo facto dos estudos se centrarem em aspetos psicológicos do agressor). Assim eleva-se no quadro das ciências humanas, a criminologia, datada no ano de 1875 – conhecimento que se apropria do estudo relacional entre o crime e o agressor/criminoso acolhendo a área de investigação: as causas determinantes da criminalidade; a personalidade; o comportamento do delinquente; e, a forma de o reintegrar socialmente (Oliveira, 1992).

O crime passa a ter lugar a uma problemática visionada não só “ do criminoso, mas também, do juiz, do advogado, do psiquiatra, do psicólogo e do sociólogo” (Dourado, 1965, p. 7).

Bonger (1943) elucida para a existência de outros autores que anteverem Despine: Pitaval (1734); Richer (1772); Schaumann (1792); Feuerbach (1808); Lauvergne (1841); Häring & Hitizig (1842) e Avé-Lallemant (1858), bem como salienta a importância da Psicologia Criminal para todos os profissionais do Direito Penal como a Polícia, os Juízes, EPs, Hospícios. É relevante saber quais os tipos psicológicos de apetência à consumação de determinadas ilicitudes (Polícia) e terem conhecimento do grau de perigosidade para a segurança pública – proporcionalidade e necessidade de fixação de penas e/ou de medidas de caução (juízes).

Outros autores como Lombroso (1835 – 1909) intitulado pai da criminologia e fundador da antropologia criminal – estudo relacional das características físicas do sujeito e da criminalidade, titular de obras publicadas: *O Homem Delinquente* (1876) / *O Delito* (1891) / *O antissemitismo e as ciências modernas* (1891) / *A mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal* (1893) / *As mais recentes descobertas e aplicações da psiquiatria na antropologia criminal* (1893) / *Os anarquistas* (1894) e *O crime, causas e remédios* (1894) (Roque, 2010) e da Escola Positivista que fundamenta o conhecimento na experiência e na observação, atendendo ao empirismo, ao objeto de estudo que é o criminoso e não o crime ou a pena, à negação do livre-arbítrio e à crença no determinismo (Cusson, 2002) deu ênfase ao fator bioantropológico e teve como discípulos Enrico Ferri (defensor das condicionantes sociológicas), Raffaele Garófalo (ênfase ao elemento psicológico), Eduardo Correia (criminologia-Coimbra), S.Schafer (*Theories in Criminology- nyc*), C. Quirós (*Las nuevas teorías de la criminalidade- Madrid*) (Dias & Andrade, 1997; León, 2014).

A criminologia nasce com a obra de Lombroso (1876) cujo alegava que o criminoso nato era moralmente insano e com características psicológicas que pertenciam ao estado primitivo, não tinham qualquer sentido moral, tendo caracterizado seis tipos de delinquentes (Beccalossi, 2010): 1) “Nato” (atávico); 2) Louco moral (doente); 3) Epilético; 4) Louco; 5) Ocasional; 6) E o Passional.

Garófalo (1851 – 1934), jurista do século XIX, representante do positivismo criminológico e autor da obra *Criminologia. Um estudo do crime, suas causas e da teoria da repressão*, inspirado na Teoria da Seleção Natural de Darwin baseia-se no conceito da adaptabilidade psicossocial do sujeito e defende a importância do indivíduo ficando para segundo plano a problemática do crime. O criminoso distingue-se dos restantes indivíduos por sofrer de algum tipo de lesão moral resultante de uma má nutrição ou atavismo psíquico, sendo por conseguinte incapaz de nutrir sentimentos como piedade e probidade – introdução dos fatores psicológicos e morais e da Lei da Adaptação Social e Moral (Dias, 1992; Dias & Andrade, 1997).

As suas teorias gravitaram em torno do conceito de *crime natural* e acreditava que a responsabilidade criminal deveria ser aferida com base no perigo inato do infrator.

Estes autores da Escola Positivista almejam a visão de que o criminoso é impulsionado por causas que não consegue controlar e, cujas são causadas por fatores biológicos, sociológicos e psicológicos (Dias & Andrade, 1997).

Ferri e Altavilla foram práticos do Direito, através das observações e das experiências tomadas na prática forense proporcionaram no campo judiciário uma abordagem empírica no que concerne a fenómenos delinquenciais.

Os seus estudos e investigações consagraram resultados tributários em relação a novos pontos congruentes na análise da outra parte dos delitos, i. e., a parte menos questionada pelos tribunais – o comportamento dos transgressores (Poiares, 2001).

Transmitido já por Beccaria (1738 - 1764), autor que contribuiu para que fossem abolidas a tortura e a pena de morte na Itália, nos finais do século XVIII e, mais tarde na restante Europa, com interesses intelectuais plurifacetados, ficou conhecido com a sua obra *Dos Delitos e das Penas*, um notável e rigoroso manifesto de um direito penal liberal. Defensor da corrente Iluminista, teve grande influência na cultura jurídico-penal portuguesa. Marcou-se pelos seus ideais de justiça, da liberdade e da igualdade, nomeadamente, a igualdade existente entre os homens, devido ao facto de ser a única que é capaz de assegurar a liberdade no seio dos homens: “não há liberdade [...] todas as vezes que as leis permitem que, em alguma ocasião, o homem deixe de ser pessoa e se torne coisa” (Beccaria, 1766). É este ideal liberal que Beccaria transforma nas relações entre o Estado e o Indivíduo e rejeita a invasão incondicionada da lei penal como ainda refere que o único pressuposto verdadeiro para aceitar a compressão da liberdade é quando a lei penal segue exigências da sociedade. A Criminalização é o dano causado à nação, ou seja só era crime se produzisse esse fim (dano à nação), um contrato social que cingia em viver e em agir em comunidade. Define o Direito Penal como o instrumento de limitação da liberdade das pessoas, sendo na sua obra defendido a prevenção dos delitos (mais vale prevenir do que punir), prevenção necessária e elaborada através de causas externas/sociais auxiliadoras do crime. Foi o criador da política-criminal: “Para que toda a pena não seja uma violência de um ou de muitos contra outro, deve ser essencialmente pública; pronta; necessária; a mais pequena possível em determinadas circunstâncias; proporcional ao delito; e, fixada pela lei.” (Beccaria, 1766). Relativamente, aos juízes criminais incutiu de não terem poder para interpretar as leis penais, pelo facto de não serem legisladores, abarcando exclusivo poder pela culpa ou pela liberdade e, como juiz – intérprete pronunciar as palavras da Lei. Assim sendo, qualquer bom penalista deveria sempre questionar pela legitimidade do direito de punir e pela defesa da inviolável dignidade do homem. O valor do homem e a sua dignidade são incomensuráveis e invioláveis! E, assim defende que um trabalho eficiente de prevenção faz

com que não seja preciso recorrer à pena. Os seus ensinamentos focalizaram-se na Jurisprudência (Beccaria, 1766-1998).

Doravante são os positivistas os pioneiros do estudo empírico com delinquentes (da especulativa para a empírica) e, foi com Lombroso que, na sua obra *O crime, causas e remédios* (1894) emerge as múltiplas possíveis causas do crime (Cusson, 2002), o seu pensamento é criticado e reaproveitado (em sempre consideração) e, é com este pensamento Lombrosiano que surgiu em 1897, as filiações antropométricas, em 1903, as impressões digitais e, em 1911, o interesse em comparar realidades criminais (León, 2014). Gross (1893) foi o primeiro a criar uma crítica do testemunho e da prova na base do estudo dos fatores psicológicos propulsores em investigações e em julgamentos de crimes proporcionando, posteriormente, o desenvolvimento de uma ramificação da Psicologia Criminal – Psicologia do Testemunho. Laurent (1908) médico de presos desenvolveu o estudo da personalidade do delinquente (Leal, 2008).

Todos estes estudos ressaltam preocupações utilitárias que são descortinadas no sistema judicial, direcionado para a procura de soluções (Poiars, 2001).

São nos finais do século XIX que, a Psicologia Criminal abarca o seu apogeu, substancialmente, a nível metodológico (Leal, 2008). Os conhecimentos e práticas da Psicologia interseam com os do Direito com díspares problemáticas associadas à regência da Justiça, desde a avaliação da perigosidade e da personalidade criminal até à intervenção da delinquência e dos agressores e da sua reinserção social, perfazendo a par os quesitos relativos ao testemunho, à memória, à faculdade de testemunhar, à veracidade, credibilidade e fiabilidade do testemunho, o auxílio a vítimas e à investigação criminal, à percepção e assimilação das proporções psicológicas que influenciam a tomada de decisão judicial (e.g. Gonçalves & Machado, 2011; Machado, 2005; Manita, 2001). Durante as duas grandes guerras mundiais, a Psicologia Forense com o seu objeto de estudo focalizado na avaliação do comportamento humano nos diversos contextos que a própria justiça a proporciona (Gonçalves, 2010), sofreu estagnação. Porém, foram nas décadas de 40 e 50 que esta mesma disciplina e, em geral a Psicologia Aplicada, se reergueram e se desenvolveram (Manita & Machado, 2012).

Assim, em 1950, Mira Y López assegura o conceito de Psicologia Jurídica (aplicação do conhecimento psicológico aos quesitos relacionados ao conhecimento do Direito; designação genérica da Psicologia Aplicada relacionada às ações jurídicas; a Psicologia Jurídica contempla a Criminal, a Forense e a Judiciária) aquando desvenda o papel da Psicologia na

área do Direito e consagra o saber no comportamento humano como auxílio aos juízes na sua tomada de decisão. Esse autor tentou compreender como os sujeitos reagiam em circunstâncias de conflito e, para tal defendeu nove fatores classificados em três tipos: 1) Herdados; 2) Adquiridos; e, 3) Mistos.

Mira Y López (2008) defende que o comportamento de cada um apresenta, em todo o momento, características do comportamento social, i.e., há uma reciprocidade influente entre o meio social e o sujeito e, a forma de perceber será o fator mais fulcral na determinação da reação individual – a subjetividade do ser humano (relação do mundo e o *self*) (Forghieri, 1993 *cit in* Leal, 2008).

Ora, o Direito tem como pressuposto o comportamento humano, facto que o reporta para a proximidade das Ciências do Comportamento, nomeadamente da Psicologia com a finalidade de salvaguardar a Justiça e a disciplina social. A fortificar esta interface – Direito e Psicologia - existe um vasto espaço de comunicação que se acentuou em relação à penalidade e em outros aspetos de regulamentação jurídica, a partir do momento em que foi construída uma grelha de leitura do crime que assenta “numa nova lógica de perigosidade e de defesa social” ilustrada nas doutrinas de Prinz e de Dupeccio, no final do século XIX, em que a pena não abraça o ato em si mas o ator (Poiares, 2001).

Desencadeia o desenvolvimento e propensão de novos conceitos em que a penalidade clássica dá lugar a uma penalidade clínica em conjugação com a medicina das espécies em medicina clínica - a doença dá lugar ao doente, na penalidade clínica há a substituição do ato passar ao ator antissocial e, com isso a introdução do conceito *Delinquente* “emergência da Psicologia pelas questões postas pela antissocialidade e seu controlo. A Psicologia torna-se disciplina científica em razão de uma sociedade disciplinar” (Da Agra, 1986, p. 311 *cit in* Poiares, 2001).

Por conseguinte, tanto a Justiça como a Psicologia têm em comum uma história e um percurso que, ao longo dos tempos têm-se desenvolvido através de rotas de aproximação e de afastamento, de cruzamentos e de interferências o que permite existir um movimento de permeabilização que, atualmente se constata aquando há resultados de junção disciplinar no patamar dos conhecimentos e da prática (Poiares, 2001).

É consabido que, na época clássica a Psicologia era compreendida como uma ciência auxiliar do Direito, i. e., colocada em segundo plano (e.g. Lúcio, 1986).

Contudo, não faz sentido racionalizar ciências auxiliares pelo facto de coexistir a ideia de uma área do Saber ter emergido em prol de outra, mas sim perspetivar Ciências do Comportamento em um arquivo múltiplo de comunicação onde predomina a circulação da informação e é produzida a junção dos saberes. Reporta-se, desde modo, para ciências intercontributivas (Poiares, 1999) denominadas por *Antropociências* (Fernandes, 1987).

Em destaque à Psicologia Forense e ao seu campo de ação, a mesma é caracterizada como um elemento auxiliar na tomada de decisão judicial – vertente pré-sentença e, nos processos de intervenção produzidos em atores judiciais como agressores, vítimas, testemunhas e “membros” do sistema judicial, i.e., magistrados, peritos, polícias, etc. Logo, há a distinção generalizada no que concerne a Psicologia Jurídica ou Psicologia Legal ou mais específico a Psicologia Criminal ou a Psicologia Penitenciária, de acordo com Fariña *et al.* (2005), a possível definição em tribunais como “a aplicação dos princípios e procedimentos da avaliação psicológica à resolução de questões surgidas em contextos legais” (Nicholson, 1999, p. 121 *cit in* Gonçalves, 2010).

Importante mencionar que, os supra autores Fariña *et al.* (2005) defendem a ancoragem como fator decisivo na tomada de decisão judicial. Essa ancoragem é um dos processos das representações sociais que se assenta na classificação e interpretação das componentes reais sociais e, cujo permitem produzir um conjunto de significações dessas constituintes, as quais cognitivamente são integradas no pensamento pré-existente modificando-o.

Em suma, ancoragem é um gerador das articulações e funções - base da representação (Neto, 1998 *cit in* Manita & Machado, 2012): 1) Função das relações sociais e orientação das condutas; 2) Função da interpretação do real; e, 3) Função cognitiva integrativa da originalidade.

Aferir distinção e definição da Psicologia Forense relativamente às outras áreas atinentes como as Psicologias da Justiça, Jurídica, Criminal, Legal ou do Comportamento Desviante entre outras são de, modo geral complexo. Certos autores defendem que a Psicologia do Comportamento Desviante abarca maior constructo, pelo facto de compreender para além da vasta dimensão criminal um aglomerado reportório de práticas e teorias assentadas em objetos de estudo que compartilham entre si uma certa forma de desvio, e.g. desvios da norma social, legal, desenvolvimental, cultural, etc. e, cujos poderão ser patológicos ou normativos, convencionais ou não e criminais ou não – crime e delinquência juvenil, drogas e álcool, antissocial, subculturas, insegurança, prostituição, pobreza, exclusão social, estigmatização,

marginalidade, doença mental, etc. Não estão abarcados na sua totalidade e especificidade do “interface Psicologia – Justiça”, sendo preferencial pela maior parte dos autores que investigam e realizam intervenções nessas áreas, a catalogação de denominações como as de Psicologia da Justiça, Forense, Legal e/ou Criminal. Estas disciplinas não são equivalentes entre si e destaca-se no seio das mesmas - a Psicologia da Justiça nomeada e considerada pela maioria dos autores, a área mais vasta no que concerne ao núcleo de saberes advindos da Psicologia apenas à perceção, à avaliação e/ou à intervenção nos inúmeros fenómenos constituintes e derivados pela intervenção da justiça. Para alguns autores, mais os de origem francófona, o conceito da Psicologia da Justiça reporta-se para a aproximação da designação de Psicologia Legal – conceito que predomina na totalidade os domínios potenciais do trabalho que decorre na inter-relação entre a Psicologia e a Lei (Ogloff & Finkelman, 1999; Viaux, 2003) ou a Psicologia Jurídica que faculta coadjuvações para um melhor desempenho do Direito (Arce, 2005).

Para Viaux (2003), a Psicologia Forense tem como objeto de estudo todas as situações que ligam o sujeito com a Lei não negligenciando a denominação desta área aplicada da Psicologia ser conceituada pela maioria dos autores uma subárea da Psicologia da Justiça (aplicação do saber psicológico na demanda da tomada de decisão judicial) e cuja se ocupa essencialmente das ações periciais (e.g. Blackburn, 2006; Gonçalves, 2010; Gonçalves & Machado, 2011).

Por seu turno, Haward (1981) define a Forense como sendo uma ramificação da Psicologia Aplicada que se reporta para a recolha, exame e apresentação de elementos fulcrais e patentes como prova para os fins judiciais, sendo caracterizada como uma aplicação para casos de foro legal específicos.

Contudo no que concerne a Psicologia Criminal, a mesma é de definição mais simples e exata devido ao fato de ser uma área da Psicologia Aplicada que se centra no objeto de estudo do crime, do agressor, das causas motivacionais e consequências, da própria dinâmica e processamento, das faculdades da prevenção e intervenção – quesitos relacionados e diretos aquando fenómenos criminais (Hollin, 1989) pelo que, a Forense tem um vasto diâmetro de atuação nos quesitos do Direito Civil, laboral, social, familiar, etc. (Manita & Machado, 2012).

Em Portugal a relação existente entre a Psicologia e a Justiça marcam uma vasta história em que será relevante delinear marcos: em 1890, Ferreira Deusdado na sua obra *Essais de Psychologie Criminelle* salvaguarda o seu descontentamento perante as explicações lombrosianas acerca da criminalidade dando ênfase aos fatores sociais na origem do crime; em

1918, o Diretor Luiz Viegas transforma o *Posto Anthropométrico do Porto* na “Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto” – primeira menção oficial da Psicologia na área da Justiça, especificamente na avaliação da criminalidade; na Direção do Instituto de Criminologia do Porto, Luiz de Pina (1960) introduz provas psicológicas, nomeadamente, do autor Rorschach a delinquentes; e, por fim, destaca-se a Psicologia do Testemunho afirmada pela contribuição de Carrington da Costa (1954) (Gonçalves, 2010).

Entre outros autores como Freud, Adler e Jung foi irremediavelmente fulcral o contributo da psicanálise no desenvolvimento do pensamento e da cotização da Psicologia no estudo e investigação do crime e dos delinquentes (Freud, 1925). Da Agra & Matos (1997) realizaram uma abordagem metódica que consiste na observação das múltiplas ancoragens que têm havido na observação do fenómeno criminal/delinquencial e consequentemente dos seus atores (Poiares, 2001).

Em conformidade com Manita & Machado (2012), nas décadas de 40 e 50, os psicólogos são admitidos como peritos na avaliação psicológica – funcionamento psicológico do sujeito (estrutura psicológica) e na avaliação das aptidões e das responsabilidades criminais. Mas, é na década de 70 que existe um maior reconhecimento e um maior *status* cujo projeta um acresço na formação e consequentemente na literatura em relação a esse campo. Atualmente é almejado duas enormes áreas: 1) Estudo do comportamento humano associado diretamente ao processo legal – e.g. o comportamento criminal; a memória; o testemunho dos depoentes (testemunhas); a tomada de decisão do (s) juiz (es); 2) Conduta profissional do psicólogo no sistema de Justiça (promoção de guias de ética e de boas práticas – profissionalismo).

Há a necessidade e a grande responsabilidade de implementar processos de avaliações credíveis, fidedignos e adequados em muitos contextos subjugados à inter-relação entre a Psicologia e a Justiça e, uma das exemplificações no que concerne em matéria tradicional e na consciencialização da importância de um processo que reveste uma ordem eleita dos mais idóneos, eficazes, aptos e mais competentes é, irremediavelmente, a seleção de Órgãos de Polícia Criminal (Soeiro, 1999).

Todavia, há mais de 100 anos que persiste esta interface entre a Psicologia e o Direito, porém, ainda não se encontram, na sua totalidade, consistentes. Independentemente das coadjuvações da Psicologia Forense serem reconhecidas na prática da Justiça, as mesmas não são plenamente adequadas e compreendidas, pelo facto de, substancialmente, existir tensões

(auto e hétero-tensionalidades) resultantes de díspares quesitos que se incorporam no facto de estas áreas do conhecimento apresentarem conjecturas filosóficas e objetivos dissemelhantes: nas distintas teorias que se baseiam e intervêm; nas díspares concepções acerca do comportamento humano e das causalidades que assim o fundamentam; nos diversos métodos abordados; no emprego das desiguais linguagens; nos níveis de concepções de verdade, bem como nas dissemelhantes concepções da própria denominação da Lei (Manita, 1998; Rua, 2006).

Contudo, só o simples facto de patentear a crescente necessidade de os Tribunais procurarem os contributos da Psicologia Forense que se denota a eficácia desta disciplina nas necessidades e interesses do sistema judicial. Por outro lado, há um facto visível e menos agradável o do Psicólogo Forense atuar num campo repleto de opressões quer a nível jurídico ou concetual e que perfaz a limitação à livre liberdade de decidir. Com isso, há a expressa necessidade de aperfeiçoar as inter-linguagens nessas áreas distintas e, a par, o aprofundamento e a partilha do saber dos atores intervenientes de ambas. Nesse sentido, verifica-se um desenvolvimento na área da avaliação do testemunho (significativamente no testemunho de crianças vítimas de abuso sexual) associadas à avaliação da veracidade e da simulação (factores contribuintes na produção dos falsos testemunhos) e à forma de maximizar a informação adquirida e minimizar a sugestionabilidade (e.g. Bull & Carson, 1999; Cashmore, 2002).

Em Portugal, já surgem resultados práticos de investigação ao nível dos protocolos, das metodologias e dos instrumentos de avaliação psicológica (Manita & Machado, 2012).

2. Psicologia do Testemunho

Em súmula histórica, nos finais do século XIX, a Psicologia iniciou os seus primeiros passos na área forense, abarcando os estudos sobre a influência da memória nos testemunhos. Em 1896, foi registado o primeiro caso de um psicólogo como perito/técnico em tribunal. Face ao acontecimento, o alemão Albert Von Schrenk-Notzing, nos seus estudos que se declinam na memória e na sugestionabilidade (Backburn, 2006), defendeu em tribunal, num caso de triplo homicídio, a adulteração retroativa da memória das testemunhas, ação essa que veio contribuir significativamente para o crescente desenvolvimento da Psicologia no campo forense (Colman, 1995).

Porém, foi só na década dos anos 60, século XX, que se culminou a visão e a expansão da Psicologia Forense em diversos estudos de magnitude em contexto legal. Esses estudos baseiam-se na fiabilidade dos depoimentos das testemunhas oculares, nas circunstâncias em que os erros de identificação se encontram e podem ser reduzidos e, na capacidade da deteção da mentira e da simulação por parte de pessoal qualificado (Aguilhas & Anciães, 2014, p. 21). Mas, foi na década dos anos 80 que se presenciou a consistência gradual da Psicologia Portuguesa como ciência e ofício potencialmente marcados para a investigação e intervenção dos conflitos sociais (Almeida, 1993), bem como ciência auxiliar da Justiça aquando há a colocação de psicólogos no monopólio laboral, nomeadamente, na atual Direção - Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, na produção científica e na específica formação académica (Aguilhas & Anciães, 2014).

De facto, foi na década de 80 que se testemunhou sublimes contributos nacionais da Psicologia no ramo da Justiça. Vislumbrou-se nos anos de 1982 e 1987 a aprovação de uma nova Legislação Penal e Processual Penal em que é sublinhado o papel do conhecimento e das práticas psicológicas como assistentes do conhecimento jurídico. Em determinados casos são explícitos a necessidade da comparência de psicólogos qualificados no seu saber específico e, para o efeito, são postulados nos casos das perícias de personalidade (Gonçalves, 2010).

Contudo, foi com a fundação da *European Association for Psychology and Law* no ano de 1992 que ocorreu um importante marco histórico. Esta fundação homologou a promoção do conhecimento científico nos aspetos psicológicos e no funcionamento do sistema legal, visando a investigação da validade dos pressupostos psicológicos implícitos na génese legislativa (Backburn, 2006).

No abarque ao cerne da temática, a Psicologia do Testemunho é uma das ramificações da Psicologia Forense e constitui o alicerce para a investigação psicológica na justiça. O seu objetivo alude a apreciação e a valorização da credibilidade e da fiabilidade dos depoimentos alegados pelas testemunhas - o testemunho, no tribunal ou nos dispositivos de controlo social. É constatado, de facto, que as testemunhas mentem trivialmente - não sendo o tribunal um palco de teatro onde todos os seus autores participam vivamente - porém, essas mentiras podem partir dos pressupostos conscientes ou inconscientes.

Retrocedendo em contexto histórico, nos países da Índia e da China e, isto há mais de 3.000 anos, estes consideravam que as mãos suadas e as bochechas coradas e os lábios ressequidos eram indicadores de depoimentos adulterados: o que perfaz o juízo entre a verdade e a mentira não ser uma preocupação recente (Poiars & Louro, 2012).

A veracidade é um dos focos essenciais em estudo na ciência da Psicologia do Testemunho. Desde sempre foi preocupante a questão se as testemunhas diziam a verdade em relação aos factos que presenciavam e, isto não invalida que, na realidade os juízes não soubessem o que acontecia. Na maior partes das vezes, as testemunhas narram os factos baseados nas suas crenças e estereótipos que advêm da constituinte afetiva/emocional e, para que se possa atingir ou ser conduzido à verdade há que ter em estimativa os processamentos da filtragem, da seleção e da assimilação, no entanto, por via de documentos poderá ser impugnado ou estabelecido. Assim, inicialmente, efetua-se uma filtragem dos depoimentos que passam à seleção e, após entre as diversas indicações, o juiz terá que selecionar e escolher a que lhe pareceu mais fidedigna. A assimilação como última fase fundamenta a convicção de que a verdade está inteirada no seu apogeu (Poiars, 2003).

Zuckerman *et al.* (1981) defende que, em tribunal, a questionabilidade invocada à verdade judicial alega a verdade relativa e isso constitui um dilema no qual reside a mentira. Nesse contexto poderá ocorrer inúmeros fatores transitórios do agressor à vítima superando as testemunhas, daí a afirmação da verdade judicial ser só o substrato resultante e provado em tribunal. Logo, a mentira é uma constituinte indissolúvel do quotidiano e passa a ser uma índole comum nas relações interpessoais.

A função do tribunal consiste no julgamento e no castigo daqueles que perpetraram atos ilícitos, sendo levados a tribunal os discursos por estes mesmos sujeitos na perscrutação da verdade (Louro, 2005).

Assim já defendia Poiares (2001) da Psicologia do Testemunho objetivar a procura da verdade e visar um melhor saber na vertente e ramo psicológico no cerne dos depoimentos concedidos em conjuntura judicial, quer tanto pelas testemunhas como pelas próprias partes.

Sendo os depoimentos pertinentes na desmistificação da verdade, o testemunho é definido:

“[...] Enquanto forma híbrida do discurso; isto é, como uma forma que estabelece uma estranha relação entre as dimensões gnosiológica, moral e narrativa do discurso, e que, enquanto tal, implica uma outra forma de pensar a questão da verdade, da significação e do sentido” (Vilela, 2012, p. 142).

E o ato em si, no qual o sujeito certifica o acontecimento ou o conhecimento direto de um objeto: narração (*récit*) que, consiste na reintegração desse acontecimento, sendo a dimensão “do testemunho dos sentidos” a representação desse conhecimento direto; porém, no critério do valor do testemunho prever a sinceridade da testemunha, a mesma não valida, de modo algum o conhecimento que acerca do qual testemunha (Freund, 1990).

A testemunha não é só aquele que viu o que aconteceu (espetador) é também aquele que participa no que aconteceu (suporta a ocorrência). Deste modo, vislumbra ser uma figura dual com lógica e narrativa e, que patenteia o testemunho como sendo uma forma híbrida do discurso, envolvendo as relações entre o quesito da verdade, do discurso, do significado e do sentido numa outra forma de pensar, derivado ao facto do espaço discursivo ser corporizado numa relação entre a dimensão gnosiológica (quesito do erro) entre a dimensão narrativa (quesito da ficção) e entre o quesito moral (prevê a situação da mentira) (Vilela, 2012).

Em conformidade com Todorov (1995) reviver o pretérito no presente cinge diversas etapas, as quais figuram díspares estádios da vida. A primeira fase emerge no estabelecimento dos factos – apropriação do pretérito a partir de indicadores psíquicos e materiais constituintes do acontecimento (a construção de traços). O desenvolvimento entre esses traços e os factos desencadeia um processo seletivo que, primitivamente, escapa à vontade dos sujeitos. Esse processo está conjugado com um outro processo que é voluntário e consciente, o qual consiste na escolha e na retenção de alguns traços alheios ao pretérito e, cujos são considerados dignos de imortalizar. No seguimento do processo de seleção há uma hierarquização desses factos

estabelecidos - a “constituição dos arquivos”. Esta fase assenta a “prova de verdade” que questiona se estes factos detiveram realmente lugar. Separa, deste modo, as testemunhas dos criadores da ficção e os historiadores dos fabuladores. A segunda fase dirige-se para a escrita da história – a “construção do sentido” que tem como objetivo a compreensão do pretérito. A vontade de compreender liga-se a uma vocação legítima do ser humano – a “vocação interpretativa”.

Do reportado, advém duas constituintes da verdade – a verdade de adequação e a verdade de desvelamento. São verdades que se conjugam e não se excluem. Há uma complementaridade concernente nas formas específicas de verdade das díspares fases de apropriação do pretérito, i. e., independentemente dos factos estabelecidos poderem ser definitivos o seu significado poderá ser alterado, pelo facto da representação construtiva e alegada pelo sujeito no seu discurso. Relativamente, a essas duas verdades, a sua norma é intersubjetiva e não de referência (Vilela, 2012).

Contudo, já evocava o Direito:

“ [...] *Testis unus testis nullus* (um só testemunho é um testemunho nulo), logo, para que se saiba a verdade um só testemunho não basta” (Alonso – Quecuty, 1993).

Consabido que no início do século XX, foram realizadas as primeiras experiências acerca da problemática verdade *versus* mentira que, fundamentalmente se assentam nos processos cognitivos básicos – a sensação, a atenção, a percepção e a memória – tendo beneficiado mais as situações artificiais do que as situações naturais (Poiares & Louro, 2012).

Em apreciação argumentativa de alguns processos cognitivos básicos como a percepção, a mesma assenta na atribuição de significados às experiências vividas - informações que são captadas pelo plano sensorial e que chegam ao córtex cerebral (Atkinson *et al.*, 2002).

De facto, trata-se de uma experiência psicológica complexa e individual que padece da influência diversificada de fatores internos e externos ao observador.

Em conformidade com as investigações empíricas de Mira Y López (2009), as mesmas estimam resultados consistentes em relação a esse processo cognitivo: a) existe uma maior capacidade de retenção de estímulos de manhã do que de noite; b) a exatidão dos detalhes são

mais compreendidos pelas mulheres do que pelos homens; c) os acontecimentos intermediários são menos entendidos do que os acontecimentos iniciais e finais; d) o testemunho em relação a dados quantitativos é menos preciso do que a dados qualitativos; e, e) relativamente à duração das vivências em espaço temporal, os indivíduos diferem-se.

A percepção da realidade exterior é distorcida pelas diferentes propensões de cada sujeito (e.g. o desejo da realização de um acontecimento ou não – sugestibilidade “à espera”, nesse caso a consciência considera acontecido aquilo que não aconteceu ou que parcialmente aconteceu). Nessa dimensão, o testemunho do sujeito pode suportar duas retóricas divergentes: o amorfismo voluntário e consciente e, a distorção involuntária que reside nos afetos próprios de cada um. Este processo perceptivo está ligado à afetividade de cada indivíduo; autonomamente, a realidade é vista em estilos díspares quando presente à influência amórfica perceptiva dos factos, sendo infactíveis os escapes mesmo que se tencione (Ambrosio, 2010).

A percepção é também afetada pelos hábitos mentais que faz com que a testemunha seja impedida de depor acerca da presença ou ausência de outros detalhes inerentes ao facto, aliás, esse automatismo mental (hábito) ativa a testemunha no relato dos factos para além do ocorrido na realidade. Por mais que seja desejado, é inexequível extrair o hábito – ação que completa as percepções da realidade exterior de tal forma que, a pouca presença de alguns elementos satisfaz o discernimento da realidade e, por conseguinte a aceitação da presença do todo. Por resultante, esse automatismo faz com que as testemunhas tenham dificuldades em depor aquando limitadas à questionabilidade de pormenores (e.g. a cor do vestuário ou do calçado, se o indivíduo trazia um anel, se havia alguma particularidade na peça de vestuário – mancha (s), se algum objeto mudou de lugar ou, se houve mudança da conduta por parte do indivíduo que coabite), a menos que, intencionalmente foque um determinado estímulo ou situação (Mira Y López, 2009).

Mais defende que, a realidade é uma “caricatura subjetiva” pelo motivo de certos indivíduos recordarem na sua perfeição alguns dos elementos congruentes do acontecimento e outros não. Certo é, alguns indivíduos presenciarem certos factos que visam pontos dos acontecimentos e, cujos passem ignorados por outros (Fiorelli & Mangini, 2009).

Porém, no momento da percepção, existem fatores que diminuem a capacidade captativa das informações como o *stress* perante um caso de violência, em que a atenção do indivíduo está focalizada no mecanismo de defesa e, a indivíduos que se encontram sob o efeito de produtos de estupefacientes que, naturalmente afeta a apreensão da realidade e, por conseguinte a qualidade do testemunho (Mira Y López, 2009).

Por seu turno, o processo cognitivo memória está implícito no conjunto de mecanismos mentais responsáveis pelo armazenamento das experiências vividas – representações, proporcionando afixação, retenção e recordação/evocação (Atkinson *et al.*, 2002). O processo de armazenamento é persuadido, unicamente, por condições orgânicas (Mira Y López, 2009) e, a recordação é direta e afetada pelas propensões afetivas (Ambrosio, 2010).

Memória mais do que um processo de replicação é um processo reconstutivo. A recordação dos factos não é a reprodução da realidade, mas sim uma reconstrução elaborada a partir das informações lacunares do acontecimento – acontecido. Esse processo constitui uma união contínua de informações oriundas do que se observou, de pensamentos, de diálogos, de imaginações, de crenças, de emoções. É complexo e nunca é um arquivo completo de uma experiência (Sousa, 2014).

“Descrever um acontecimento passado implica reconstruir uma vivência e construir uma das verdades possíveis” (Queirós, 2012, p. 60).

Para eventos nada melhor do que a memória com valor individual por objeção a acontecimentos rotineiros e habituais e, isso deve-se aos factos dos eventos com significância pessoal serem por si de natureza emocionais o que edifica um infalível ativador da memória, assim como estes serem constantemente recuperados e relatados, o que reforça a memória – as emoções vividas repercutem-se na memória. Mesmos nos casos em que a testemunha motivada se prontifica a prestar depoimento concreto, a sua evocação/recordação é afetada por diversos fatores como o seu estado psicológico no momento; a idade; o facto observado ser distinto; as causas pessoais; as expectativas e o conhecimento prévio; o tempo; o esquema que direciona a testemunha a classificar a experiência; a informação que decorre depois do acontecimento; e, o estilo da questionabilidade – formulação de perguntas. Todos esses fatores indiciam a distorção da memória o que repercute a fidedignidade do testemunho. Muitos investigadores instigam no fundamento de que o testemunho sem erro é uma exceção (Sousa, 2014). Em suma, a memória não é inteiramente distorcida nem exata.

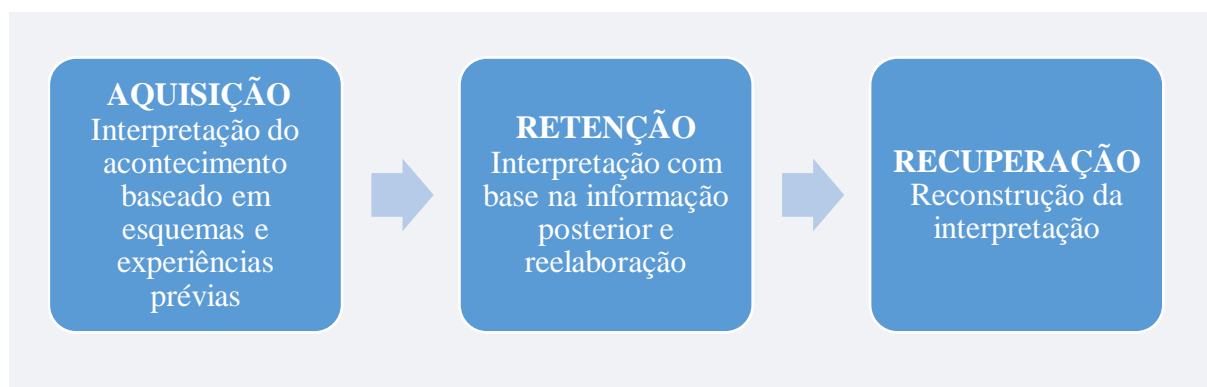
É verídico de que certos fatos dos quais adquirimos são obtidos pelo conhecimento do outro, transmissor de veras comum e o que denominamos por linguagem humana (o emissor que transmite a mensagem ao recetor), sendo possível a partilha de aventuras, de descobertas, de modo grosso, de conhecimentos e, conseqüentemente fazê-los Saber à geração seguinte. Perante tal fato, contemplamos um mundo não só apreciado com os nossos únicos olhos mas,

efetivamente, com os olhos dos outros, o que dá lugar à formação de crenças, as nossas crenças (Gleitman, 1999).

O citado juiz ainda sustenta que, relativamente à avaliação do testemunho, a mesma deverá ter três hipóteses como pontos – chaves: a) a veracidade do relato; b) o testemunho poderá ser falso em função de uma simulação intencionada – mentira; e, c) o testemunho poderá ser falso se for fundamentado em memórias distorcidas, em conformidade com os processos cognitivos básicos, pelo que a distorção pode funcionar de modo endógeno (i.e. fatores concernentes à testemunha em questão) ou exógeno (fatores externos à testemunha específica). Importante mencionar que, existem diversos tipos de memória sendo dois deles a memória semântica e a memória episódica. A episódica abarca os traços mnésicos, os quais contêm a informação central e as componentes contextuais. Há a organização de informação análoga a um protocolo temporal e espacial relativamente ao indivíduo e aos acontecimentos envolventes. Nada mais do que um fiel lembrete das nossas experiências e recordações. Este tipo de memória permite efetuar uma “viagem no tempo”, retroceder e recordar episódios e antever eventos futuros. Em relação à memória semântica, a mesma reporta-se para a acontextualização, ou seja, para as referências cognitivas relativas aos factos ou aos acontecimentos generalizados e acontecimentos em geral, não especifica a informação temporal e espacial, unicamente preserva o significado da informação e do conhecimento. Já na Psicologia do Testemunho, a semântica possui classes de denominações que incutem nos processos perceptivo e identificativo e, são utilizadas a longo prazo pelas testemunhas aquando estas propõem a interpretação e a reconstrução da experiência episódica. O efeito semântico elucida como uma mesma conduta de um indivíduo é interpretada por uma testemunha como sendo e.g. um delito ou ao invés, algo normal por uma outra testemunha. Essa memória é organizada em esquemas, ou seja, o indivíduo assimila e encaixa as novas informações num esquema concetual que por si já foi criado com outras informações pretéritas. Esse esquema processa-se no sentido de modificar as informações pertinentes e advindas da experiência, a fim de chegar a uma representação coerente e unida e que, fulcralmente, seja consistente com as expectativas, anseios e conhecimentos antecipadamente adquiridos. Assim, esse esquema é uma organização cognitiva que contém informação estruturada e onde reside mais os traços gerais do que os detalhes característicos; todavia, pode ser concreto ou abstrato, não descurando o aspeto de poder acontecer a perda ou a distorção da informação armazenada – esquecimento (Sousa, 2014).

Em conformidade com o autor decursivo, Davies *et al.* (2007) ressaltam que no processamento esquemático poderá existir a possibilidade de originar erros na memória, na percepção e no julgamento/discernimento como na memória seletiva o esquecimento, nas distorções os factos que ocorreram e nas falsas memórias os factos que não ocorreram com foco justificativo ser involuntário na reconstrução de um acontecimento pretérito a viabilidade de dizer o que se pensa e sabe do que aquilo que efetivamente é recordado. Deste modo, a memória é afetada por uma moldura mental do indivíduo que encinta nos pontos: a) os elementos informativos que encaixam positivamente nessa moldura mental são fáceis de recordar; b) os que não são fáceis de recordar são omissos ou distorcidos na memória – efeito perverso o de focar a atenção em mais aspetos relevantes do que irrelevantes; e, c) a possibilidade de ser adido elementos do acontecimento na memória que, por norma já se encontram presentes em acontecimentos similares ou da mesma tipificação mas, naquela experiência vivida encontravam-se ausentes.

Nos processos básicos da memória presidem três fases: 1) Aquisição (interpretação do evento com base nas experiências vividas); 2) Retenção (reelaboração e interpretação baseada no conhecimento ulterior); e, a 3) Recuperação (reedificação da interpretação) (Loftus, 1979 adaptado e citado em Erostarbe, 1998, p. 25) (*Figura 1*):



De imediato, a primeira descarta uma grande quantidade de informação – seletiva, que não é codificada - deriva do facto da capacidade de atenção ser limitada e preservar um número reduzido de elementos informativos. Esta fase é influenciada pelos fatores pessoais da testemunha como a idade, o trauma no acontecimento, o conhecimento prévio e os enviesamentos, a atenção, o processamento da informação pertinente, a presença do *stress*, a distinção, as características do próprio acontecimento, a duração/tempo, a relevância do próprio acontecimento e os requisitos da captação informativa. Posteriormente, na

codificação/aquisição a informação é retida – fase de armazenamento/retenção. Nesta fase sucede a recodificação da informação que abrange a repetição das causas das mesmas ocorrências ou de ocorrências análogas – “efeito de repetição” cujo provoca confusão entre os diversos acontecimentos ou, ao invés, um maior ingresso ao traço mnésico inicial em função da rede dos elementos informativos entre a codificação e a recuperação. Igualmente é implicada uma recodificação na informação que é passada da memória a curto prazo para a memória a longo prazo. Na de longo prazo, essa memória abrange a representação verbal e a visual, contudo predomina a semântica. Pela sua natureza, o intervalo de retenção origina o crescente esquecimento, pelo que a fidedignidade do traço mnésico é afetada pela consequente informação incorreta pós-acontecimento e pela consequente disputa com as outras testemunhas. Na terceira fase e última, a informação relevante é recuperada e comunicada. A recuperação depende de tarefas distintas como o reconhecimento, a recordação livre e a recordação com indícios. O reconhecimento decorre quando algo for encontrado e reconhecido como familiar como a voz, o objeto, o rosto, a pessoa entre outros, a recordação livre cinge a narração das palavras quanto aos factos presenciados e recordados pela própria testemunha e a recordação com indícios abarca o modo como são formuladas as perguntas à testemunha e a postura do entrevistador aquando as impinge – factos que afetam o teor da recuperação (Sousa, 2014).

Há que revigorar a menção das primeiras experiências que foram realizadas no âmbito dos processos cognitivos básicos, no início do século XX. Os resultados dessas experiências chegaram ao conhecimento público e provaram o insucesso dos juízes na sua demanda como a gestão dos delitos e das penas. As suas condenações e execuções provenientes da incompetência na identificação dos depoimentos que desconsideravam a realidade eram mais frequentes do que era expectável. Mas, há a possibilidade de esses depoimentos nunca desconsiderarem a realidade? Não, nem por isso. Qualquer testemunha capta o acontecimento que está a presenciar e, é através dos enviesamentos ao nível dos processos cognitivos básicos que o transformará, de acordo com as suas idiossincrasias. A resultante desse processo é o acontecido – o acontecimento após a testemunha o personalizar, o meta – acontecimento. Assim, no tribunal, toda a testemunha traz uma reconstrução da realidade e não a própria realidade.

Importante aferir que, quando não existe uma confissão ou uma detenção em flagrante delito ou provas periciais ou documentais (verdade material), o tribunal não tem outro meio senão recorrer à prova testemunhal (verdade formal). A díade central na avaliação dessa prova testemunhal reside na credibilidade e na fiabilidade (Poiars & Louro, 2012).

Segundo Sousa (2014) é objeto de interpretação a declaração da testemunha e, por conseguinte a de valoração. Saber interpretar a prova testemunhal significa inteirar tudo o que disse a testemunha. A valoração consiste e atenta a aplicação da regra da livre apreciação da prova com a finalidade de confinar a credibilidade da testemunha.

Dentro da Lei, não existe um modelo específico de valoração quanto à prova testemunhal cuja materialização seja atida ao julgador. Há que partir do pressuposto da fundamentação que a contribuição do testemunho é um ato comunicacional em que, uma testemunha (emissor) frui de um comportamento (verbal e não verbal) para transitar uma mensagem (caraterísticas congénitas concernentes à sua especificidade) que consiste na narração de um acontecimento pretérito que a testemunha/emissor viveu ou assistiu. Em termos gerais, a credibilidade pode ser definida como sendo a valorização subjetiva das declarações exatas e apreciadas pela testemunha. Atende-se que, essa valoração assenta em inúmeros fatores concernentes às caraterísticas do acontecimento e da própria testemunha – seu comportamento e conteúdo dos seus depoimentos (Sousa, 2014).

Então o que se entende por essa subjetividade do sujeito? O que forma esta subjetividade em objeto de interpretação e, subsequentemente, de valoração?

De um modo geral, a subjetividade não parte mais da interiorização da cultura e, isto deve-se ao facto da experiência no seu limite ter sido suprimida. A história individual assenta na existência de um *eu* presente em cada parecer, o qual permite a continuidade. Essa história própria é comutada pela contínua mudança do sujeito cujo adapta-se a novas situações deixando o que anteriormente abarcava a nível do Saber (Crochík, 2010).

Em conformidade com os estudos do autor, precedentemente citado, o sujeito que não tem princípios e convicções é mais adaptável aos acontecimentos do que os restantes, pelo facto de ter propensão em compreender as normas e as utilizar em seu benefício como modo de atingir os seus objetivos, todavia, nem sempre são lógicos.

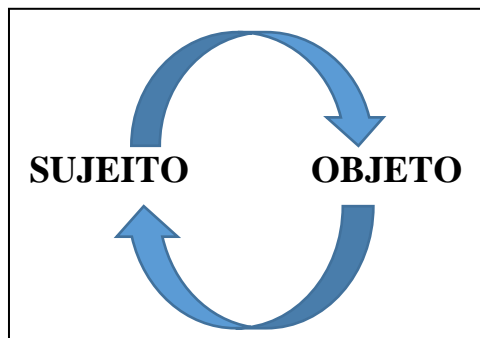
Contudo, a estruturação do sujeito ocorre na relação sujeito – objeto. A distinção entre estes dois núcleos, bem como o predomínio de um em relação ao outro acatam dificuldades na sua organização. Horkheimer & Adorno (1985) descrevem que na dissemelhança entre duas formas de falsa projeção e na prerrogativa entre duas contingências de pseudocultura (Adorno, 2004) as dificuldades são restringidas. Estes quando descrevem a falsa projeção declinam-se no predomínio do sujeito sobre o objeto – tipo a paranoia e o idealismo – e, no predomínio do

objeto sobre o sujeito – o positivismo. Na primeira situação o sujeito sem controlo projeta sobre o objeto (modo inconsciente), na segunda situação o controlo dessa projeção edifica a reprodução daquilo que é percebido (modo consciente). Assim, o conhecimento verdadeiro precisaria de ocorrer pela ação conjunta da projeção e controlo (Crochík, 2010):

“A profundidade interna do sujeito não consiste em nada mais do que a delicadeza e a riqueza do mundo da percepção externa. Quando o cruzamento é rompido, o ego petrifica-se. Quando ele se esgota, no registo positivista de dados, sem nada dar dele próprio, reduz-se a um simples ponto; e, se ele, idealisticamente, projeta o mundo a partir da origem insondável de si mesmo, esgota-se numa obstinada repetição. Nos dois casos, ele sacrifica o espírito. Só a mediação, pela qual o dado sensorial vazio leva o pensamento a toda a produtividade de que é capaz e pela qual, por outro lado, o pensamento abandona-se sem reservas à impressão que o sobrepuja, supera a mórbida solidão em que está presa a natureza inteira”.

Horkheimer & Adorno, 1947-1985, p. 176

Em súmula, a nível esquemático traduz-se na seguinte relação (figura 2)¹:



E, em que dimensão assenta esse controlo? Em que processo se desenvolve?

Em conformidade com Dela Coleta (1979) os estudos realizados dentro da dimensão “percepção social” estão comprometidos com a temática “percepção de controlo” o que contribui para uma significância em termos de estudo da percepção própria, da aprendizagem social, da psicoterapia, da atribuição de causalidade, do ensino entre outros processos.

Na década de 60 foi apresentado o constructo de *Locus de Controlo* na literatura psicológica. Esse constructo solicita a explicação da percepção dos sujeitos no que abarca a proveniência de controlo se esta é própria do sujeito (interna) ou se é concernente a alguma constituinte exterior. Constitui uma variável significativa na predição, no controlo e na alteração do comportamento.

Deste modo, a percepção de controlo é definida por Lefcourt (1976) ainda que de um modo generalizado como uma expectativa de controlos internos e/ou externos dos acontecimentos sucessivos o que presenteia dados informativos para a análise casual de fatores (sucesso ou fracasso).

De acordo com Dela Coleta (1987) o constructo *locus de Controlo* é uma variável que visa elucidar uma característica percetiva dos sujeitos em relação à proveniência de controlo dos acontecimentos, às quais se encontram cingidos. O sujeito pode compreender em como controlar esses acontecimentos ou, em caso contrário, ser controlado por fatores externos, os quais poderão ser diversos como os outros sujeitos, instituições, etc. Contudo esse *locus* altera-

¹ Esquematização de autoria do Doutor Carlos Alberto Poiares, Professor das Faculdades de Economia e de Direito da Universidade Nova de Lisboa e Professor e coordenador da área de Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante do Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

-se ao longo de um *continuum* abrangendo polos extremos: a percepção de controlo interno e a percepção de controlo externo. Na distinção entre *Locus de Controlo* e da atribuição de causalidade: o primeiro refere-se a uma característica estável do sujeito que elucida os acontecimentos mais a nível interno enquanto o segundo manifesta elucidações causais em relação a situações de inúmeros acontecimentos que envolve todos os intervenientes e não pode ser incorporado como sendo uma variável adstrita ao sujeito. Em suma e, em comparação didática, se a inteligência está para a solução dos problemas, o *Locus de Controlo* está para a solução da atribuição de causalidade em que os primeiros incidem nas características do sujeito e os segundos nos processos aplicados para cada termo. Mais fomenta que, para avaliar o desenvolvimento e a posição desse *continuum* nos sujeitos - *Locus de Controlo*, foram feitas diversas escalas sendo a mais conceituada a “Escala de Locus de Controlo Interno – Externo de Rotter”.

Em ponto assente e consonante com Altavilla (1955) há a possibilidade de o sujeito poder ser sincero sem que para tal esteja a ser verdadeiro, bem como um erro perpetrado por uma testemunha não validar, de modo direto, a falsidade do seu depoimento. A sinceridade e a veracidade são conceitos que não se correspondam. Logo, a fidelidade do testemunho não só abarca as qualidades morais da testemunha como submete-se a inúmeros fatores (e.g. a personalidade; o objeto de declaração; e, as circunstâncias do próprio testemunho).

Fundamentalmente, as testemunhas nos seus depoimentos expressam-se por meio do discurso que, é um corpo ordenado e coerente de proposições, em que denunciam as suas crenças, os seus preconceitos, as suas expetativas e os seus estereótipos. Nessas proposições há uma razão para que sejam umas incluídas e outras excluídas. Esta razão é a lógica no discurso denominado intradiscurso (Poiares & Louro, 2012).

Assim, salva Louro (2005) que é insuficiente ouvir e relatar, isto porque para testemunhar há sempre presente uma margem de interpretação, mesmo que esta seja inconsciente. Logo, de imediato ocorre a necessidade de desmistificar essa mensagem divulgada na finalidade de alcançar a veracidade do testemunho – o seu intradiscurso.

Sendo central à comunicação verbal, o discurso abarca regularmente: a) os ditos que se traduzam naquilo que é proferido; b) os não-ditos que se expressam por aquilo que não é proferido, pelo facto de a testemunha avaliar irrelevante; c) os interditos que se expressam por aquilo que não é proferido derivado ao não querer da testemunha ou, por não poder ou achar que não deve proferir; d) os entreditos que não são proferidos mas são insinuados, ou seja, os

pontos desunidos que a testemunha *à posteriori* sabe que serão unidos; e, e) os sobreditos que diversas vezes são proferidos, os quais se assentam nas repetições proferidas pelas testemunhas aquando estas pretendam enfatizar determinadas opiniões. Outro ponto importante é a comunicação não-verbal e, é esta comunicação que preceitua a comunicação verbal, a qual está circunscrevida na cinesia, na paralinguística e na proxémica. A cinesia concerne à questão da gesticulação, da posição corporal, das expressões faciais e do contato visual, enquanto a paralinguística consagra mais a forma do que a matéria que é proferida – as pausas, o ritmo discursivo e o tom vocal, sendo a proxémia reportada para a dimensão da ocupação espacial e da proximidade interpessoal (Poiares & Louro, 2012).

Doravante é pertinente e relevante o quesito como os juízes credibilizam e fiabilizam as testemunhas ou como no mesmo depoimento estes validam uns segmentos em detrimento de outros?

Efetivamente, os juízes operam como as testemunhas dos depoimentos e, esses depoimentos encontram-se no mesmo patamar que as testemunhas ficam em relação ao acontecimento. Se esse acontecimento no acontecido ou meta - acontecimento for transformado pelas testemunhas, os juízes, por seu turno, transformam esse acontecido na meta – acontecido ou meta – meta – acontecimento (processamento desenvolvido e atingido através de enviesamentos ao nível dos processos cognitivos básicos). No tribunal é verificável pela causa do desenvolvimento de um jogo tensional que é condensado no plano de interações discursivas, os atores tanto presentes (e.g. os aplicadores, os peritos, os arguidos, os ofendidos, as testemunhas) como os ausentes (e.g. o poder político, a opinião pública, a comunidade científica) a pressionarem-se de tal forma que acabam por influenciar o juiz na sua íntegra tomada de decisão. A verdade é que, as sentenças findam por adquirirem tanto motivações jurídicas como ajurídicas, por não decorrerem no seio da aplicação de princípios de Direito nos factos que, felizmente, se consideram provados (Poiares & Louro, 2012).

2.1 Credibilidade

Poiares & Louro (2012) defendem que uma testemunha pode ser particularmente credível e, esta credibilidade assenta no facto de dispor reputação acima de qualquer suspeição e não ser fiável, aquando são empregues critérios que derrubam a fiabilidade como estar desatento durante o acontecimento ou, a sua opinião foi estereotipada, fixada ou influenciada na data do acontecimento e do seu depoimento e, ou o seu posicionamento complexifica ou inviabiliza a sua percepção do acontecimento.

Na continuidade distinta e descritiva desses dois pontos – chaves da Psicologia do Testemunho: a credibilidade é um traço que se constrói, um traço de personalidade e, constitui em ser verdadeiro, a parte em que os outros nos consideram pessoas sérias – ganho do estatuto de ser credível e, está associado à posição social, económica e profissional.

Existem inúmeros estudos na psicologia que se direccionam no discernimento da credibilidade fundamentado pelo sentenciador ser influenciado por outros fatores que não abrangem a confiabilidade e a fidedignidade, mas sim nas características físicas da testemunha em que a sua credibilidade pode ser afetada. A simetria facial, a testa alta, os olhos grandes e espaçados – *baby-faceness*, podem contribuir com que a testemunha pareça honesta, bem como sorrir alberga uma certa positividade expressiva: são características peculiares atrativas que persuadem os outros a formularem julgamentos credíveis (Spellman & Tenney, 2010).

Em consonância com Ambrosio (2010), o testemunho de um sujeito acerca de um determinado acontecimento está subjacente à tríade: memória, percepção e expressão do facto. Nessa trilogia existem fatores que influenciam esses processos psicológicos que acabam por interferir na qualidade do testemunho, i. e., a credibilidade, a exatidão do testemunho. Reportando ao processo psicológico expressão de facto/acontecimento, são poucos os indivíduos que conseguem fazer uma observação precisa dos factos e conservá-los intatos a fim de os reproduzir voluntariamente.

Mira Y López (2009) refere que os indivíduos não têm “inteligência verbal” para reproduzirem, no seu ínfimo, a exatidão das suas experiências. São poucos aqueles que conseguem exprimir e descrever por palavras o que presenciaram do real.

Por este facto e, por existirem fatores influenciadores na expressão do acontecimento por parte da testemunha, há que ter em consideração certos aspetos para que a credibilidade não seja posta em causa: a) a intervenção mínima do julgador no depoimento da testemunha

(consideração pelas propensões afetivas da testemunha, pelas deduções lógicas resultante de lembranças segmentadas e pelo receio da pergunta que se traduz em equivocação); b) o ambiente do interrogatório plácido (linguagem utilizada entre interrogador e testemunha e tipos de questões); c) interrogatórios sem construções linguísticas e sem expressões técnicas ou peculiares da matéria de Direito (consideração pela inibição ou equivocação da testemunha); d) atenção do interrogador perante ao estado emocional da testemunha (vulnerabilidade da testemunha e propensão à manipulação pela parte interessada); e) evitar explorar o testemunho (possibilidade da distorção da realidade dos factos); f) Introdução de estratégias por parte do interrogador – remeter-se ao “silêncio” (Trindade, 2009); g) permitir narrativa voluntária – “relato espontâneo” (Mira Y López, 2009); h) atenção do interrogador à linguagem não-verbal da testemunha (detecção na verificação da testemunha conhecer os factos, da mentira e da prévia instrução em depor); e, i) perguntas que sejam consideradas imparciais (e. g. Quando? Onde? Quem? O quê? Como? Porquê?).

Há a pertinência de realçar que, de todas as considerações destacadas, existem testemunhas que são consideradas amorais. Elas não se intimidam com os interrogatórios e características do interrogador nem com o ambiente da sala de audiências. São depoentes que não se sensibilizam aquando confrontados em interrogatórios intensos e em ambientes com magnetismo formal – ambiente forense. Para este tipo de testemunha será necessário uma análise da linguagem não-verbal devido ao facto ser difícil a identificação da mentira (Mira Y López, 2009).

Em suma, os processos psicológicos básicos são na maioria das vezes inconscientes e são os que influenciam a captação, o armazenamento e a divulgação/exteriorização dos factos, bem como as representações. Estes *n* fatores de molde psicológico afetam, de modo direto, a credibilidade do testemunho (Ambrosio, 2010).

Em análise holística, há fatores bio-psico-sociais que afetam o testemunho: 1) as expectativas e os estereótipos; 2) a atenção e o processamento de informações pertinentes; e, 3) a presença do *stress* e do trauma no acontecimento. No primeiro ponto, as expectativas consistem no *confirmation bias* – obliquidade confirmatória, em que cinge as tendências dos indivíduos na interpretação favorável dos comportamentos e outras circunstâncias peculiares aquando circunscreve grupos sociais protegidos e de afável desejabilidade ao invés de grupos desfavorecidos que sejam conectados como estigmatizados, minoritários ou até mesmo indivíduos considerados menos inteligentes. O indivíduo procura informação válida que

confirme a sua hipótese, o que o reporta a negligenciar informação que seja contrária. Os estereótipos podem ser precisos, imprecisos, positivos, neutros ou negativos:

“ A presença de estereótipos cria preconceitos, que são também formas de juízo que se formulam a respeito de situações concretas antes de ter experiência direta sobre elas. Uma forma de preconceito, por exemplo, consiste em julgar um indivíduo, sem conhecê-lo pessoalmente, baseando-se no que se conhece do grupo ao qual pertence ou com base no que se ouviu dizer”.

Mazzoni, 2010, p. 45

No segundo ponto, a atenção assenta aquando o indivíduo se encontra ciente perante um determinado acontecimento e o recorda e, isto porque prestou mais atenção; todavia, se tiver que recordar algo que não for previsível, a recordação poderá emergir sob forma eventual e, por conseguinte negativa e diminuta. Quanto maior for o estímulo maior será a probabilidade desse mesmo estímulo ser observado (afirmação que se aplica de forma análoga ao tempo de exposição) e, é melhor recordado o facto que ocorre pela primeira vez do que os factos sequenciais de acontecimentos similares. Contudo, a atenção em relação a características díspares pode variar de acordo com o conhecimento e interesses particulares da testemunha, bem como prestar atenção e não constatar alteração significativa no objeto observável ou cenário (e. g. a experiência realizada por autores que solicitaram aos observadores que contassem o número de passes da bola entre os diversos jogadores e, sem que prevê-se, surge em simultâneo um outro indivíduo vestido de gorila cujo passa por entre os jogadores e não é notado). O terceiro ponto, reflete-se na presença de *stress* e trauma vividos num acontecimento. A noção de trauma advém de acontecimentos que são considerados pelos sujeitos como situações muito negativas e que, por si só, apresentam ser ameaças que comprometam a vida e a saúde do sujeito. É seguido por um elevado estímulo corporal e por uma sensação de ausência de controlo absoluto (e. g. *weapon effect* – o efeito de focalização na arma que assenta na existência de uma arma num cenário – crime e, capta a atenção da testemunha de forma automática, logo, a testemunha recorda bem a arma e a ofensa, porém, não recorda com exatidão a restante recordação, ou seja, a de quem perpetuou – codificação parcial) (Sousa, 2014).

No seguimento deste consenso destacam-se fatores avaliativos da credibilidade do testemunho, os quais indiciam uma estruturação em quatro níveis: 1) “Fidelidade do processo mnésico” – causa da relação entre testemunha e os factos (verificação da possibilidade da testemunha incidir em erros involuntários como enviesamentos, co - testemunhas, informação pós-acontecimento, questões sugestivas, etc.); 2) “Apreciação da imparcialidade” – causa da relação entre testemunha e as partes (qualidade pessoal da testemunha / verificação do sentido do depoimento alegado); 3) “Forma da prestação do depoimento” – comunicação verbal e não – verbal da testemunha quanto à veracidade ou não dos factos relatados; e, 4) “Conteúdo do depoimento” – estruturação, lógica e idóneo / verificação do depoimento quanto à verosimilhança, clareza e consistência) (Sousa, 2014).

Todavia, o facto de um acontecimento poder apresentar lógica, não valida que seja verdadeiro: poderá ser o contrário. É por isso que, a Psicologia do Testemunho através de uma observação direta do comportamento visa identificar a sua credibilidade e fiabilidade (Poiars, 2005).

2.2 Fiabilidade

Em consonância com Poiares & Louro (2012), a fiabilidade é um estado que resulta de elementos comunicacionais e de atitudes, os quais podem alterar de uma fração para a outra, do mesmo depoimento e, de acordo com o nível de ajustamento relativamente à densidade formal do cenário judicial como: o tom vocal, a elevação das mesas e das cadeiras, as togas, a distância; e, dos atores judiciais, por um lado, dos procuradores do Ministério Público, dos juízes, dos advogados e dos peritos e, por outro, dos arguidos, dos ofendidos e das testemunhas, no meandro de formulação de perguntas. A inevitável terminologia reporta para o berço de uma moldura, autenticamente ansiogénica.

Almejar a fidedignidade do testemunho abarca, primordialmente, uma análise prévia das relações afetivas da testemunha e do tipo de personalidade – funcionamento psicológico (estrutura da personalidade da testemunha: Personalidade Psicótica; Personalidade Neurótica; e, Personalidade Estado limite ou *Borderline*) que possam desmistificar se o testemunho é imparcial ou não (Ambrosio, 2010).

No sentido objetivo, esta imparcialidade assenta na atitude da testemunha aquando atua sem preconceitos e sem prévios desígnios sobre as pessoas, as circunstâncias ou mediante situações sobre outras coisas. Contudo, essa imparcialidade pode ser subjetiva aquando incorpora a disposição psicológica, os preconceitos, os fundamentados pré – juízos, os interesses nas partes envolventes no processo (e.g. arguido, vítima ou partes cíveis) ou o próprio objeto do processo. A imparcialidade ocorre no processo da codificação. Os factos são codificados e, sem considerações éticas ou sociais, a testemunha adota uma atitude relaxada, isenta de juízos ou discernimentos de valor, uma atitude livre (Sousa, 2014).

Craik & Lockhart (1972) defendem a teoria dos níveis de processamento em que a informação é codificada em díspares níveis que se intensifiquem e que se tornam complexos na prossecução do processamento. Esse contínuo denomina-se por estádios iniciais do processamento – “superficiais” que se assentam na codificação das caraterísticas físicas ou sensitivas dos estímulos (e. g. frequências, brilho, limites, textura, etc.) e, por estádios mais evoluídos designados por “profundos” que correspondem à atribuição do significado aos estímulos naturalmente processados de acordo com a informação que se encontra armazenada. A persistência do traço mnésico segue da fundura da análise. Esses níveis mais profundos associam-se a uma memória mais robusta, elaborada, estável e perdurável.

Contudo, muitos estudos revelam que este processamento “profundo” promove a existência e a ocorrência de memórias falsas (Thapar & McDermott, 2001).

As expetativas sentidas e os estereótipos tidos pelas testemunhas são atribuições sociais para a justificação das ações, cujas implementadas e fomentadas automaticamente produzam um processamento descendente (Erostarbe, 1998).

Reporta-se para um largo e vasto campo de investigação científica que visa o estudo de dissemelhantes variáveis condicionadoras dos níveis de processamento, tais como as palavras repetidas, o tempo de exposição em relação aos estímulos, a aprendizagem eventual, a idade, o efeito surpresa, o protótipo de apresentação dos estímulos e a “inibição do efeito de recência” (Rodrigues & Albuquerque, 2007).

A memória das testemunhas em circunstâncias emocionais arroga relevância na área do testemunho – testemunha ocular. Certos estudos divulgam que as testemunhas episódicas, emocionais não revelam recordações precisas dos fatos, não sendo influenciadas a questões sugestivas (Christianson & Hubinette, 1993).

Neste tipo de processamento descortinam-se erros que são observáveis e que se limitam a detalhes e a aspetos específicos no que concerne à narração de sujeitos circunscrevidos nos episódios (Bajos & Migueles, 1999).

Assim, há a necessidade de equacionar a diferenciação entre o que é central e o que é periférico num determinado episódio a fim de apurar e de entender os mecanismos que possam explicar e elucidar as dificuldades relevantes de acesso à memória de acontecimentos que foram constatados de forma inesperada. Logo, aspetos centrais são aqueles que estão associados de forma direta à fonte ativa emocional de um episódio enquanto os aspetos periféricos assentam na informação irrelevante (Christianson, 1992).

Ou seja, ao analisar o acontecimento em si, descortinam-se condicionantes relacionadas com as condições físicas e as características do próprio acontecimento. As condições físicas reportam-se para as características do próprio acontecimento/cenário; para a temporalidade e exposição ao acontecimento, obtendo-se como resultados: a reprodução com qualidade, i. e., um maior tempo de exposição corresponde a uma maior probabilidade de fiabilidade; a iluminação (ligação com a memória procedimental); e, a condição do sujeito assumir as características do local, onde ocorreu o acontecimento, pelo facto deste sujeito se encontrar familiarizado ou habituado àquele local. Relativamente, às características do acontecimento, há

que ter em consideração o tipo de acontecimento que se trata e o tipo de informação e conteúdo que encinta o acontecimento, pelo motivo de este poder ser neutro ou emocional (e.g. violência ou não). O tipo de informação subdivide-se em Central e Periférica, ou seja, a “Informação Central” está relacionada e é constituída por ações centrais e detalhes relacionados com o foco emocional enquanto a “Informação Periférica” encontra-se relacionada com aspetos espacial e temporal, não correspondem à fonte emocional e são irrelevantes para o acontecimento. Deste modo, as ações correspondem à comunicação verbal e à comunicação não-verbal e os detalhes às condições físicas, ao contexto, aos objetos e às pessoas. As ações estão relacionadas com a recordação e os detalhes com o reconhecimento (quando o sujeito relata as condições físicas/detalhes, estes conseguem ser mais fiáveis - relato com fiabilidade relativamente à reprodução do acontecimento, porque descreve a partir do seu conhecimento geral) (Erostarbe, 1998).

Em relação às unidades da prova do reconhecimento, Burke *et al.* (1992) defendem mais as ações centrais porque contornam as situações stressantes, de seguida a informação visual, os detalhes centrais, por fornecer menos fiabilidade e, por último os detalhes periféricos (e.g. testemunhas, Polícia, etc.), por acontecerem após o acontecimento e serem estados emocionais temporalmente diferentes.

Diversos estudos apontam que os aspetos centrais estão melhor retidos nos acontecimentos emocionais do que nos detalhes periféricos (Burke *et al.*, 1992; Christianson & Loftus, 1991).

No entanto, estudos promovem Erostarbe (1998) defender a sequência de maior relevância às ações centrais seguindo as ações periféricas, os detalhes centrais (foco emocional) e, por último, os detalhes periféricos (contexto emocional).

Estes resultados devem-se ao facto dos episódios emocionais acolherem processamento preferencial (relevância ao foco emocional) (Wells & Olson, 2003).

Em outros estudos com resultados opostos, autores da Psicologia do Testemunho revelaram que elevados níveis de *stress* associadamente em acontecimentos emocionais têm efeito negativo na memória, bem como elevados níveis de violência reduzem significativamente a precisão na identificação de elementos cruciais por parte das testemunhas oculares (Clifford & Scott, 1978; Loftus & Burns, 1982).

Porém, há outros estudos que apontam a existência de uma relação entre o desempenho mnésico e a ativação emocional – representado por uma curva em *U* invertido, o que permite indagar que níveis de ativações emocionais moderados têm como efeito a melhoria e a eficácia da prestação de depoimentos por parte das testemunhas oculares (Yerkes & Dodson, 1908).

Logo há uma consonância com a antiga hipótese do autor Easterbrook (1959) que defende existir uma restrição crescente de *n* pistas usufruídas na recordação em contribuição da amplificação da ativação emocional. Esta restrição tem efeito benéfico na construção mnésica aquando se encontra em estados de ativação moderados, excluindo, desta forma, pistas irrelevantes e dando ênfase a informação relevante.

De modo sucinto, há que ter em conta o tipo de personalidade, as tendências afetivas da testemunha e as suas rotinas pelo facto de estas características influenciarem a lucidez que a testemunha abarca do acontecimento. Por este aspeto, não há testemunho perfeito mas, é através de instrumentos psicológicos que se consegue avaliar o nível de fidedignidade descritivo da testemunha. Os processos inconscientes influenciam a captação, o armazenamento, as representações e, nomeadamente, as informações relatadas. São fatores psicológicos condicionadores que atuam de modo direto na qualidade do testemunho. Todo o acontecimento constatado é interpretado por cada sujeito e esta interpretação é composta pelas expetativas, conhecimentos antecipados e por emoções. Todavia, no processo de armazenamento estas recordações passam por fatores de disposição interna e externa como a influência de comentários de outros sujeitos acerca do acontecimento, os órgãos de comunicação social, etc. (Ambrósio, 2010).

Em breve nota sobre o conceito testemunho e, na oposição existente entre “relato histórico” e o “relato de ficção”, Ricoeur (1999) prediz que na construção de enormes acontecimentos históricos a representação deste pretérito desmistifica-se numa encenação, um processo que vai da recordação clara à recordação reflexo. Assim, em significado metafórico citado pelo autor há a transparência da problemática do traço e do testemunho como a nítida separação díspar entre fotografia e a cópia:

“Neste ponto, encontra-se em jogo o destino da ideia de mimeses. Um retrato não é uma cópia, na medida em que é uma interpretação, ou melhor, uma procura da verdade mediante a interpretação. Talvez se devesse dizer a mesmo da fotografia. Se pensamos em Cartier-Bresson ou em Doisneau, dar-nos-emos conta de que uma fotografia, tal como o retrato, é uma configuração que pretende concretizar uma reconfiguração. Também se trata de alcançar uma fidelidade que se encontra mais além da duplicação da cópia. O retrato e a fotografia, quando alcançam a sua maior perfeição, dependem da fase da elaboração imaginativa da recordação e, mediante esse processo, remetem para o problema da fidelidade”.

Ricoeur, 1999, p. 82

Em súmula, o testemunho pode conter erros de perceção (*stress*, tendências afetivas, violência, distorções psicológicas inconscientes, etc.), de memória (repressão, crenças, novidade de outras informações concernentes, sentimentos aflitivos, condições orgânicas, etc.) e de expressão de facto (ausência da inteligência verbal, tipos de questões, ambiente constituinte da sala de audiências – todos os intervenientes judiciais e da linguística utilizada entre o interrogador e a testemunha).

Relativamente ao Direito, a importância reporta a efetividade dos factos – factualidade provada e, nem sempre salvaguarda a relação direta com a veracidade psicológica das testemunhas.

Neste campo, o conhecimento opera que cada sujeito possui uma visão pessoal da realidade, a qual poderá gerar e visar díspares interpretações - facto existente no cerne da mente capacitar e conservar informações advindas dos acontecimentos/evento associadas aos fatores intrínsecos e extrínsecos à testemunha (Ambrosio, 2010).

O objetivo da presente investigação assenta nas motivações ajurídicas do sentenciador no âmbito da Psicologia do Testemunho e das Motivações Ajurídicas do Sentenciar.

CAPÍTULO II

LEGITIMAÇÃO

1.

Na incessante procura da verdade em Tribunal, há que ter em conta três atores judiciais que são fundamentais: o(s) arguido(s); a(s) vítima(s); e, a(s) testemunha(s). Estes são os impulsionadores e dirigentes do processo de criminalização em junção com o aplicador da Lei: juiz(es), ministério público, perito(s) legal(ais) e advogado(s). Todos eles têm um papel específico e distinto nos processos de enviesamento e de complementaridade, havendo lugar a uma articulação discursiva de variados Saberes. Desde modo, é imprescindível uma aproximação do trabalho desenvolvido pela Psicologia do Testemunho com a Psicologia das Motivações Ajurídicas, pelo fato desta se formar na certeza do sentenciador, fundamentada nos testemunhos alegados em contexto judicial (Poiares, 2008).

Face ao exposto e, sob o ponto de vista da Psicologia do Testemunho, a fiabilidade da observação dos depoimentos estabelece-se nos critérios do conteúdo visando valorar a veracidade do testemunho, ou seja, a credibilidade das declarações prestadas em contexto judicial validando-se dos princípios da realidade. Para almejar esse facto é necessário dispor de alguns conhecimentos acerca das capacidades verbais e intelectuais do depoente - situação falível face aos atores judiciais (Raskin, 1994).

Em estudos realizados sobre a memória do testemunho presencial (em cenário judicial) em que os juízes têm que descortinar a credibilidade verificaram que a correlação entre a auto-evolução da credibilidade dos testemunhos e da credibilidade estimada pelos juízes era significativa (Wells, Ferguson & Lindsay, 1981).

Facto corrompido por Leippe (1980; 1994) que afirma ser uma correlação muito baixa em uma escala de sete pontos, a qual visa os juízes valorarem a credibilidade do testemunho com base nos aspetos verbais (CV) e não-verbais (CNV) (Erostarbe, 1998).

Os juízes que estão de acordo na valoração da credibilidade manifestada por um testemunho não significa que descortinaram-na corretamente e, que a auto – evolução da credibilidade seja a mais válida para o alcance da fiabilidade. Assim, há que ter altas correlações entre duas variáveis preditoras - as atribuições dos juízes relativamente à credibilidade dos testemunhos e a auto- evolução da credibilidade dos testemunhos (Wells & Murray, 1984).

De modo sucinto é representado as variáveis que afetam os julgamentos da fiabilidade concernente aos testemunhos por parte dos juízes (esquema adaptado por Leippe, 1994 *cit in* Erostarbe, 1998, pp. 84 – 85):

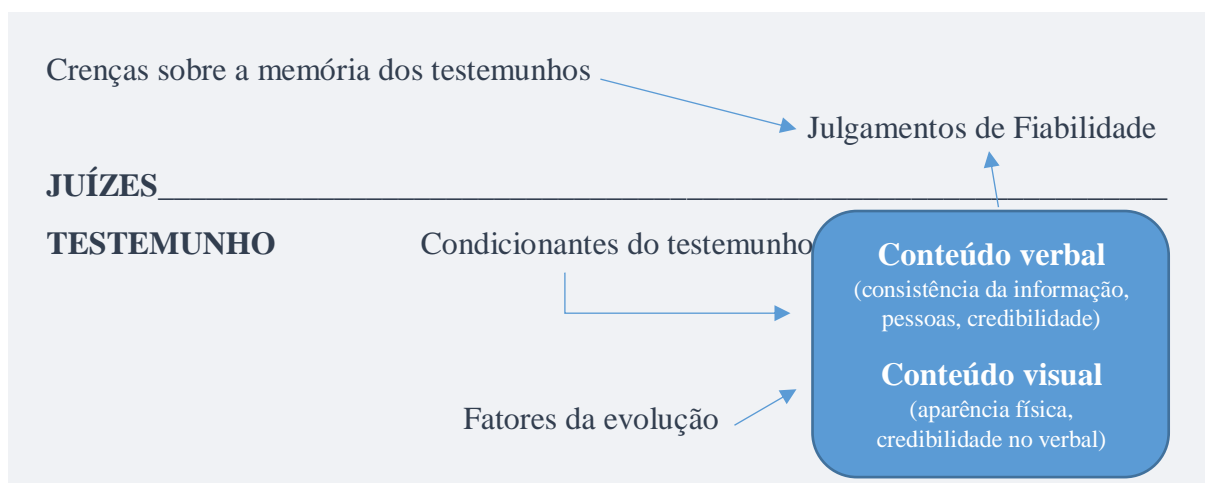


Figura 3 – Leippe (1994)

O processamento automático induz a verdade enquanto o processamento controlado prediz a mentira. Para descodificar e verificar a verdade da mentira existem métodos avaliativos – instrumentos que não são científicos mas, que são usados para alcançar alguma informação e, a partir desta obter uma base (e.g. instrumentos peniano e pupilar; o soro da verdade; a ressonância magnética;...) – desmistificar como a ativação fisiológica pode ou não favorecer a fiabilidade.

Outros instrumentos de avaliação científicos como o *Assessment Criteria Indicative of Deception* (ACID) combina critérios aos do CBCA correspondente a entrevistas de avaliação cognitiva que se assentam em uma análise qualitativa do relato da testemunha em contexto judicial e, que avalia a presença de critérios que especificam indicadores de credibilidade e validade - método multifacetado, um complemento de um procedimento mais completo (SVA – Avaliação da Validade das Afirmações) que, permite distinguir alegações verdadeiras de alegações falsas (em crianças) (Aguilhas & Anciães, 2014) e critérios do *Reality Monitoring*. As junções dos critérios de ambas as entrevistas cognitivas tornam o ACID mais extenso a nível das respostas e do número de detalhes no decurso da fase mnésica da entrevista proporcionando a espontaneidade e a vividez do declarante bem como a demonstração da linguagem cuidada e o possível controlo da informação por parte do mentiroso (Sousa, 2014).

Já mencionado por Beccaria (1998): “A verdadeira medida da credibilidade não é senão o interesse em dizer a verdade [...] A credibilidade deve diminuir proporcionalmente com o ódio, com o amor ou com a intimidade entre as testemunhas e o réu e, naturalmente, quando verificamos contradições no comportamento verbal ou entre o comportamento verbal e não-verbal durante o depoimento das testemunhas”.

A valoração do testemunho consiste nas linguagens verbal e não-verbal da testemunha suscetível de facultar indícios acerca da veracidade ou não dos factos relatados. No que concerne à linguagem não-verbal (corporal), a mesma revela inconscientemente as intenções do sujeito, pelo que é considerada a comunicação de difícil controlo e alteração. Assim, o sujeito dá mais ênfase à linguagem verbal por esta ser mais importante na troca de informação do que à linguagem não-verbal, reportando-o para uma consciencialização da verbalização e esquecimento da postura corporal (CNV). Pela mesma razão, quando o sujeito mente tem mais êxito na CV do que na CNV (Sousa, 2014).

Foram desenvolvidos estudos acerca da deteção da mentira por meio do CV e CNV a partir dos métodos *Statement Validity Assessment* (Avaliação da Validade dos Depoimentos) e do *Reality Monitoring* e, concluíram que os mentirosos falam em tom mais agudo ou alto, fazem menos movimentos com as mãos, dedos, braços, pernas, pés, menos gesticulação aquando depõem verbalmente, mais pausas e com maior latência nas respostas, i. e., quando o discurso não se encontra preparado por parte da testemunha, a probabilidade de mentir é maior do que dizer a verdade, bem como a existência de mais erros de discurso em função do esforço cognitivo e/ou do fator ansiogénico. Essas condutas normalmente surgem quando a testemunha mente do que propriamente fala a verdade. Em reforço aos estudos elaborados sobre os mentirosos, no ano de 2006 foi realizado outro estudo no âmbito dos estereótipos sobre a mentira. Totalizou 75 países, incluindo Portugal, sendo que a hipótese formulada abarcava a existência de um estereótipo comum do mentiroso ou em hipótese alternativa, estereótipos culturais característicos. Foram obtidos como resultados a maioria da aversão à afixação do olhar - o contacto visual com o interveniente (magistrados/advogados/procuradores) e, por ordem decrescente os resultados relativamente ao fator ansiogénico; de seguida, a incoerência dos seus depoimentos; a CNV (movimentos do corpo, especificamente as expressões faciais); as inconsistências verbais; enchimento do discurso com palavras como “Ah’s/Uh’s”; as pausas durante o discurso e a cor do rosto, os movimentos dos braços, mãos e dedos (CNV); a velocidade do discurso; ruídos de sufocação como suspiros; a intensidade da voz; o olhar; o suor; movimentos direcionados a objetos, cabeça, vestuário e, por último a utilização de fracos argumentos e sem lógica (fraca linguagem verbal). Perante tais factos, o estudo revelou um padrão cultural consonante com as crenças sobre a mentira, no que concerne a aversão à fixação do olhar, ao fator ansiogénico (nervosismo), às desordens nos discursos e aos movimentos corporais, especificamente do tronco. Relativamente, às diferenças culturais, o primeiro indicador que é a aversão à fixação do olhar, foi o que mais se denotou. Embora, esses

indicadores não sejam genuínos, i. e., objetivos, científicos na conduta de um mentiroso, o estudo explica que: “Os estereótipos sobre a mentira visam desencorajar a mentira. Eles não pretendem ser descritivos [...] eles incorporam uma norma universal. As crianças devem ter vergonha de mentir aos pais e os mentirosos devem sentir-se mal. Mentir não deve ser compensado e os mentirosos devem ser apanhados [...] como veículos de controlo social, estes estereótipos são transmitidos de uma geração para outra [...]”. Neste seguimento, o mentiroso deve sentir-se envergonhado e deve exibir sinais de submissão, dissimulação e de retração; traídos pela sua conduta (CNV) são congruentes com as suas crenças e normas sociais.²

Meiling *et al.* (2010) definem os estereótipos subjetivos mais comuns da mentira no que concerne os indicadores não-verbais: a aversão à fixação do olhar; da frequente mudança de posição; as automanipulações, i. e., diversos toques no próprio corpo (tiques incluídos e.g., tocar na cabeça); mais movimento das mãos e dos braços e, cujos servem para completar ou retificar o discurso verbal; mais movimento das pernas e dos pés; o pestanejar com maior frequência; discursam mais devagar; e, têm mais latência nas respostas, pelo que, são indicadores objetivos da CNV: a intensidade do tom de voz; as perturbações no discurso; e, as pausas que são consequentemente mais longas. Em relação aos estereótipos mais comuns sobre os indicadores verbais da mentira, os mesmos concernem: a inconsistência das mentiras e a quantidade de informação irrelevante, pelo que, são indicadores objetivos da CV: as mentiras parecerem menos plausíveis, menos detalhadas, mais curtas e com mais afirmações negativas, o mentiroso tem menos autorreferências e dá mais respostas indiretas.

Como dizia Beccaria (1998): “O juramento exige que o réu seja verdadeiro que, por sua vez, tem o maior interesse em ser falso”.

Prestar falso testemunho perante Tribunal ou funcionário competente constitui crime nos termos do Artigo 360º do CP³ e é punível com pena de prisão que pode ir até aos cinco anos ou com pena de multa que pode ir até aos 600 dias.

O bem protegido em que a doutrina e a jurisprudência têm incessantemente trabalhado é, fundamentalmente, a implementação e a realização bem como a administração da Justiça

² *A world of Lies. The Global Deception Research Team*,
<http://peter.banton.perso.esil.univmed.fr/Papers/Aworldoflies2006.pdf>, pp.60-70.

³ VÍCTOR DE SÁ PEREIRA & ALEXANDRE LAFAYETTE ESTEVÃO DA SILVA (2014). *Código Penal Anotado e Comentado*.

como função imprescindível do Estado. Sendo o falso testemunho um crime de “perigo abstrato” considera-se que uma declaração falsa não seja de todo prejudicial no apuramento dos factos provados, i. e., “[...] o fundamento do ilícito é logo a própria declaração falsa, independentemente da consideração da sua efetiva influência na decisão” (Medina de Seíça, cfr. Artigo 360º do CP, 2001, p. 470).

“A previsão penal do falso testemunho visa a proteção do bem jurídico, realização da Justiça, não estando ao serviço de um propósito de natureza gnosiológica que consiste na descoberta da verdade *qua tale* [...]” (Medina de Seíça, 2001).

O dever de responder posiciona-se, respetivamente, aos factos que são juridicamente relevantes para a confirmação da existência ou não de um crime, para a punibilidade ou não do arguido e, por conseguinte para a sua pena (acusação) ou não (absolvição) (cfr. Artigo 124º, nº 1 do CPP)⁴.

Esse dever almeja todo o depoimento atinente ao objeto de prova, independentemente de se tratar de situações primordiais ou não para a decisão judicial a estipular (narração que se considera positiva). Contudo, se o sentido da declaração prestada for do tipo incriminador, incitando alterações na interpretação da narração positiva, ou seja, narração negativa, almeja como consequência a omissão daquele(s) facto(s). Trata-se de um crime de “perigo abstrato” e de “mera atividade” e, essa omissão só será relevante se conduzir o juiz a induzir em erro. Tendo sido prestados falsos depoimentos em que sejam considerados falsos meios de prova e que tenham sido decretórios na decisão, no âmbito do Processo Penal há a fundamentação da revisão da sentença transitada em julgado (Sousa, 2014).

A prova testemunhal pode ser explicada como sendo uma “declaração de ciência” que tem como objeto a narração (sob juramento) de um ou mais factos pretéritos ou atuais que a testemunha tem conhecimento, o qual poderá ser direto ou indireto. Caraterizada em uma declaração de ciência, a testemunha/declarante é obrigada a depor mesmo a desfavor da sua vontade. Ela deve revelar o seu conhecimento, relatar os factos *de per si* e sob juramento dizer a verdade (elucidada de constituir um dever público que acarreta um dever de cooperação e de solidariedade social). É uma prova representativa devido ao facto da testemunha fazer a

⁴ FERNANDO GAMA LOBO (2015). *Código De Processo Penal Anotado*.

reconstrução dos factos que percecionou. Todavia, esta prova advém de um terceiro e não de uma das partes, que intervém a nível instrumental contribuindo e colaborando, com o seu conhecimento, para o apuramento da verdade. Em suma, é uma declaração, uma prova decisiva para a resolução do litígio, que é provocada por uma das partes ou pelo juiz, formal (não são formuladas perguntas ardilosas ou injuriosas, sugestivas) e, por regra geral é oral, exceccionalmente escrita prestada num determinado processo pendente. Ao contrário do Perito é uma declaração prestada por pessoa idónea e aleatória (as partes não predestinam e não determinam) (Sousa, 2014).

Relativamente à confissão judicial escrita, de modo sucinto é feita em depoimento por escrito (cfr. Artigo 463º, nº 1 do CPC⁵) ou por mandatário judicial ou procurador autorizado para esse fim (cfr. Artigos 38º e 356º, nº 1 do CPC), bem como a confissão extrajudicial em documento reportado à outra parte têm vigor corroborante contra o confesso (cfr. Artigo 358º, nº 1 e nº 2 do CPC). Essa mesma confissão está catalogada em três aspetos: na simples (quando o facto é reconhecido sem qualquer condição ou reserva e não são colocados outros factos ou facto que afete o primeiro); na qualificada (quando o facto é autenticado com outra apreciação); e, na complexa (quando em junção com o reconhecimento dessa outra apreciação ou eficiência jurídica, a outra parte alega outro facto que destrói o resultado da confissão). Contudo, quando se trata de prova documental que se encontre dependente da aquiescência da parte oposta e, cuja prova tem “força probatória plena”, a aquiescência não tem de ser manifestada (Sousa, 2014).

Os resultados obtidos da prova documental poderão embater com outros meios de provas legais, nomeadamente, as periciais, as de inspeção, as jactâncias judiciais e as declarações de parte (meios de “apreciação livre” no que reporta às últimas duas). O legislador quando determina a valoração de uma prova incute em critérios de analogia, perseverança ou de regularidade jurídica e se estão reunidos esses pressupostos ele edifica qual será a razão de valoração. Se existir embate entre as confissões judiciais escritas ou extrajudiciais e o depoimento presencial, proemina a primeira (cfr. Artigos 356º e 358º, nº 1, nº 2 do CC⁶; Freitas, 1991).

⁵ Código de Processo Civil (novo) (versão atualizada). Lei nº 41/2013, de 26JUN.
Consulta em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis

⁶ Código Civil (versão atualizada). DL nº 47344/66, de 25 NOV.
Consulta em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis

As confissões que são reportadas para documento fidedigno ou próprio são provas plenas em relação à existência de material de declarações de ciência (narrativa positiva); os factos provados com exatidão e, que se encontram estabelecidos nesse documento faz prova plena em contraposição das declarações proferidas pelo declarante se estas foram ao contrário. Por seu turno, o documento fidedigno faz prova plena àquilo que a autoridade disse que fez (factos praticados pela autoridade e.g. os Órgãos de Polícia Criminal na elaboração dos Autos de Ocorrência); porém, a força probatória plena desse documento fidedigno não acarreta a veracidade ou a sinceridade emanada pelas partes declarantes prestadas à autoridade nem denota indícios ou “vícios de vontade”, declara sim a prova de que unicamente foi realizado. Assim, na existência de embate entre os resultados da prova documental e na consistência e dotação de força probatória plena de um documento fidedigno, proeminará esse documento (próprio ou fidedigno). Relativamente à existência de uma prova pericial que entre em impacto com uma prova testemunhal e, tendo em vigência a verificação na íntegra dos pressupostos fidedignos na apreciação de prova pericial (cfr. Artigo 389º do CC) (Sousa, 2014), quanto ao Perito que a realizou e o conteúdo científico emanado, ou seja, atendendo ao profissionalismo do Perito, o seu conhecimento, a sua experiência profissional e as suas competências (e.g. proferir conclusões/resultados de forma consistente, clara e com objetividade sem inexistência de algo pendente) e na apresentação do parecer que incumbe teorias e técnicas científicas utilizadas e aceites a nível internacional de ídolo científico atendendo informação sobre o erro e o grau de inconstância dos dados adquiridos, bem como fomentar base suficiente dos factos e dados entre outros factores cruciais, em suma: “[...] a prova pericial mais apropriada é aquela que se apresente melhor fundamentada e veicula maiores razões de ciência e objetividade.” (Urrea, 2008, p. 17), o juiz a partir desse parecer elabora uma análise crítica a fim de obter uma certeza, adotando ou não as conclusões/resultados desse parecer e, dos quais arrancará as “máximas da experiência” imprescindíveis para a apreciação dos factos que sejam relevantes - valora as “máximas de experiência especializadas” do Perito/Técnico aplicando as “máximas de experiência comuns” a fim de obter capacidade crítica de apreciação e de compreensão, conforme o estipulado no Artigo 163º, nºs 1 e 2 do CPP –

“O que significa [...], exatamente, livre apreciação da prova, valoração desta segundo a livre convicção do juiz? [...] se a apreciação da prova é, na verdade, discricionária tem evidentemente esta discricionariedade [...] os seus limites que não podem ser licitamente ultrapassados: a liberdade da apreciação da prova é, no fundo uma *liberdade de acordo com um dever* – o dever de perseguir a chamada “verdade material” -, de tal sorte que a apreciação há - de ser, em concreto, reconduzível a critérios objetivos e, portanto, em geral suscetível de motivação e de controlo [...]. [...] Do mesmo modo, a “livre” ou “íntima” convicção do juiz, de que se fala a este propósito, não poderá ser uma convicção puramente subjetiva, emocional e portanto imotivável. [...] Se a verdade que se procura é, já o dissemos, uma verdade *prático – jurídica*, e se, por outro lado, uma das funções primaciais de toda a sentença (máxime da penal) é a de convencer os interessados do bom fundamento da decisão, a convicção do juiz há - de ser, é certo, uma convicção *pessoal* – até porque nela desempenha um papel de relevo não só a atividade puramente cognitiva mas também elementos racionalmente não explicáveis (v.g. a credibilidade que se concede a um certo meio de prova) e mesmo puramente emocionais – mas, em todo o caso, também ela uma convicção *objetivável e motivável*, portanto capaz de impor-se aos outros. Uma tal convicção existirá quando e só quando [...] o tribunal tenha logrado convencer-se da verdade dos factos *para além de toda a dúvida razoável*”.

Dias, J. F., 2004, p. 202 *Cit in Acórdão Sentença*⁷

- entra em impacto por conclusões vencidas numa perícia, por observações/argumentações do Perito (cfr. Artigo 155º do CPP) e/ou por perícias que opinam conclusões/resultados divergentes.

Em suma e, de acordo com o juiz Sousa (2014) se está pertinente o apuramento de um facto e a solvência depende de apreciação científica e, atendendo ter uma prova pericial que

⁷ Ac. Sentença 5996/14.2 TDLNB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa (Ac. TRL), disponível em www.dgsi.pt

abarca todos os pressupostos científicos concernentes, esta sobrepõe-se sobre o parecer de um menos merecedor. De salientar que, quando se trata de um discernimento sobre a intenção de matar (colocar termo à vida de terceiro), essa intenção não abarca um discernimento científico ou artístico, nem técnico e nem muito menos um discernimento de técnica médica. A intenção de matar é apenas um discernimento de probabilidade, da eventualidade de futuramente se concretizar, pelo que não está sujeito a “valor probatório” consagrado no Artigo 163º, nº 1 do CPP. Relativamente ao Artigo 159º, nº 1 do CPP (*Perícias Médico-Legais e Forenses*), Lei nº 45/2004, de 19AGO⁸, as perícias que são realizadas pelas Delegações e pelos Gabinetes Médico-Legais do INML beneficiam do valor corroborante cingido no Artigo 163º, nº1 do CPP. Quando são apresentados pelo arguido, no seguimento da audiência de julgamento, relatórios de avaliação psicológica que concernem o estudo da personalidade do próprio por um psicólogo clínico e/ou avaliação psiquiátrica por médico-psiquiatra (relatórios não consignados nos termos do Artigo 159º do CPP) e, cujos técnicos profissionais são constituídas testemunhas no processo, os mesmos não abarcam à norma da prova certificada na disposição citada do Artigo 163º, nº 1 do CPP, pelo que ficam sujeitos à “livre apreciação” do Tribunal (cfr. Artigo 127º do CPP; e.g. Ac. Sentença 7619/14.0 TDLSB⁹).

Em conformidade com o Artigo 163º do CPP, as provas que não sejam de ídolo científico são provas que se articulam por uma razão indutiva enquanto as provas científicas são estruturadas por uma razão dedutiva.

De acordo com a especificação de Sousa (2014), o *paradigma da verosimilitude* almeja valorar os resultados das provas científicas equacionando três aspetos: 1) o que se tem de substancial de observações e de dados atinentes às provas científicas sobre a hipótese X em relação à hipótese Y; 2) a partir desses resultados/dados, o que deve o juiz credenciar (“crer”); 3) o que deve fazer o juiz. O ponto 1) competente ao Perito/ Técnico, o qual deverá interpretar a avaliação da perícia feita em laboratório para o efeito e comunicá-la à autoridade judiciária, expondo as conclusões que se apresentam melhor fundamentadas e que difundem as maiores razões de ciência, bem como objetividade (Urrea, 2008). O ponto 2) concerne ao juiz a apreciação da veracidade das hipóteses atendendo não só os dados científicos, mas também os dados resultantes das outras provas (que não científicas) em matéria de facto, o qual delineará a sua decisão a partir desse conjunto de provas produzidas e, pelo princípio da “livre apreciação

⁸ Diário da República I Série A Nº 195, de 19AGO2004 (Diário da Assembleia da República).

⁹ Ac. Sentença 7619/14.0 TDLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa (Ac. TRL), disponível em www.dgsi.pt

da prova”. Como invoca Sousa (2014, p. 360): “[...] o juiz valora a prova e não é propriamente o perito dos peritos”, determina sim o que há-de apreciar acerca da hipótese em consonância com a análise à luz da prova pericial e restantes provas destacadas no processo. Urge, de facto, a dissemelhança entre o paradigma da verosimilitude e da particularização, não se individualiza nitidamente a função do perito e a do juiz. O ponto 3) corresponde ao *Standard* da prova, ou seja, a partir da apreciação há que verificar se é satisfatório o que se “crê” para se poder comprovar uma das hipóteses e agir em analogia. Importante referir que, esse *Standard* da prova é uma questão política e de valoração no que reporta à tolerância disposta no sistema em relação aos erros que podem ocorrer na decisão, e.g. declarar provado facto que é falso e/ou declarar facto não provado que é verídico.

No que reporta ao impacto da prova testemunhal com a prova por inspeção (inspeção judicial; cfr. Artigo 391º do CC), esta última, por excelência, é uma prova direta com grau de convicção superior e que se sobrepõe aos meios de prova apresentados de modo indireto - o juiz através dos seus sentidos avalia o objeto e/ou local. Esta prova sobressai e vigora face à prova testemunhal.

No impacto da prova testemunhal com as jactâncias/presunções judiciais e, de acordo com o Artigo 351º do CC, num “sistema de persuasão racional”, a prova (direta ou indireta) abarca igualdade hierárquica, tendo em conta a possibilidade de incutir na disposição da convicção do julgador. As presunções podem constituir uma “prova plena” e sobressaírem face a provas diretas casualmente divergentes (Lombardo¹⁰, 1999).

O juiz é livre de conceder maior valor probatório a uma diversidade de elementos indiciadores em relação a resultados adquiridos de uma prova testemunhal (Ambrosini, 2006). O importante é que este resultado corroborante atinge o nível satisfatório na formação justificada e racional da convicção do juiz. Assim, entre a prova testemunhal e as jactâncias judiciais, ressalta a que melhor assume persuasão no julgador de acordo com os pressupostos gerais da livre apreciação da prova, i.e., as máximas de experiência/ regras da experiência e da lógica.

Na questão do impacto entre prova testemunhal e as declarações de parte, em conformidade com o disposto nos Artigos 452º a 454º do CPC, a parte só pode prestar depoimento de parte quando se tem em conta a “produção da confissão judicial”. Esse

¹⁰ LUIGI LOMBARDO fomenta que entre o resultado de uma prova testemunhal e a de diversas provas indiciárias, o juiz é livre de atribuir maior valor probatório nas provas indiciárias.

depoimento é efetuado pela parte oposta ao depoente e só pode ser requerido quando se tem factos desvantajosos em relação ao depoente. Todavia, a parte que possa estar interessada no litígio pode omitir ou mentir em defesa dos seus interesses, porém, é interdito a ser ouvida por constituir uma restrição legal; na “convicção comum” entende-se que são partes que não são dignas de credibilidade, de forma implícita.

Em primeiro lugar, o juiz tem de valorar as declarações da parte e, em seguida a pessoa da parte, como defende Sousa (2014, p. 364): “[...] A credibilidade das declarações tem de ser aferida em concreto e não em observância de máximas abstratas pré-constituídas, sob pena de esvaziarmos a utilidade e potencialidade deste novo meio de prova e de nos atermos, novamente, a raciocínios típicos da prova legal”.

De modo sucinto, não existe hierarquia entre a prova testemunhal e as declarações de parte. As mesmas são analisadas individualmente e valoradas de acordo com os pressupostos/critérios supra referenciados, logo, em situação de impacto, o juiz deve recorrer a critério seu que, prudente, edifique qual ressaltará e as razões que a justificam (Sousa, 2014).

Nada mais do que o designado nos parâmetros atinentes à *Motivação da Decisão sobre a Matéria de Facto e Exame Crítico das Provas* fundamentada nos termos do Artigo 205º, nº 1 da CRP (as decisões dos Tribunais são fundadas na forma prevista na Lei) e dos Artigos 97º, nº 4 e 374º, nº 2 do CPP (obrigação da fundamentação da sentença), sendo admissíveis as provas que não forem proibidas por Lei (Artigo 125º do CPP):

“A prova, mais do que uma demonstração racional, é um esforço de razoabilidade: o juiz lança-se à procura do “realmente acontecido” conhecendo, por um lado, os limites que o próprio objeto impõe à sua tentativa de o “agarrar” e, por outro, os limites que a ordem jurídica lhe marca, derivados da(s) finalidade(s) do processo (Cristina Líbano Monteiro, “Perigosidade de inimputáveis e “*in dubio pro reo*”, Coimbra, 1997, pág. 13).

A prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente, salvo quando a lei dispuser diferentemente (art.º 127º, CPP). Porém, a livre apreciação da prova não se confunde com apreciação arbitrária da prova nem com a mera impressão gerada no espírito do julgador pelos diversos meios de prova; a prova livre tem como pressupostos valorativos a obediência a critérios da experiência comum e da lógica do homem médio suposto pela ordem jurídica (Maia Gonçalves, “CPP

Anotado”, 4ª ed., 1991, pág. 221, com cit. De A. dos Reis, C. de Ferreira, Eduardo Correia e Marques Ferreira).

Na verdade, a convicção do tribunal é formada, para além dos dados objetivos fornecidos pelos documentos e outras provas constituídas, pela análise conjugada das declarações e depoimentos, em função das razões de ciência, das certezas e ainda das lacunas, contradições, hesitações, inflexões de voz, (im)parcialidade, serenidade, “olhares de súplica” para alguns dos presentes, “linguagem silenciosa e do comportamento”, coerência de raciocínio e de atitude, seriedade e sentido de responsabilidade manifestados, coincidências e inverosimilhanças que, por ventura, transpareçam em audiência, das mesmas declarações e depoimentos.

Por isso, o juiz deve ter uma atitude crítica de “avaliação da credibilidade do depoimento” não sendo uma mera caixa receptora de tudo o que a testemunha disser, sem indicar razão de ciência do seu pretenso “saber”.

Um depoimento não é necessariamente infalível nem necessariamente erróneo como salienta Carrington da Costa, advertindo para que “todo aquele que tem a árdua função de julgar, fuja à natural tendência para considerar a concordância dos testemunhos como prova da sua veracidade”. Deve, antes, ter-se bem presente as palavras de Bacon: “os testemunhos não se contam, pesam-se” (“Psicologia do testemunho” in *Scientia Iuridica*, pág. 337).

Por outro lado, cumpre salientar que, seguindo de perto jurisprudência do TRL, em julgamentos de violência doméstica é matriz deste tribunal a ideia de que, estando em causa crimes cuja prática é menos visível ou rodeada até de certo secretismo, os depoimentos dos ofendidos devem merecer especial relevo probatório, pois, sabe-se que a violência de são vítimas (não só mas maioritariamente) as mulheres ocorre sobretudo em locais reservados, normalmente residência do casal ou de um dos membros, e por isso escapa em larga medida ao conhecimento público.

Tal não significa que se deva ter como certo que o(a) acusado(a) mente e a(o) ofendida(o) conta sempre a verdade, mas sim que o tribunal deve estar particularmente atento às declarações e à atitude de um e de outro, pois são eles, especialmente a(o) ofendida(o) quem forma as bases em que vai assentar a convicção do julgador.

Para o efeito, há que ter sempre presentes os elementos racionalmente não explicáveis de que fala o Professor Figueiredo Dias, ou os aspectos que só podem ser percebidos, apreendidos e valorados por quem os presencia.

Por fim, atento a estes factores, o juiz não pode deixar-se fascinar por uma tese, uma versão, devendo evitar convicções apriorísticas que levam a visões lacunares e unilaterais dos acontecimentos, deve antes fazer a apreciação da prova segundo as regras do entendimento correcto e normal, isto é, tem de avaliar as provas, não arbitrariamente ou caprichosamente, mas em harmonia com as regras comuns da lógica, da razão e da experiência acumulada.

A liberdade do convencimento que conforma o modelo da livre apreciação, se tem que ser expressão de uma convicção pessoal, não é uma liberdade meramente intuitiva, é antes um critério de justiça que não prescinde da verdade histórica das situações nem do contributo dos dados psicológicos, sociológicos e científicos para a certeza da decisão”.

Acórdão Sentença¹¹

¹¹ Ac. Sentença 125/15.8 S4LSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa (Ac. TRL), disponível em www.dgsi.pt

2.

Autores como Anastasi (1972) clarificam que, embora a Psicologia Jurídica tenha vindo proclamar uma nova modalidade de trabalho para os psicólogos, na conjuntura internacional, foram os requerimentos do Poder Judiciário que emanaram o auxílio da Psicologia em se estabelecer como ciência.

A génese da Psicologia como ciência está associada, de modo direto à fundação do primeiro laboratório de Psicologia Experimental, em 1879, Leipzig, na Alemanha pelo fundador Wundt repercutindo-se em modelo para outros tantos laboratórios adstritos em notados países. Nessa época determinava a visão positivista cuja culminava os resultados das experiências em laboratório e, o uso e emprego de métodos similares aos das ciências da natureza. Contudo, é no final do século XIX que há solicitações para a realização de investigações que confirmassem a aferência da fidedignidade ou não dos testemunhos concedidos na área da Justiça, implementando, deste modo, o surgimento dos laboratórios da Psicologia Experimental onde foram realizados e desenvolvidos os estudos acerca da percepção, da memória, da sensação entre outros dentro da temática do testemunho (Brito, 1993).

Assim, a Psicologia Jurídica não é considerada um campo novo de trabalho para os psicólogos. Esse trabalho já foi contemplado antecipadamente aquando o reconhecimento da interface entre Psicologia e o Direito permitiram e contribuíram para a origem dos primeiros laboratórios de ciência que é a Psicologia. Mira Y López (1932) dedica-se ao estudo dessa Psicologia e aborda desde o início de sua obra como sendo “estado atual da Psicologia como ciência” que oferece, pelo menos “as mesmas garantias de seriedade e eficiência que as restantes disciplinas biológicas” - fundamenta uma relação estreita com o Direito Penal.

Essa relação, de acordo com Jacó – Vilela (1999b), foi impulsionadora para o Eliezer Schneider (1916 – 1998). É referenciado na obra publicada da autora *Manual de Psicologia Jurídica*, os dados matemáticos que comprovam e que são conferidos através de testes, vertidos em percentis, onde predominam as regras da neutralidade e da objetividade precisas e cujo devem pautear investigações e trabalhos. Mais é mencionado nessa obra, as provas e/ou técnicas que permitem alcançar a sinceridade máxima dos testemunhos e a perigosidade dos delinquentes apresentando, de facto, a Psicologia do Testemunho como “um dos capítulos mais brilhantes da Psicologia Jurídica”. Relativamente a Schneider, este era advogado por formação,

contudo, nunca chegou a exercer a atividade pelo que, o conhecimento em Direito adquirido pelos estudos estimularam o seu interesse na Psicologia desse campo (Brito, 2012):

“A personalidade do criminoso, o papel da punição, a influência do sistema penal na recuperação ou não, da delinquência são esses os temas do seu interesse. Não a formalidade da Lei mas, os seus efeitos na constituição do indivíduo” (Jacó-Vilela, 1999b, p. 332).

Nesse âmbito, a Psicologia Forense incorpora quase uma apresentação “legitimadora” da Justiça aquando ao psicólogo forense é-lhe, por diversas vezes, solicitado explicações elucidativas para as decisões judiciais. Por seu turno, recai a este profissional as responsabilidades da elucidação das motivações que determinam certos sujeitos a perpetrar crimes ou não e, à investigação da verdade, da fiabilidade e da credibilidade dos testemunhos prestados quer pelas vítimas, testemunhas, arguidos ou quer por outros atores participativos nos processos do contexto ao qual pertencem – judiciais ou cíveis. Logo, este profissional patenteia diversos riscos e responsabilidades (Gonçalves, 2010).

Ao abrigo do Artigo 160º do CPP – *Perícia sobre a personalidade* [redação dada pela Lei nº 48/2007, de 29 de AGO¹²], o psicólogo forense almeja a função de compreender o funcionamento do sujeito, a fim de apurar a motivação pela qual esse sujeito alega ter praticado determinado(s) facto(s). Não tem como objetivo uma avaliação de foro psicopatológico com a finalidade de traçar um diagnóstico (Agulhas & Anciães, 2014). Constitui sim, um instrumento de natureza psico-sócio-jurídica, de apoio técnico no contexto judicial (Barreiros, 1992).

Em conformidade com Manita & Machado (2012), com essas diversas responsabilidades, o perito/psicólogo forense almeja uma área de intervenção diversificada como a avaliação forense de agressores e vítimas atinentes a processos – crime, a processos que envolvam regulamentação do desempenho das responsabilidades parentais e/ou adotivas, a avaliação no decurso da promoção e da proteção de crianças e jovens em risco (e.g. Gonçalves, 2010), a avaliação da nocividade pós-traumática, a avaliação no processo tutelar educativo, etc.

No âmbito da Psicologia do Testemunho, o psicólogo tem atuação: a) na investigação com os Órgãos de Polícia Criminal – Policial; b) no auxílio e apoio de decisões associadas à

¹² Diário da República nº 166/2007, Série I de 29AGO2007.

reinserção social; c) no Tribunal, acompanhamento (comparsaria) com as testemunhas essencialmente desprotegidas; d) Nas fases pré-sentenciais, apoio na tomada de decisão judicial tanto em processos cíveis como penais, entre outros (e.g. Gonçalves, 2010):

Atendendo às instituições que acolhem menores ou adultos há a plena necessidade da intervenção do psicólogo na elaboração de pareceres através de criteriosas avaliações. Isto porque, poderá alterar a medida sancionada e culminar a liberdade do sujeito, mesmo que essa medida se encontre no seu limite.

A partir do ano 1998, existe em Portugal uma UCPJ – Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça, no Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano da Universidade do Minho e aí subsiste intervenções em processos penais (agressores e vítimas) e o desenvolvimento de exames forenses solicitados por Tribunais quer penais ou cíveis. Certo é a constatação da crescente solicitação de pedidos oriundos de todos os domínios, o que perfaz ter a visão de certas complexidades terem ganho consciência social e uma visibilidade acrescida (com a possibilidade da derivante dos fenómenos serem crescentes e persistentes) como os casos da violência doméstica, do abuso sexual, do aumento dos divórcios/separações. Logo, é real argumentar que esse recurso à Psicologia Forense tende a difundir-se não só pela Unidade acima estipulada como também por outras Entidades como as diversas delegações do INML e do GEAV – Gabinete de Estudo e Atendimento a Vítimas (e.g. Manita, 2005).

Perante tal facto, deve o psicólogo forense averiguar os quesitos das suas práticas com a finalidade de constatar o patamar em que as informações por si expressas, nos respetivos relatórios periciais, são aceites ou não pelos juízes.

No relato de um estudo realizado por Castro *et al.* (2006) em que foram realizadas perícias na Unidade supra citada até ao ano 2005 em apreçamento de 32 processos transitados em julgado (as 32 perícias cingem 11 processos – Promoção e Proteção; 9 processos – responsabilidade parental; 7 processos – credibilidade dos depoimentos de abuso; 3 processos – relativos a arguidos; e, 2 processos – violência doméstica) foi descortinado que só num caso havia discordância entre perito e decisão judicial. No caso em que diverge a opinião – alegação de abuso sexual de menor – em que a perícia psicológica indicava o contrário da perícia médica, a tomada de decisão foi a favor da perícia médica mediante profunda e excedente argumentação. E, num outro caso referente à responsabilidade parental com suspeita de abuso sexual a decisão foi coerente com a apreciação dos peritos/psicólogos (credível a alegação), relativamente ao regime de visitas, mesmo que o abuso não tenha sido considerado provado. Também foi

analisado a existência ou não de menções das perícias nos acórdãos de sentença: 18 processos referidas (e participação do psicólogo) contra seis processos (nada mencionado) e, nos restantes oito acórdãos lugar a registos diretos do relatório pericial (Gonçalves, 2010).

Se existe por parte do juiz a incessante tentativa e a responsabilidade de minimizar o erro nas suas tomadas de decisão; as ciências da vida/sociais, nomeadamente, a Psicologia tem a responsabilidade de investigar e compreender as dinâmicas, as características, as limitações da decisão judicial e, fundamentalmente a responsabilidade de prestar auxílio e apoio aos juízes no procedimento de tomadas de decisão melhor fundamentadas.

Em Portugal tem-se verificado o desenvolvimento e a crescente colaboração da avaliação psicológica forense, bem como o seu contributo na tomada da decisão judicial (Braman, 2010).

PARTE B

ESTUDO EMPÍRICO

METODOLOGIA

O objeto de estudo preside nas motivações ajurídicas do sentenciador.

É consabido que a decisão judicial é o fruto da junção da aplicação do Direito e das representações sociais experienciadas pelo juiz. De facto, ele vê-se envolvido na missão de encontrar a consonância entre o Direito e a vida. Mas, é a partir da análise da credibilidade das provas apresentadas em tribunal que ele chega à decisão final (enunciação da sentença) e, para tal, com prudência, é efetuada a deliberação no alicerce da certeza do sentenciador; pois é nessa certeza que reside a união das motivações jurídicas e ajurídicas do sentenciar (Lúcio, 1986).

Essas motivações ajurídicas fazem menção às motivações edificadas pelo sentenciador aquando interpreta e valora os depoimentos alegados pelas partes e demais provas constituintes. Assim, essa Psicologia que se denomina por Psicologia das Motivações Ajurídicas assenta na simples cláusula do sentenciador, como Ser Humano falível, sentir-se no dever de nomear testemunhas, regra geral contraditórias e, na seleção dos depoimentos que lhe parecem ser os mais fiáveis, fazê-lo na base de critérios subjetivos que abarcam as suas crenças, fantasias, representações, a sua personalidade (Louro, 2008).

Ambrosio (2010) e Sousa (2014) partilham da mesma concepção ilustrada por Louro (2008) inclusive autores como Kunin, Ebbesen & Konecni (1992) alegam a ideia dos juizes serem decisores meramente racionais sendo a base da decisão fundamentada a partir de uma análise meticulosa de todas as provas que foram apuradas, provadas e aceites por Lei será no íntimo acreditar “na mitologia da tomada de decisão legal”.

A mente humana não reproduz a realidade, ela produz sim interpretações a partir dos pilares das experiências vividas, quer de cariz pessoal quer cultural, das dimensões das crenças e dos valores, da política, da religião, entre os demais factos existentes e, cujos estão postulados em cada magistrado.

A tomada de decisão não ocorre no “vazio”, ocorre sim na junção de diversificados factores como normas judiciais, leis constitucionais, deontologia, ética, política, educação, sociedade, apanágios pessoais do magistrado, entre outros (Drobak & North, 2008) harmonioso com a mensagem de Manita & Machado (2012, p. 21): “[...] o processo de tomada de decisão judicial, além da análise factual e da aplicação da Lei e dos princípios legais, implica a interpretação e a aplicação subjetiva dessa Lei e dos cânones do Direito, por seres humanos que, como qualquer outro decisor, não deixam de ser afetadas por dimensões subjetivas, não só

personais, sociais, culturais e contextuais, como processuais. A tomada de decisão judicial, não é, portanto, um processo mecânico de aplicação da lei [...]”.

Certo é cada magistrado conter *per si* a sua filosofia judicial resultante da junção dos sistemas judiciais normativos com o seu sistema pessoal, repleto de crenças e de percepções ímpares acerca da realidade dos processos que lhe incumbe.

Muitos autores denotam a sua preocupação no que concerne os juízes não terem consciencialização das suas atitudes parciais e condutas discriminatórias em relação ao género (e.g.). Nessa sequência foram realizadas diversas investigações no âmbito da Sociologia e, apurou-se que os juízes de ambos os sexos recorrem aos sistemas de natureza pessoal (crenças, valores, etc.) no que reporta ao papel concedido aos homens e às mulheres no seio familiar, bem como na sociedade - os denominados “estereótipos de género” – para designar a sua decisão (Salinas, 2003). Em reforço, já fomentava Gross (1906 *cit in* Costa, 1954) que na esfera judicial os depoimentos alteram: um depoimento prestado por um sujeito feminino tem menos credibilidade do que um depoimento prestado por um sujeito masculino.

Atualmente essa fundamentação é inadmissível pelo facto de existir, constitucionalmente, o direito à igualdade de género; contudo, não invalida, em determinados sujeitos o predomínio da componente subjetiva regida pela cultura, valores e poderes.

A motivação do juiz é sempre tida em consideração, pelo facto de ser pertinente desmistificar como a CV, a CNV e os demais factores intrínsecos e extrínsecos existentes nos atores judiciais e entre estes consigam persuadir os juízes na sua tomada de decisão.

Quando é tomada uma decisão judicial é realizada uma sentença/acórdão – disposição judicial portuguesa – e tem lugar o dever do tribunal “procurar explicar qual a razão por que considerou provada uma dada factualidade com base em algumas das provas produzidas e não noutras, dando visibilidade e tornando pública a forma como, em concreto, valorou as provas produzidas” (Latas, 2006, p. 89).

Logo, uma sentença depende de uma lógica baseada em factos dentro das normas jurídicas, na interface de ambas.

No *terminus* de cada processo, a sentença deverá ser justa, adequada em consonância com os princípios da legalidade, o que confere ao sujeito a salvaguarda de um decreto baseado em raciocínios justos e de uma total subjetividade por parte do julgador (Roxin, 2000).

São nas sentenças proferidas as acusações ou as absolvições dos arguidos e, é nesta cláusula que são aferidas, de forma expressa, as motivações jurídicas e ajurídicas do sentenciar. As incoerências e as analogias que se encontram em todo o processo judicial inclusive de todos os participantes envolvidos no processo são, no seu conjunto, a própria sentença sob o “olhar de uma mente e de uma visão” de um juiz, o que perfaz as decisões serem “verdadeiras razões” e/ou “causas” de sentença, as designadas racionalizações da distinta decisão judicial (Dias & Andrade, 1997).

Face ao exposto, surge a emergência de desenvolver grelhas (instrumentos) e linguagens – contribuição de uma interligação entre ambas – a fim de aperfeiçoar esta partilha e torna-la compreensível para todas as partes que se encontram envolvidas no processo judicial.

Decerto, constitui uma das vias de investimento e desenvolvimento futuro no âmbito da investigação e formação em Portugal.

Os estudos que concernem a temática PMAS advieram de estudos de *Sentencing*, desenvolvidos na segunda metade do século XX, nomeadamente, nos países de Inglaterra, Canadá e Estados Unidos da América.

Em pretérito recente existem estudos que ressaltam essa linha de investigação (PMAS) (e.g. Louro, 2005; Gonçalves, 2010; Silva, 2010; Lopes, 2014, etc.) pelo meio de instrumentos válidos e contributivos para a evolução científica como a *GAMAS* (Poiares, 2005) e a *GO* (Louro, 2005).

1. Objetivo

A presente investigação assenta o seu objeto de estudo nas motivações ajurídicas do sentenciador, no âmbito da Psicologia do Testemunho e da Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar.

Foi utilizado o instrumento de validação (*GAMAS*) (Poiares, 2005), a fim de compreender e desmistificar como a CV e a CNV prestada pelos atores judiciais (arguido(s), vítima(s) e testemunha(s)) respetivamente, na prestação dos seus depoimentos em plenas audiências de julgamento e, no que concerne aos aspetos linguísticos intrínsecos e extrínsecos (intradiscurso e a articulação entre o discurso e o intradiscurso), conseguem influenciar os juízes na sua tomada de decisão (sentença).

Mais tendo em consideração outros factos que condicionam a justiça no âmbito da decisão judicial como a matéria de facto provada ou não (provas materiais), o tipo de crime, a reincidência ou não do crime (antecedentes criminais), a confissão ou não do crime em conjugação com a nomenclatura do Direito e, outras condicionantes que, por justa causa são avaliadas em conformidade com os autores supramencionados no curso da presente dissertação como o género, idade, estado civil, profissão, habilitações, naturalidade, localidade, tipo de alojamento, etnia (dimensão sociodemográfica), decisão sobre inimputabilidade e avaliação psicológica forense e, cujas se encontram consagradas no teor da *GAMAS*.

Num país onde a Lei é justa, adequada e igual para todos pretende-se compreender as dissemelhanças existentes em cada sentença, independentemente das crenças inclinarem-se para a vertente humana, ou seja, os juízes que se apresentam no cenário judicial são diferentes e existe sempre a tendência de culpabilizar as suas motivações quer como Seres Humanos que são ou quer como as experiências que abarcam e o processo de mudança a que estão cingidos por natureza (Lopes, 2014).

Em súmula, a pertinência do estudo intensifica-se no cenário real (tribunal) onde tem lugar a participação de atores reais (arguidos, vítimas, testemunhas e juízes) e, no quesito de como em processos análogos diferentes juízes proferem sentenças díspares?

Pertinente decodificar quais são os factos/factores influentes na tomada de decisão dos juízes partindo do pressuposto das suas motivações (e.g. *Motivação da Decisão sobre a Matéria de Facto e Exame Critico das Provas in Acórdão Sentença 144/14.1 PLLSB*¹³).

2. Identificação/Caracterização da Amostra

2.1 Participantes

Foi realizada investigação de orla observacional (observação naturalista) no Tribunal Singular de Instância Local Criminal de Lisboa – Campus de Justiça / Edifício B (moldura penal até cinco anos de prisão) – 1ª Seção de Instrução Criminal / Tribunal de Turno, o total de 50 julgamentos que corresponde à elaboração de 50 *GAMAS* – uma grelha destinada para cada julgamento.

¹³ Ac. Sentença 144/14.1 PLLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa (Ac. TRL), disponível em www.dgsi.pt

A amostra (dimensão sociodemográfica) é composta por 264 sujeitos, dos quais 61,8% (n=147) são do sexo masculino e 38,2% (n=91) do sexo feminino (*tabela 1*), traduzidos para atores judiciais (*tabela 2*): 28,4% (n=75) arguidos, dos quais 20,2% (n=48) são do sexo masculino e 8,4% (n=20) do sexo feminino; 17,4% (n=46) vítimas, das quais 5,9% (n=14) são do sexo masculino e 5,5% (n=13) do sexo feminino; e, 54,2% (n=143) testemunhas, das quais são 35,7% (n=85) do sexo masculino e 24,4% (n=58) do sexo feminino (*tabela 3*).

Em relação ao estado civil: 38,2% (n=91) solteiros, dos quais 26,5% (n=63) são do sexo masculino e 11,8% (n=28) do sexo feminino; 42,0% (n=100) casados, dos quais 26,1% (n=62) são do sexo masculino e 16% (n=38) do sexo feminino; 2,9% (n=7) união de facto, dos quais 1,7% (n=4) são do sexo masculino e 1,3% (n=3) do sexo feminino; 13,9% (n=33) divorciados, dos quais 6,7% (n=16) são do sexo masculino e 7,1% (n=17) do sexo feminino; e, 2,9% (n=7) viúvos, dos quais 0,8% (n=2) são do sexo masculino e 2,1% (n=5) do sexo feminino (*tabela 4*).

Quanto à etnia: 94,5% (n=225) são da etnia caucasiana (57,1% (n=136) sexo masculino e 37,4% (n=89) sexo feminino) e 5,5% (n=13) são da etnia negra (4,6% (n=11) sexo masculino e 0,8% (n=2) sexo feminino) (*tabela 5*).

Relativamente à naturalidade: 78,8% (n=201) Lisboa; 8,2% (n=21) Setúbal; 8,6% (n=22) Porto; 0,8% (n=2) Leiria; 0,4% (n=1) Faro; 1,6% (n=4) África; e, 1,6% (n=4) Brasil (*tabela 6*).

No que concerne às habilitações literárias, os sujeitos classificam-se: 10,1% (n=24) 4ª classe; 0,8% (n=2) 5º ano; 0,4% (n=1) 6º ano; 25,2% (n=60) 7º ano; 0,4% (n=1) 8º ano; 5,9% (n=14) 9º ano; 1,3% (n=3) 10º ano; 0,8% (n=2) 11º ano; 23,9% (n=57) 12º ano; 0,8% (n=2) bacharelato; 27,7% (n=66) licenciatura; 1,3% (n=3) pós-graduação; e, 1,3% (n=3) mestrado (*tabela 7*).

Quanto à residência: 83,1% (n=197) Lisboa; 8,4% (n=20) Setúbal; 7,6% (n=18) Porto; 0,4% (n=1) Faro; e, 0,4% (n=1) Açores (*tabela 8*).

No tipo de alojamento apura-se: 97,5% (n=231) sujeitos que vivem em apartamentos e os restantes 2,5% (n=6) vivem em vivendas (*tabela 9*).

No que reporta à profissão diversificada verifica-se: 2,1% (n=5) gestores; 5,5% (n=13) técnicos; 8,4% (n=20) desempregados; 20,6% (n=49) funcionários; 2,1% (n=5) gerentes; 13,0% (n=31) OPC; 0,4% (n=1) estagiário(a); 0,4% (n=1) vendedor(a); 0,8% (n=2) encarregados; 1,3% (n=3) representantes; 2,5% (n=6) vigilantes; 2,5% (n=6) empresários; 1,3% (n=3)

operadores; 0,4% (n=1) taxista; 0,8% (n=2) arquitetos; 6,7% (n=16) reformados; 0,4% (n=1) serralheiro(a); 0,4% (n=1) massagista; 5,5% (n=13) estudantes; 2,5% (n=6) comerciantes; 1,7% (n=4) enfermeiros; 0,4% (n=1) condutor(a) de máquinas; 4,2% (n=10) doméstica; 0,8% (n=2) *designers* gráficos; 0,4% (n=1) soldador(a); 1,7% (n=4) bancários; 0,4% (n=1) consultor(a); 1,3% (n=3) engenheiros; 0,4% (n=1) treinador(a); 0,8% (n=2) cabeleireiros; 2,5% (n=6) administradores; 0,4% (n=1) distribuidor(a); 0,8% (n=2) economistas; 0,4% (n=1) diplomata; 0,4% (n=1) médico(a); 0,8% (n=2) professores; 0,4% (n=1) relojoeiro(a); 1,3% (n=3) advogados; 0,8% (n=2) pintores; 0,4% (n=1) porteiro(a); 0,4% (n=1) cozinheiro(a); 0,4% (n=1) solicitador(a); 0,4% (n=1) programador(a) informático; e, 0,4% (n=1) eletromecânico (*tabela 11*), apresentando uma média de 13 (M=12,68; DP=10,945) (*tabela 10*).

População-alvo com uma média de idades de 46 anos (M=46,04; DP=16,100).

No que reporta ao tipo de crime (dimensão criminal), verifica-se e especifica-se o total de sujeitos para cada tipo de crime: 10,6% (n=28) Abuso de Confiança Fiscal; 2,7% (n=7) Cheques sem Provisão; 0,8% (n=2) Condução de Veículo em Estado de Embriaguez; 7,6% (n=20) Abuso de Confiança Segurança Social; 1,9% (n=5) Abuso de Confiança Qualificada; 2,7% (n=7) Danos Patrimoniais; 1,9% (n=5) Ofensas à Integridade Física Simples; 5,7% (n=15) Furto Qualificado Forma Tentada; 1,9% (n=5) Furto com Danos no Interior de Estabelecimento; 1,9% (n=5) Falsificação e Burla na Forma Tentada; 3,4% (n=9) Condução Sem Habilitação Legal; 3,0% (n=8) Roubo; 12,9% (n=34) Violência Doméstica; 1,5% (n=4) Violação de Domicílio de Forma Continuada; 1,5% (n=4) Furto Qualificado; 2,3% (n=6) Tráfico de Produtos Estupefacientes; 1,5% (n=4) Posse de Arma de Fogo Transformada/Ilegal; 2,3% (n=6) Condução Sob Efeito do Álcool; 4,2% (n=11) Falsificação de Documento/Burla Qualificada/Burla Simples; 6,1% (n=16) Ameaças; 1,5% (n=4) Ofensas Integridade Física Simples e Qualificada/Ameaças/Dano; 1,9% (n=5) Ofensas à Integridade Física Negligente; 1,5% (n=4) Resistência e Coação; 1,5% (n=4) Furto Simples; 12,5% (n=33) Exercício Ilícito da Atividade de Segurança Privada; 1,9% (n=5) Injúrias e Difamação; 1,9% (n=5) Burla Qualificada; e, 1,1% (n=3) Difamação Agravada (*tabela 12*).

Para sujeitos com antecedentes criminais apura-se: 29,4% (n=20), anteriormente acusados por 13,2% (n=9) multa; 4,4% (n=3) prisão; 10,3% (n=7) prisão com pena suspensa; e, 1,5% (n=1) por outros crimes e sem antecedentes criminais 70,6% (n=48) (*tabelas 13 e 14*).

São reincidentes do crime (em conformidade com o CRC): 22,2% (n=16) arguidos contra os restantes arguidos 77,8% (n=56) (*tabela 15*).

Constata-se a confissão espontânea e sem reservas do crime, o total de sujeitos arguidos 33,8% (n=23) e a não confissão de 66,2% (n=45) (*tabela 16*).

Em relação às provas materiais apura-se para cada processo em julgado por diferentes juízes a existência da especificidade da valoração da prova (factos provados): 4,0% (n=3) Prova Testemunhal; 42,7% (n=32) Provas Documental e Testemunhal; e, 53,3% (n=40) todas as provas (*tabela 17*).

Na decisão afere-se 65,3% (n=49) acusações e 34,7% (n=26) absolvições dos arguidos (*tabela 18*), sendo o tipo da sentença acusatória discriminado da seguinte forma: 41,9% (n=31) multa; 5,4% (n=4) prisão; 14,9% (n=11) prisão com pena suspensa; 1,4% (n=1) PTFC; e, 2,7% (n=2) outras penas (*tabela 19*).

E, no que reporta à avaliação psicológica forense (dimensão psicológica) constata-se que foram submetidos à avaliação 9,7% (n=7), dos quais 4,2% (n=3) são arguidos e 5,6% (n=4) são vítimas (total de 90,3% (n=65) não submetidos) (*tabelas 21 e 22*).

Por fim, verifica-se que o ator judicial - arguido quanto à decisão sobre a inimputabilidade por parte dos juízes, em todos os processos concernentes são considerados imputáveis (100,0% (n=68))¹⁴ (*tabelas 23 e 24*).

3. Descrição das Medidas de Avaliação

A finalidade preside na análise preditora das potencialidades de avaliação da *GAMAS* – Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (Poiares, 2005).

A *GAMAS* é aplicável a atores judiciais (arguido(s), vítima(s) e testemunha(s)) em número ilimitado em cada processo e avalia os factos/factores que são influentes nas motivações dos juízes aquando formulação e constituição da sua sentença, o que permite indagar as dissemelhanças existentes nas dimensões CV e CNV.

Atendendo a essas produções (CV e CNV) concebidas por um ou mais atores em contexto judicial e com o mesmo propósito, as mesmas propulsionam um objeto de estudo que seduz a componente psicológica no campo cognitivo, cultural e interpessoal (Rodrigues, 2007).

¹⁴ Dados aferidos a partir do programa *SPSS*, versão 20.0 para os utilizadores do *Windows*. *Tabelas* estipuladas nos *Anexos*.

Um fenómeno que origina inúmeras interpretações e leituras e que a *GAMAS* almeja e proporciona a partir dos seus itens.

Em consonância com o manual de instruções da *Grelha para Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar. Instruções* (Poiars, 2005), a supracitada é composta por: a) 42 itens (20 avaliam a comunicação verbal; 20 avaliam a comunicação não-verbal; e, dois avaliam o intradiscurso e a articulação entre o discurso e o intradiscurso); b) dimensão sociodemográfica e cultural (questões fechadas e tipo de resposta dicotómico e nominal); c) anamnese judicial com duas dimensões: a clínica e a forense (questões abertas e fechadas - fechadas com formato de resposta de tipo nominal e dicotómico); d) “razão da decisão” (questões abertas e fechadas – fechadas com formato de resposta de tipo nominal e dicotómico); e, e) “razões da adesão ao depoimento” (questões fechadas e de formato do tipo dicotómico e nominal).

Este formato de tipo dicotómico varia entre “0” a “1”, ou seja, o zero utiliza-se quando o comportamento “não se verifica” no depoente e o um utiliza-se quando se verifica.

A tabela com esse formato é composta pela “Comunicação Verbal” correspondente aos itens do 1. (“Clareza”) ao 20. (“Verborreia”) e pela “Comunicação Não-Verbal” que integra os itens do 21. (“Postura corporal rígida”) ao 40. (“Entusiasmo no depoimento”).

COMUNICAÇÃO VERBAL¹⁵

Dimensão que corresponde à linguagem verbal consagrada em contexto judicial (Sousa, 2014).

Item 1- Clareza

Produção discursiva sem ser ambígua e sem predominância de outro sentido/ideia. Discurso com objetividade. Ser claro no seu discurso é ser bem entendido por outro. Advém da clareza um discurso lógico.

Item 2 – Lógica

Predominância de um discurso lógico e objetivo – racional. Discurso estruturado.

Item 3 – Hesitações

¹⁵ Sem menosprezar o fator ansiogénico.

Existência de pausas dúbias no discurso e de quebras frequentes de racionalidade expositiva. Não reordenação do discurso.

Item 4 – Pensa sobre as Questões que são Duvidosas

Interrupção do discurso pela necessidade de refletir sobre o argumento. Pausa no discurso com a finalidade de reorganiza-lo e estrutura-lo de modo beneficiador. Reequacionamento do discurso aquando exposição de quesitos duvidosos.

Item 5 – Discurso Rápido e Sem Dúvidas

Fluência rápida no discurso. Linguagem verbal confiante. Não se coloca em causa. Ausência de sinais ambíguos e de dúvidas (O'Barr, 1982 *cit in* Lopes, 2014).

Item 6 – Recurso a Apelos Emocionais

Sujeito que recorre a questões emocionais sendo sugestivo a intencionalidade e/ou a de causar suscetibilidade emocional em si mesmo e/ou nos outros.

Em tribunal, a recorrência a este tipo de sugestão é melindrosa, pelo facto de poder ocorrer a uma percepção intencionada e fraudulenta (Calheiros, 2007 *cit in* Silva, 2010).

Item 7 – Invocação de Locus de Controlo Interno

Sujeito que recorre a desculpabilizações de cariz pessoal. Recorre a aspetos emocionais para se desculpar do facto imputado e/ou concernente.

Item 8 – Invocação de Locus de Controlo Externo

Sujeito que edifica culpabilidade em terceiros. Não acarreta culpa pelos factos ilícitos existentes.

Item 9 – Desorganização Discursiva

Linguagem verbal desorganizada. Ausência de estruturação. O sujeito confunde-se.

Item 10 – Discurso Adequado

Discursividade apropriada e correta no que cinge à posição do depoente (situação que o depoente se encontra).

O sujeito transfere confiança e segurança, todavia é mensurável o depoimento prestado enquanto factualidade verídica e fiável; mesmo que não exista enganos no curso do discurso a

dissonância entre a “linha verbal” e o que é verbalizado pela voz e verificável pelo rosto e corpo pode patentear a mentira (Ekman, 1991 *cit in* Silva, 2010).

Item 11 – Discurso Desadequado

Oposto ao discurso adequado. Discursividade desapropriada e incorreta no que abarca a situação que o depoente se encontra.

Item 12 – Discurso Agressivo

O sujeito recorre a expressões violentas e temíveis para quem o questiona e/ou para com terceiros.

Item 13 – Coerência

O sujeito denota exposição discursiva coerente e com lógica. Discurso ligado.

Item 14 – Incoerência

Oposto de coerência. O sujeito anuncia uma exposição discursiva incoerente, sem lógica. Entra em contradições com a matéria elucidativa.

Item 15 – Insiste na Versão mesmo quando Contraditado

O sujeito mantém uma atitude obstinada no que consubstancia a sua versão dos factos e a dos seus argumentos, mesmo que estes sejam postos em causa.

Item 16 – Contradições Frequentes

O sujeito contesta-se frequentemente.

Item 17 – Contradição Muito Acentuada

O sujeito contesta-se de forma grave em relação a situações de teor pertinente.

Item 18 – Responde Antes de Formulada a Pergunta

O sujeito precede aos quesitos que serão expostos.

Item 19 – Risos

O sujeito sem motivo aparente ri-se constantemente. Não se aplica a risos que compreendem o divertimento geral e/ou acompanhado por outros atores.

Item 20 – Verborreia

Discursividade sem pausas. Discurso abundante, ininterrupto e supérfluo.

COMUNICAÇÃO NÃO – VERBAL¹⁶

Itens de comunicação não-verbal relacionados com a proxémia, comportamento espacial e movimentos consonantes com a orientação corporal como gestos e movimentos das mãos, braços e pernas, movimentação da cabeça, expressões faciais, olhares, mimica, postura corporal, etc. É pertinente desmistificar como esses comportamentos verbalizam o acontecimento e não propriamente o que verbalizam e alegam acerca deste (Sousa, 2014).

Trata-se de uma comunicação de difícil controlo. Os movimentos, gestos são automáticos e difíceis de controlar, sendo que os sinais que apresentam são mais fiáveis de constatar a mentira (Pease & Pease, 2004).

Em suma, a componente não-verbal avalia o que transcende no discurso. Os movimentos corporais permitem o acesso à informação acerca do “estado de espírito” do sujeito, em relação às suas intenções comunicativas e atitudes (Rodrigues, 2007).

Item 21 – Postura Corporal Rígida

Musculatura esticada e hirta. Posição rígida do corpo.

Item 22 – Postura Corporal Flexível

Flexibilidade do corpo. Postura relaxada. Posição descontraída oposta à posição rígida e tensa do corpo.

Item 23 – Postura Agressiva

Atitude agressiva. O sujeito apresenta-se com agressividade denotando expressão possivelmente temível para com todos os atores judiciais ou para outrem.

Item 24 – Desmotivação / Desinteresse

O sujeito apresenta-se desinteressado sem qualquer motivação sendo estes visíveis. Encontra-se em estado abandonico resultante de um desinteresse total e desmotivação no que concerne ao relato dos factos.

Item 25 – Motivação / Interesse

¹⁶ Sem exclusão do fator ansiogénico.

O oposto do desmotivado e do desinteressado. O sujeito apresenta-se motivado e com interesse de verbalizar os factos induzindo, presumidamente, a intenção e a vontade de se apurar a verdade em contexto judicial. Coopera e envolve-se nos quesitos expostos. Conduta a favor da credibilidade.

Item 26 – Firmeza

Atitude decisória. Transmissão da credibilidade *versus* sujeitos incrédulos que conseguem manter firmeza nos seus depoimentos.

Item 27 – Rapidez / Desembaraço na Resposta

Fluência da resposta face aos quesitos expostos. As respostas revelam-se envolvidas com as questões e sem opressões.

Item 28 – Pausas

Os silêncios estão escoltados por interrupções corporais do sujeito. Suspensão de qualquer ação. Defendido por Ekman (1991 *cit in* Silva, 2010) ser um dos sinais mais frequentes da mentira.

Item 29 – Insegurança

O sujeito denota uma atitude insegura, inconsistente e instável, revelando-se apreensivo, receoso.

Item 30 – Auto – Confiança

A postura apresentada pelo sujeito é segura e firme. Revela boa autoestima. Oposto da insegurança.

Item 31 – Movimentação Frequente do Corpo

O sujeito apresenta-se irrequieto. Realiza movimentos constantes como baloiçar-se e/ou mexer-se frequentemente no lugar onde se encontra.

Item 32 – Gesticulação Frequente

O sujeito concretiza diversos gestos aquando discurso e silêncios.

Item 33 – Tiques

Gestos que persistem no sujeito e são usuais neste. Gestos realizados de forma compulsiva e de modo reiterado.

Item 34 – Olhar Frontal

O sujeito fixa os interlocutores de frente, sem deixar de olhar. Sem desvios de olhares. Confronto.

Pease & Pease (2004) defendem que o contacto visual controla o diálogo, proporcionando indícios de dominância, sendo a falta de contacto visual a base para crer em um presumível mentiroso.

Item 35 – Olhar Que Percorre todos os Atores

Em contexto judicial, o sujeito olha para todos os intervenientes que se encontram presentes.

Item 36 – Esfrega muito as Mãos

O sujeito de modo reiterado e compulsivo esfrega e/ou mexe as mãos. Fricção frequente das mãos.

Está a comunicar de forma positiva quem esfrega muito as mãos, uma na outra (Pease & Pease, 2004).

Item 37 – Cruza as Pernas

O sujeito contrai as pernas, reduz e/ou cruza-as à frente ou atrás.

Item 38 – Alonga as Pernas

De modo descontraído, o sujeito estende as pernas.

As pernas cruzadas denotam uma atitude defensiva e fechada enquanto as pernas abertas podem revelar dominância (Pease & Pease, 2004).

Item 39 – Riso

O sujeito ri-se aquando se encontra em silêncio. Traduz-se por ser um riso frequente e constante sem justificação aparente.

Item 40 – Entusiasmo no Depoimento

O sujeito presta o seu depoimento com veemência (forma entusiástica) e/ou presta por se reger por um elevado estado de excitação, supostamente pelo facto de ter experienciado e/ou ter participado no acontecimento.

Item – Intradiscurso

O intradiscurso é o controlo racional, lógico e social da discursividade no cerne da comunicação verbal e não-verbal (Poiares, 1991 *cit in* Lopes, 2014).

Destina-se a indicar se a comunicação não-verbal e o intradiscurso do sujeito afere credibilidade.

Item – Articulações entre o Discurso e o Intradiscurso

Articulação discursiva em conjugação com as caraterísticas do sujeito. É expectável existir alguma consistência entre os traços/caraterísticas e os comportamentos do sujeito.

Findo a especificidade de cada item para cada componente (CV e CNV) aplicadas a cada ator judicial (arguido(s), vítima(s) e testemunha(s)), a GAMAS, no seu *terminus* dispõe das “Observações”, onde constam informações relevantes como a motivação da decisão sobre a matéria de facto por parte dos juízes, consagrada em cada sentença entre outras informações pertinentes e imprescindíveis à investigação, não integrando elemento crucial de constituição da mencionada grelha mas, sim um complemento necessário.

No seu todo abarca um total de 16pp., sendo uma grelha ministrada para cada processo judicial.

Importante mencionar que, a semântica atribuída ao discurso não se edifica unicamente com a indicação de um desses itens. É fulcral considerar diversos comportamentos que, no seu todo constituem o discurso credível ou não (Ekman, 1991 *cit in* Silva, 2010).

A convicção do juiz é composta com base nas discursividades, ou seja, a partir de verbalizações de convicções, de crenças e de representações do depoente. A discursividade é o resumo das construções do acontecimento e do acontecido, afigurando-se nos não-ditos, nos interditos e nos entreditos (Poiares, 2008).

Face ao exposto, é necessário compreender quais são os comportamentos dos atores judiciais que evocam mais atenção e apreciação por parte dos juízes na sua tomada de decisão, aquando apuramento da credibilidade e, consequentemente da verdade formal.

Apresentação da *GAMAS* (Poiares, 2005) em *ANEXO II*.

4. Procedimentos

Foi dado início à investigação no pretérito mês de Novembro de 2015 e concretizada no passado dia 07JUN2016 (consulta de sentença do último processo pendente), almejando na sua totalidade 50 processos judiciais.

A investigação teve lugar no Tribunal Singular de Instância Local Criminal de Lisboa – Campus de Justiça, nas salas de audiência correspondentes aos pisos três, quatro e cinco e a consulta dos processos judiciais nas seções existentes nos pisos sexto e sétimo.

Foi solicitada a autorização e o *Consentimento Informado* à Exma. Juiz-presidente/Coordenadora do citado tribunal, sendo imprescindível cópia para facultar a informação da permissão aos oficiais de justiça aquando consulta dos processos nas seções correspondentes com a finalidade do acesso autorizado à “Motivação da Decisão de Facto”, em conjugação da entrega do ofício declarativo da temática em questão emanado pelo Prof. Dr. Carlos Poiares¹⁷.

Foram semanalmente e sistematicamente assistidos julgamentos, cujos cingiam a maioria das vezes, os cinco dias úteis, conforme a continuidade das sessões de audiência de julgamento marcadas até ao seu *terminus*.

Em estima e valorização ao convite prestado por alguns juízes, foram realizadas observações naturalistas de todos os atores judiciais, no lugar dos advogados, lado esquerdo junto ao Ministério Público (MP).

Em todas as audiências de julgamentos assistidos foram preenchidas as grelhas em conformidade bem como elaboradas notas pertinentes tanto dos depoentes como do próprio contexto processual, conforme consta nas grelhas realizadas.

Em seguimento procede-se à análise dos resultados, sua discussão e conclusão.

5. Análise

Traduz-se por ser um método quantitativo, de natureza observacional naturalista e do tipo correlacional.

¹⁷ *Declaração do Consentimento Informado e Declaração* elaborada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Poiares em *Anexos* correspondentes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente investigação baseia-se no estudo dos comportamentos dos atores judiciais em contexto judicial e na sua posterior análise de dados através do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 20.0.

Esta análise permite verificar a consistência entre os itens da CV, da CNV, do intradiscurso e da articulação do discurso com o intradiscurso. Todavia, o estudo tem como foco principal as dimensões da CV e da CNV em conjugação com outros factos condicionantes (variáveis). Constituem no seu todo fatores que interferem e influenciam a tomada de decisão dos juízes.

A finalidade do processo consiste no estudo das motivações ajurídicas do sentenciar, nomeadamente, no núcleo dos diversos tipos de comunicação que existem e que são notórios em cada ator judicial em complementaridade com os factos que atendem a estes a seu favor ou não.

Os resultados foram obtidos através de um tratamento estatístico: amostra composta por 264 atores judiciais (n=264)¹⁸.

Verifica-se que entre o número de atores judiciais arguidos e o crime cometido há uma incidência maior no crime de abuso de confiança à Segurança Social (3,8%, n=10), de seguida, o crime de abuso de confiança fiscal (3,4%, n=9), o crime de exercício ilícito da atividade de segurança privada (3,0%, n=8) e o crime de violência doméstica (2,3%, n=6), escoltado pelos restantes menos significativos (*tabela 26*), pelo que existe associação do sexo com o tipo de crime (e.g. no crime de ameaças há mais mulheres do que homens do que esperava-se (4,6% (n=11) comparativamente a 2,1% (n=5)), o que significa que as mulheres são as que mais cometem este tipo de crime; e, no crime de exercício ilícito da atividade de segurança privada há mais homens do que mulheres do que esperava-se (10,1% (n=24) comparativamente a 2,1% (n=5)), o que significa que os homens praticam mais este tipo de crime (*tabela 27*).

Para verificar a capacidade avaliativa da *GAMAS* no que concerne aos itens da CV e da CNV, ou seja, a sua consistência em consonância com o estudo realizado pela Lopes (2014), foram divididos os comportamentos verbais e os não – verbais em quatro dimensões: 1) a comunicação verbal positiva (CVP); 2) a comunicação verbal negativa (CVN); 3) a

¹⁸ Em conformidade com os dados aferidos e constantes na presente dissertação em “caraterização da amostra” quanto às suas dimensões sociodemográfica, criminal e psicológica. Tabelas estipuladas nos respetivos anexos.

comunicação não-verbal positiva (CNVP); 4) e, a comunicação não-verbal negativa (CNVN), sendo excluídos os *itens* 20 e 21 (“Verborreia” e “Postura Corporal Rígida”).

Através da Análise de Componentes Principais (ACP) com rotação *varimax* que, permite perceber quais as dimensões analíticas que estão inerentes a um conjunto de variáveis, i. e., que permite identificar subconjuntos de variáveis que estão muito correlacionadas entre si e pouco associadas a variáveis de outros subconjuntos, sendo este padrão de correlações representado através de um menor número de variáveis, os quais se designam por componentes principais (combinações lineares das variáveis iniciais – variáveis compósitas) verifica-se a estatística de KMO¹⁹, a qual indica a adequabilidade da matriz de *input*, ou seja, quanto mais elevado for o KMO mais correlação existe entre as variáveis de *input*, pelo que as componentes são mais consistentes e, conseqüentemente mais adequada a realização da ACP.

Deste modo, procedeu-se à análise da consistência interna atinentes a cada uma das dimensões (*tabela* 28) e constatou-se que a CVP tem uma consistência interna ($\alpha=0,682$) em relação aos seus sete itens constituintes (*Itens*: 1; 2; 4; 5; 7; 10 e 13) - quanto maior for o *Alfa de Cronbach*, maior é a sua consistência.

A análise fatorial revelou-se adequada aos dados. O critério KMO revelou uma razoável adequação (*escala* de 0,6 – 0,7), indicando que as variáveis se encontram correlacionadas de forma significativa.

Quanto à dimensão CVN constituída por 12 itens (*Itens*: 3; 6; 8; 9; 11; 12; 14; 15; 16; 17; 18 e 19), a mesma apresenta consistência interna ($\alpha=0,741$).

A análise fatorial revelou-se adequada aos dados. O critério KMO revelou uma média adequação (*escala* de 0,7 – 0,8), indicando que as variáveis se encontram correlacionadas de forma significativa.

Relativamente à dimensão CNVP constituída por oito itens (*Itens*: 22; 25; 26; 27; 30; 34; 35 e 40) e, por existirem itens ambíguos (itens com valores de saturação significativos, pelo menos em duas dimensões), procedeu-se à remoção dos respetivos, nomeadamente os *itens* 34 (“Olhar frontal”) e 35 (“Olhar que percorre todos os atores”), pelo facto de todos os atores judiciais (arguidos, vítimas e testemunhas) manterem sempre um olhar frontal com o

¹⁹ Teste *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO). Adequação dos dados para a realização da análise fatorial (< 0,5 inaceitável).

interlocutor, sendo racional não manterem um olhar que percorre todos os atores (sentido de precisão e não de dispersão).

A dimensão apresenta consistência interna ($\alpha=0,810$) e a análise fatorial revelou-se adequada aos dados. O critério KMO revelou uma boa adequação (*escala* de 0,8 – 0,9), indicando que as variáveis se encontram correlacionadas de forma significativa.

No que concerne à CNVN constituída por 11 itens (*Itens: 23; 24; 28; 29; 31; 32; 33; 36; 37; 38 e 39*), a mesma não apresenta uma consistência interna ($\alpha=0,487$) e, por conseguinte revela uma análise fatorial inadequada aos dados. O critério KMO revelou uma inaceitável adequação ($KMO<0,5$), indicando que as variáveis não se encontram correlacionadas de forma significativa, pelo que a dimensão não pode ser considerada.

Em suma, as dimensões apresentam uma capacidade de medir, de forma repetida e consistente aquilo a que se propõem exceto a quarta dimensão (CNVN).

Com o objetivo de justificar o uso do teste paramétrico ou não paramétrico verificou-se a normalidade da distribuição das variáveis quantitativas através do teste *Kolmogorov Smirnov* (K-S), tendo-se apurado que nenhuma dimensão (CVP, CVN e CNVP) tem uma distribuição normal ($p\leq 0,05$) (*tabela 29*).

Para se perceber se existem diferenças significativas no intradiscurso (*Item 41*) e se existem ou não nas articulações entre o discurso e o intradiscurso (*Item 42*) em função dos comportamentos verbais e dos comportamentos não-verbais (positivos e negativos) foram realizadas comparações de médias, sendo aplicado o teste não paramétrico Mann-Whitney (*U*) em conformidade com os pressupostos da aplicação (distribuição não normal).

Logo, foi verificado diferenças estatisticamente significativas ($U=-5,050$; $p=0,000$) no intradiscurso (*Item 41*) quanto aos comportamentos verbais positivos aquando constatação de valores significativamente mais elevados no grupo dos credíveis ($MR=126,95$) comparativamente com o grupo dos não credíveis ($MR=70,00$).

Em relação aos CVN apurou-se diferenças estatisticamente significativas ($U=-6,257$; $p=0,000$) aquando verificação de valores significativamente mais baixos no grupo dos credíveis ($MR=107,16$) em relação ao grupo dos não credíveis ($MR=183,60$).

E, relativamente aos CNVP, os mesmos também apresentam diferenças estatisticamente significativas ($U=-8,599$; $p=0,000$). Descortinam-se valores significativamente mais elevados

no grupo dos credíveis (MR=129,02) do que nos não credíveis (MR=58,09) (resultado análogo aos comportamentos verbais positivos), concluindo-se que, nos CVP e nos CNVP há valores mais elevados para quem é mais credível em contraposição com os comportamentos verbais negativos, os quais apresentam valores mais elevados para quem não é credível (*tabela 30*).

No que reporta às articulações entre o discurso e o intradiscurso (*Item 42*) verificam-se nos comportamentos verbais positivos diferenças estatisticamente significativas ($U=-2,915$; $p=0,004$) e, para o efeito, apresentam valores significativamente mais elevados no grupo dos credíveis (MR=125,40) em comparação com o grupo dos não credíveis (MR=98,71).

Também são verificados nos comportamentos verbais negativos, as diferenças estatisticamente significativas ($U=-2,769$; $p=0,006$). Contudo, apuram-se valores significativamente elevados no grupo dos não credíveis (MR=138,86) em relação ao grupo dos credíveis (MR=111,40).

Quanto aos comportamentos não-verbais positivos, estes também concedem diferenças estatisticamente significativas ($U=-5,059$; $p=0,000$). Apurados valores estatisticamente mais elevados nos credíveis (MR=127,26) do que nos não credíveis (MR=93,38) (*tabela 31*).

A análise dos resultados no *Item 41* assemelha-se à análise dos resultados no *Item 42*, ou seja, há valores mais elevados para quem é credível nas dimensões CVP e CNVP contra valores mais elevados para quem não é credível na dimensão CVN.

Quanto à decisão verificam-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ($U=-1,540$; $p=0,124$) relativamente aos comportamentos verbais positivos, aos comportamentos verbais negativos ($U=-0,261$; $p=0,794$) e aos comportamentos não-verbais positivos ($U=-1,339$; $p=0,181$) ($p>0,05$) (*tabelas 32*).

Foi utilizado a correlação de *Pearson* (r), a fim de verificar se existem correlações significativas entre os comportamentos verbais e não-verbais (positivos e negativos) /CVP, CVN e CNVP, em conformidade com os pressupostos da aplicação (distribuição não normal – testes não paramétricos) (*tabela 33*).

E, assim verifica-se que a correlação entre os comportamentos verbais positivos e os comportamentos não-verbais positivos é moderada, positiva e significativa ($r=0,424$; $p=0,000$), ou seja, os comportamentos positivos relacionam-se com os negativos de forma significativa e inversa, sendo estes verbais ou não-verbais, enquanto a correlação entre os comportamentos verbais negativos e os comportamentos verbais positivos é fraca, negativa e não significativa

($r=-0,004$; $p=0,954$), o que se traduz para a não existência de relação entre estas duas dimensões.

No que concerne à correlação entre os comportamentos não-verbais positivos e os comportamentos verbais negativos, a mesma é ínfima negativa e significativa ($r=-0,196$; $p=0,003$), indicando existir relação entre estes dois comportamentos positivos e negativos (não-verbais e verbais), de forma significativa e inversa.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi realizado o presente estudo com base na *Grelha para Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar* com o objetivo de verificar a potencialidade avaliativa desta quanto aos comportamentos verbais e aos comportamentos não-verbais, os quais suscitam o próprio estudo das motivações ajurídicas do sentenciar nas diversas comunicações (verbais e não-verbais) existentes nas dissemelhantes personagens em contexto judicial.

A missão consiste na desmistificação dessas motivações ajurídicas, aquando preside inclinação dos sentenciadores por critérios e/ou por pontos de referência motivadores a estes, cujo ponderam sobre os mesmos, de forma prudente e assertiva e em conformidade com os cânones do Direito, valorando-os criticamente, de acordo com as “regras de experiência comum” até ser anunciada a sua decisão, o que não deixam de ser, efetivamente, factos que condicionam a própria justiça.

A investigação assenta na análise dos dados aferidos a partir da *GAMAS* e na base da argumentação e fundamentação teórica de diversos estudos e investigações por parte de diversificados autores que abraçam esta temática, no decurso desta incessante procura da verdade real.

Atendendo às motivações da decisão sobre a matéria de facto e exame crítico das provas, parte constituinte da sentença, redigida no campo das observações finais da grelha e em conformidade com a identificação e composição da amostra é notória a especificidade das provas valoradas pelos juízes. Estas provas concentram-se mais na dimensão criminal.

A partir dos dados aferidos nessa dimensão, de acordo com a população-alvo e na alegação sucinta dos mesmos, constata-se um maior número significativo de sujeitos arguidos que não têm antecedentes criminais pelo que, aqueles que foram anteriormente acusados cumpriram penas com maior valor significativo incidido na multa, em seguimento advém a prisão suspensa e, depois a prisão.

No que concerne à reincidência do crime, os sujeitos arguidos apresentam um valor significativamente baixo, em conformidade com o CRC (ênfase no destaque deste registo).

A importância da confissão espontânea e sem reservas, embora apresentada por um valor significativamente baixo relativamente à não confissão do crime e, essencialmente a relevância nas provas materiais que é evidente aquando apuramento de valores significativamente elevados na consideração de todos os elementos de provas constituintes da matéria de facto provada – a distinta credibilidade somente quanto ao facto provado.

São exemplificativos em todos os processos da amostra, o que resulta uma unanimidade avaliativa dos juízes (e.g. Processo nº 401/12.1 S6LSB: “O tribunal formou a sua convicção nas declarações do arguido e da demandante, bem como no depoimento do ofendido (...), nas demais testemunhas ouvidas em sede de audiência de julgamento e na análise da prova documental e pericial junta aos autos (...);” Processo nº 127/14.1 S9LSB: “(...) o juiz não está processualmente vinculado a efetuar uma enumeração mecânica de todos os meios de prova constantes dos autos ou indicados pelos sujeitos processuais mas apenas a selecionar e a examinar criticamente os que serviram para fundamentar a sua convicção positiva ou negativa, ou seja, aqueles que serviram de base, à seleção da matéria de fato provada e não provada (...) À luz de tais princípios (...) formou a convicção deste tribunal (...) ao teor das declarações prestadas pela arguida (...) circunstâncias de vida (...) teor do auto de notícia (...) corpo auto e aviso de apresentação de documentos (...) teor do Certificado do Registo Criminal (...)”; Processo nº 721/13.8 PKLSB: “(...) o tribunal firmou a sua convicção quanto à factualidade apurada na análise crítica da prova documental (...), a prova pericial (...) o relatório da perícia de avaliação do dano corporal (...) as declarações da arguida e da assistente (...) a prova testemunhal (...)”; Processo nº 1909/12.4 PSLSB: “(...) ao teor do depoimento da ofendida (...) claro e objetivo (...), da testemunha (...) tais depoimentos merecem credibilidade pela sua objetividade e consentaneidade entre si (...) auto de notícia (...) o estado civil e situação de desemprego da arguida (...) o teor do Certificado de Registo Criminal (...) da arguida”; Processo nº 1199/11.6 TAALM: “(...) Os factos “supra” descritos foram dados como provados com base numa análise conjunta e crítica da prova produzida em audiência de discussão e julgamento, designadamente nas declarações dos arguidos e acederam a falar na prova testemunhal e documental. Recorri ainda a presunções judiciais e regras de experiência comum”; Processo nº 15/15.4 SRLSB: “A convicção do tribunal quanto à factualidade provada assentou nas declarações do arguido que a confessou integralmente e sem reservas, bem como da análise crítica do relatório pericial (...) realizado na sequência da recolha (...). A testemunha (...) esclareceu apenas que não presenciou o arguido a conduzir (...). Os factos atinentes às condições pessoais e à situação económica do arguido provaram-se também com base nas suas declarações. Finalmente, os antecedentes criminais do arguido (...)”; Processo nº 855/11.3 SILSB: “No apuramento da factualidade provada e não provada o tribunal formou a sua convicção com base nos seguintes elementos de prova, valorados criticamente, à luz das regras da experiência comum, tendo como pressuposto que não foi possível a audição do arguido, apesar de todos os esforços envidados para esse efeito (...) declarações prestadas pela arguida

e depoimento da testemunha inquirida. (...) a arguida (...) - as suas declarações que se afiguraram sinceras e espontâneas – mostram-se suficientemente verossímeis para suscitar uma dúvida razoável, objetiva e insanável reportada essencialmente aos elementos subjetivos da infração, motivo pelo qual se decidiu de harmonia com o princípio *in dubio pro reo*”; Processo nº 1040/13.5 PCLSB: “A convicção do tribunal quanto à factualidade provada assentou nas declarações do arguido que a confessou integralmente e sem reservas, resultando, ainda, a recuperação e devolução dos artigos (...). Os factos atinentes às condições pessoais e à situação económica do arguido provaram-se também com base nas suas declarações, bem como o seu arrependimento que mereceram credibilidade atenta à sua coerência e a postura assumida. Finalmente, os antecedentes criminais (...)”, etc.).²⁰

Aferiu-se um valor significativamente elevado de acusações.

No que reporta à dimensão sociodemográfica constata-se a importância das condições pessoais (estado civil) e da situação profissional (situação económica) dos arguidos e/ou vítimas. São dispostos em apreciação como o verificado nas motivações de facto.

Em relação à avaliação psicológica forense (componente psicológica), apura-se que poucos foram submetidos à avaliação, sobressaindo as vítimas.

Na verificação dos comportamentos verbais e dos comportamentos não-verbais, os mesmos foram divididos em comportamentos verbais positivos e em negativos, bem como os não-verbais, em negativos e positivos, com base nas argumentações teóricas anteriormente estudadas.

Para certos autores, os comportamentos que cingem a probabilidade de manifestações de ansiedade inferem a mentira, pelo que são reportados para comportamentos negativos e, os comportamentos que denotam a tranquilidade traduzem-se em comportamentos de veracidade (credibilidade) e, deste modo, para comportamentos positivos (Lopes, 2014).

Na análise fatorial aplicada às quatro dimensões, apurou-se que todas tinham uma consistência interna, exceto a última, ou seja, os comportamentos não-verbais negativos (dimensão não adequada), pelo que não foi considerada.

²⁰ Ac. Sentenças Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa (Ac. TRL), 2016, disponível em www.dgsi.pt

Enquanto as outras se propõem a avaliar as motivações ajurídicas do sentenciar nas decisões judiciais, os comportamentos não-verbais negativos não se propõem, devido ao facto de não terem sido relevantes e levados em conta pelos sentenciadores.

A dimensão CNVN é constituída por 11 itens, sendo estes: *Item 23 – Postura agressiva; Item 24 – Desmotivação/Desinteresse; Item 28 – Pausas; Item 29 – Insegurança; Item 31 – Movimentação frequente do corpo; Item 32 – Gesticulação; Item 33 – Tiques; Item 36 – Esfrega muito as mãos; Item 37 – Cruza as pernas; Item 38 – Alonga as pernas; e, Item 39 – Riso*, sendo excluídos, dos 42 itens constituintes da grelha, os itens 20 e 21, em consonância com o estudo apresentado pela Lopes (2014).

Foram mais tidos em avaliação, os comportamentos verbais positivos, os comportamentos verbais negativos e os comportamentos não-verbais positivos, sendo verificado nas relações entre esses comportamentos, uma correlação significativa e inversa, exceto a correlação entre os comportamentos verbais negativos e os comportamentos verbais positivos, os quais não apresentam uma correlação significativa, independentemente existir uma correlação significativa entre os comportamentos verbais negativos e os comportamentos não-verbais positivos, a mesma é negativa e ínfima, o que vai de encontro com o resultado obtido nos comportamentos não-verbais negativos, relativamente à sua consistência, i. e., são notórios os dados aferidos quanto à consideração diminuta dos sentenciadores em relação aos comportamentos verbais e não-verbais negativos.

Como defende Sousa (2014), a valoração do testemunho assenta na linguagem verbal e na linguagem não-verbal, pelo que a linguagem não-verbal revela inconscientemente as intenções do sujeito. Dando ele próprio mais ênfase à linguagem verbal, por se designar a mais importante na troca de informação, ele reporta-se para a consciencialização dessa verbalização, esquecendo-se da sua postura corporal, é pela mesma razão que quando um sujeito mente, este tem mais êxito na comunicação verbal do que na comunicação não-verbal.

Meiling *et al.* (2010) definem os estereótipos subjetivos mais comuns da mentira quanto aos indicadores não-verbais, como sendo a aversão à fixação do olhar, a frequente mudança de posição, as automanipulações, ou seja, designam-se pelos diversos toques no próprio corpo, com tiques incluídos, e.g. tocar na cabeça, um número maior de movimentos dos membros superiores (braços e mãos) - serve esta comunicação não-verbal de complemento, justificação e/ou de retificação do discurso verbal - um maior número de movimentos dos membros

inferiores (pernas e pés), o pestanejar com maior frequência, os discursos vagarosos/morosos e a existência de uma maior latência nas respostas.

Existem sujeitos que não se intimidam com os interrogatórios e características do interrogador nem com o ambiente da sala de audiências. Estes são os depoentes que não se sensibilizam aquando são confrontados em interrogatórios intensos e em ambientes com magnetismo formal. Para este tipo de testemunha será necessário uma análise da linguagem não-verbal devido ao facto ser difícil a identificação da mentira (Mira Y López, 2009).

No que reporta ao intradiscurso e às articulações entre o discurso e o intradiscurso, apurou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas. Contudo, verifica-se que nos comportamentos verbais positivos e nos comportamentos não-verbais positivos existem valores significativamente mais elevados para quem denota credibilidade, ou seja, para quem é credível comparativamente ao oposto aferido nos comportamentos verbais negativos, os quais demonstram valores significativamente mais elevados para quem não é credível, o que se conclui que a credibilidade assenta nos comportamentos positivos, indo de encontro a estudos e a abordagens teóricas de diversos autores (e.g. Wells *et al.*, 1981; Zuckerman *et al.*, 1981; Leippe, 1980; 1994; Erostarbe, 1998; Altavilla, 1924; 2003; Pease & Pease, 2004; Mira Y López, 2009; Spellman & Tenney, 2010; Sousa, 2014; entre outros).

CONCLUSÃO

A Psicologia do Testemunho tem um papel fundamental no âmbito da Justiça.

O seu objetivo consiste na análise dos depoimentos prestados dos atores judiciais em contexto judicial: na verificação dos erros existentes na articulação dos discursos verbais e não-verbais, na deteção de testemunhos falsos e na compreensão de como e de que forma a verdade se prova em tribunal e, se corresponde à veracidade dos acontecimentos (Altavilla, 1924; 2003).

Enquanto a Psicologia do Testemunho concentra-se no objeto de estudo da credibilidade e da fiabilidade dos depoimentos prestados, a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar aperfeiçoa o conhecimento entre esta interface, no que reporta aos factos que condicionam a justiça e como se encontram presentes na tomada de decisão dos juízes.

A presente investigação apresenta motivações ajurídicas do sentenciar que, para além de serem verificadas nos últimos anos é expetável a sua continuidade. Facto deveras preocupante e que apela a uma Intervenção Juspicológica.

Se da parte do juiz existe a incessável responsabilidade e tentativa de minimizar os erros que assiste nas suas tomadas de decisão, a Psicologia tem a responsabilidade de compreender todas essas dinâmicas, caraterísticas e limitações, proporcionando apoio e auxílio necessários atinentes a procedimentos de tomadas de decisão melhor fundamentadas.

É conclusivo que, os juízes que fizeram parte desta investigação concederam mais destaque à dimensão dos comportamentos verbais do que à dos não-verbais, sendo considerados, fundamentalmente, os comportamentos positivos, logo, descartados, de um modo geral, os negativos.

Destaque evidenciado, também, na dimensão criminal (provas materiais, antecedentes criminais, crimes anteriormente cometidos, confissão do crime, a reincidência do crime) e, essencialmente, ênfase nos meios de prova que reúnam os pressupostos de matéria provada e, que segundo análise criteriosa com base nas regras de experiência comum suscitam veemência com os preceitos do Direito.

Facto real constatado que responde ao quesito de encontrarmo-nos perante a um mecanismo automático e de o mesmo ser falível, o que vai de encontro com as fundamentações de Manita & Machado (2012) aquando salientam que a tomada de decisão não é um processo mecânico de aplicação da lei.

Face o exposto e atendendo que, se o juiz valora a prova e não é o perito dos peritos, propriamente dito (Sousa, 2014) há, na realidade, a premente necessidade dos peritos/técnicos legais (Psicólogo Forense) atuarem em conjunto com os juízes, para que de facto se perpetue uma decisão consistente, equilibrada e que mais se aproxime da verdade real.

Em Portugal verifica-se um desenvolvimento e uma crescente cooperação da avaliação psicológica forense na tomada da decisão judicial (Braman, 2010), contudo, não a suficiente.

Referências Bibliográficas

ACÓRDÃO SENTENÇA 15/15.4 SRLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 125/15.8 S4LSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 127/14.1 S9LSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 144/14.1 PLLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 401/12.1 S6LSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 721/13.8 PKLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 855/11.3 SILSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 1040/13.5 PCLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 1199/11.6 TAALM (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 1909/12.4 PSLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 5996/14.2 TDLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ACÓRDÃO SENTENÇA 7619/14.0 TDLSB (2016). Tribunal de Instância Local Criminal de Lisboa – 1ª Seção de Instrução Criminal. Ac. Tribunal da Relação de Lisboa, disponível em www.dgsi.pt.

ADORNO, T. W. (2004). *Teoría de la pseudocultura*. In T. W. Adorno, *Escritos sociológicos I* (A. G. Ruiz, trad., pp. 37-78). Madri: Akal. Publicado em 1955.

AGULHAS, R. & ANCIÃES, A. (2014). *Casos Práticos em Psicologia Forense – Enquadramento Legal e Avaliação Pericial*. Edições Sílabo, Lda. 1ª Ed. Lisboa. ISBN: 978-972-618-760-8.

ALMEIDA, L. S. (1993). *Das respostas aos compromissos sociais dos psicólogos portugueses: Dez anos de existência da APPORT*. *Jornal de Psicologia*, 11 (1-2), 3-4.

ALTAVILLA, E. (1981). *Psicologia Judiciária I: O processo psicológico e a verdade judicial*. Coimbra: Arménio Amado.

ALTAVILLA, E. (1955). *Psicologia Giudiziaria*. Unione Tipografico Editrice Torinese.

ALTAVILLA, E. (2003). *Psicologia Judiciária I*. Coimbra: Almedina.

ALTAVILLA, E. (2003). *Psicologia Judiciária II: Personagens do Processo Penal*. (2nd ed.). Coimbra: Almedina.

ALTAVILLA, E. (2007). *Psicologia Judiciária I*. Coimbra: Almedina.

ALONSO-QUECUTY, M. L. (1993). *Interrogando a Testigos, Víctimas Y Sospechosos: La Obtención de Información Exacta*. En M. Digos y M. L. Alonso-Quecuty. *Psicologia Forense Experimental* (pp. 85-98). Valencia: Promolibro.

AMBROSINI, R. (2006). *La Prova Testimoniale Civile. Profili Processuali*. IPSOA, pp. 221 – 222.

- AMBROSIO, G. (2010). *Psicologia do Testemunho*. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 395-407, jul./dez. pp. 396 - 406.
- ANASTASI, A. (1972). *Campos da Psicologia Aplicada*. São Paulo: Herder.
- ARCE, R. (2005). *La construcción de la psicología jurídica en Europa y su status actual*. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia forense* (pp. 103-114). Coimbra: Quarteto.
- ATKINSON, R. L. *et al.* (2002). *Introdução à psicologia de Hilgard*. 13. Ed., Porto Alegre: Artes Médicas.
- BAJOS, E. & MIGUELES, M. (1999). *Memoria de testigos en una situación emocional vs neutra*. *Psicologia*, 20, 91-102.
- BARREIROS, J. (1992). *Do juiz como perito dos peritos ao perito como juiz dos juízes. A perícia no novo Código de Processo Penal*. In *Atas do Colóquio Internacional sobre Criminalidade e Cultura II* (pp. 51-57). Lisboa: Associação Mundial de Psiquiatria e Psicologia Forenses e Centro de Estudos Judiciários.
- BECCALOSSO, C. (2010). *Lombroso, Cesare: the criminal man*. In F. Cullen, & P. Wilcox (Eds.), *Encyclopedia of criminological theory*. (pp. 561-566). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc.
- BECCARIA, C. (1998). *Dos Delitos e das Penas* (J. F. Costa, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Obra original publicada em 1766.
- BLACKBURN, R. (2006). *Relações entre Psicologia e Direito*. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 25-49). Coimbra: Almedina.
- BONGER, W. A. (1943). *Introduccion a la Criminologia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BRAMAN, E. (2010). *Searching for constraint in legal decision making*. In D. Klein & G. Mitchell (Eds.), *The psychology of judicial decision making* (pp. 203-217). New York: Oxford University Press.
- BRITO, L. M. T. (1993). *Se-pa-ran-do: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UERJ.

- BRITO, L. M. T. (2012). *Anotações Sobre a Psicologia Jurídica*. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 32 (num. esp.), pp. 194 – 205.
- BULL, R. & CARSON, D. (1999). *Handbook of psychology in legal contexts*. London: Wiley & Sons.
- BURKE, A., HEUER, F. & REISBERG, D. (1992). *Remembering emotial events*. *Memory & Cognition*, 20, 277-290.
- CARNELUTTI (1927). *La Critica della Testimonianza*. In RDiPCr, p.172.
- CASHMORE, J. (2002). *Innovative procedures for child witness*. In H. Westcott, G. Davies, & R. Bull (Eds.), *Children's testimony. A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 203-217). Chichester: Wiley.
- CASTRO, A. J., MARTINS, A. S., MACHADO, C. & GONÇALVES, R. A. (2006). *Perícias psicológicas, sentenças judiciais: Que relação?* Poster apresentado no Congresso Internacional de Psicologia Forense. Braga, Universidade do Minho.
- CLIFFORD, B. & SCOTT, J. (1978). *Individual and situational factors in eyewitness testimony*. *Jornal da Psicologia Aplicada*, 63, 352-359.
- COLMAN, A. (1995). *Testifying in court as an expert witness*. In *Professional Psychology Handbook* (Section II, pp. 70-79). Leicester: The British Psychological Society.
- COSTA, R. C. (1954). *A Psicologia do Testemunho*. *Scientia Iuridica*. Vol. III, nº 11 e 12, Tomo 3, 7-42.
- CRAIK, F. I. M. & LOCKHART, R. S. (1972). *Levels-of-processing: A framework for memory research*. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 11, 671-684.
- CHRISTIANSON, S. (1992). *Emotional stress and eyewitness memory: A critical reveiw*. *Psychological Bulletin*, 112, 284-309.
- CHRISTIANSON, S. & HUBINETTE, B. (1993). *Hans up! A study of witnesses emotional reactions and memories associated with bank robberies*. *Psicologia Cognitiva Aplicada*, 7, 365-379.
- CHRISTIANSON, S. & LOFTUS, E. (1991). *Remembering emotial events: The fate of detailed information*. *Memory & Cognition*, 20, 5, 81- 108.

- CROCHÍK, J. L. (2010). *A Forma sem Conteúdo e o Sujeito sem Subjetividade*. Psicologia USP. São Paulo, janeiro/março, 21 (1), pp. 31 - 46.
- CUSSON, M. (2002). *Criminologia*. Alfragide: Casa das Letras.
- DA AGRA, C. (1982). *Epistemologia, ciência e patologia mental – Desviância juvenil e toxicomania: um analisador epistémico*. In *Análise Psicológica*, 4 (II): 529-545.
- DA AGRA, C. (1986). *Projeto da Psicologia transdisciplinar do comportamento desviante e auto-organizado*. In *Análise Psicológica* 3-4 (IV): 311-318.
- DA AGRA, C. (2000). *O cientista e o juiz. Meditação sobre o sentenciar das drogas*. In I.P.D.T. (ed.), *Droga- Decisão de tribunais de primeira instancia-* 1997, Comentários. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 295-303.
- DAVIES, D. & LOFTUS, E. F. (2007). *Internal and External Sources of Misinformation in Adult Witness Memory*. In LISANDRY, R. C. L./ROSS, D. F./READ, J. D./TOGLIA, M. P. (eds.), *The Handbook of Eyewitness Psychology, Vol.1, Memory for Events*, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, Londres, pp.195 – 225.
- DELA COLETA, J. A. (1979). *A Escala de Locus de Controle Interno – Externo de Rotter: um estudo exploratório*. Arq. Bras. Psic. Rio de Janeiro, 31 (4): 161-181, out./dez., pp. 167 – 168.
- DELA COLETA, M. F. (1978). *Escala Multidimensional de Locus de Controle de Levenson*. Arq. Bras. Psic. Rio de Janeiro, 39 (2) 79 - 97, abr./jun. pp. 79 – 80.
- DIAS, J. A. M. (1992). *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DIAS, J. F. & ANDRADE, M., C. (1997). *Criminologia: O delinquente e a Sociedade Criminógena*. 2. Ed. Coimbra Editora.
- DIAS, J. F. (2004). *Direito Processual Penal*. 1ª Edição, 1974, Reimpressão – Coimbra Editora, p. 202 cit in Ac. Sentença 5996/14.2 TDLSB, p.3.
- DOURADO, L. A. (1965). *Raízes Neuróticas do Crime*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DROBAK, J. N. & NORTH, D. C. (2008). *Understanding judicial decision-making: The importance of constraints on non-rational deliberations*. Journal of Law & Policy, 26, 131-152.

- EASTERBROOK, J. (1959). *The effect of emotion on cue utilization and the organization of Behavior*. Psychological Review, 66, 183-201.
- EROSTARBE, I. (1998). *Confianza Y Exactitud En El Testimonio Y La Identificación De Los Testigos Presenciales*. Departamento da Psicologia Social e da Metodologia das Ciências do Comportamento. I.S.B.N: 84-8373-221-1. Universidade do País Basco Editora.
- FARIÑA, F., ARCE, R., & NOVO, M. (2005). *Que es la psicología jurídica?* In R. Arce, F. Fariña, & M. Novo (Eds.), *Psicología jurídica*, pp. 9-20. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- FERNANDES, B. (1987). *O homem perturbado pela droga*. In Academia das Ciências de Lisboa (Ed.), *Colóquio sobre a Problemática da droga em Portugal: Atas*. Lisboa, pp. 1-21.
- IORELLI, J. O. & MANGINI, R. C. R. (2009). *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas.
- FREUND, G. (1974). *Photographie et société*. Paris: Éditions du Seuil.
- FREUND, G. (1990). *Photographie et société*. Paris: Éditions du Seuil.
- GLEITMAN, H. (1999). *Psicologia* (4rd ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GONÇALVES, R. A. (2010). *Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios*. *Análise Psicológica* (2010), 1 (XXVIII): 107-115.
- GONÇALVES, R. A. & MACHADO, C. (2011). *Psicologia da justiça em Portugal: Desenvolvimentos, conquistas e desafios*. In M. P. Lopes, P. J. Palma, R. Bárto-lo-Ribeiro, & M. P. Cunha (Coords.), *Psicologia Aplicada* (pp. 175-188). Lisboa: Editora RH.
- HAWARD, L. R. C. (1981). *Forensic Psychology*. London: Batsford.
- HOLLIN, C. (1989). *Psychology and Crime: An introduction to criminological psychology*. London: Routledge Kegan and Paul.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento* (G. A. de Almeida, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 176. Publicado em 1947.
- JACÓ-VILELA, A. M. (1999a). *Psicologia: um saber sem memória?* In A. M. Jacó-Vilela, H. C. Rodrigues & F. Jabur (Orgs.), *Clio-Psyché - Histórias da Psicologia no Brasil* (pp. 247-255). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.

- JACÓ-VILELA, A. M. (1999b). *Eliezer Schneider: um esboço biográfico. Estudos de Psicologia*, 4(2), 331-350.
- KUNIN, C. C., EBBESEN, E. B. & KONECNI, V. J. (1992). *An archival study of decision-making in child custody disputes. Journal of Clininal Psychology*, 48(4), 564-572.
- LATAS, A. (2006). *Processo penal: Caracterização sumária e prova pericial. In A. Fonseca, M. Simões, M. T. Simões, & M. Pinho (Eds.), Psicologia forense. Coimbra: Almedina.*
- LEAL, M. L. (2008). *Psicologia Jurídica: História, Ramificações e Áreas de Atuação. (UNIFOR). Ano I – nº2, jul./dez. Principia: pp. 171 – 185.*
- LEBRE DE FREITAS, J. (1991). *A confissão no Direito Probatório. Coimbra Editora.*
- LEFCOURT, H. M. (1976). *Locus of Control; current trends in theory and research. New Jersey, Lawrence Erlbaum, p. 211.*
- LEIPPE, M. R. (1980). *Effects of integrative memorial and cognitive processes on the correspondence of eyewitness accuracy and confidence. Law and Human Behavior*, 4, 261-274.
- LEÓN, M. A. (2014). *Por una “necesidad de preservación social”: Cesare Lombroso y la construcción de un “Homo Criminalis” en Chile (1880-1920). Cadernos da História (Santiago). 40: pp.31-59.*
- LOBO, F. G. (2015). *Código De Processo Penal Anotado. Edições Almedina, S.A., fev. ISBN 978-972-40-5897-9.*
- LOFTUS, E. & BURNS, T. (1982). *Mental shock can produce retrograde amnesia. Memory & Cognition*, 10, 318-323.
- LOMBARDO, L. (1999). *La Prova Giudiziale, Contributo alla Teoria del Giudizio di Fatto nel Processo. Giuffré Editore.*
- LOPES, M. M. C. C. (2014). *Motivações ajurídicas do sentenciar na decisão judicial: qual a sua influência? Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.*
- LOURO, M. C. (2005). *Comunicação Discursiva entre Atores Judiciários – Estudo da Psicologia das Motivações Ajurídicas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.*
- LOURO, M. C. (2005). *Grelha de Observação (GO).*

- LOURO, M. C. (2008). *Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: A emergência do Saber em detrimento do Poder*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- LÚCIO, L. (1986). *Psiquiatria forense e o novo Código Penal*. In: *Análise Psicológica, IV*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 489-494.
- MACHADO, C. (2005). *Evoluções paradigmáticas na avaliação forense*. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 10 (1), 47-63.
- MANITA, C. (1998). *Auto-organização psicológica e transgressão. Análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- MANITA, C. (2001). *O conceito de perigosidade*. *Sub judice*, 22/23, 37- 48.
- MANITA, C. (2005). *Dinâmicas e consequências do abuso sexual de menores. Elementos para uma crítica das leituras abusivas do fenómeno como comportamento aditivo ou como consequência de dependências*. In L. Patrício & M. Guitart (Coords.), *Coletânea de textos das Taipas* (vol. XIV, pp. 41-57). Lisboa: CAT das Taipas.
- MANITA, C. & MACHADO, C. (2012). *A Psicologia Forense em Portugal – novos rumos na consolidação da relação com o sistema de justiça*. FPCE-Universidade do Porto. Escola de Psicologia da Universidade do Minho. *Análise Psicológica*, XXX (1-2): pp. 15-32.
- MARX, M. H. & HILLIX, W. A. (1963). *Systems and theories in psychology*. New York: McGraw-Hill.
- MAZZONI, G. (2011). *Se Puede Creer a un Testigo? El Testimonio y las Trampas de la Memoria*. Editorial Trotta, Madrid, 2010 – *Psicologia della Testimonianza*, Carocci, Roma, 2011.
- MEDINA DE SEIÇA, A. (2001). *Artigo 360º*, in Figueiredo Dias (dir.), *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Parte Especial, Tomo III, Coimbra Editora.
- MEILING, L., GRANHAG, A., LANDSTROM, S., HJELMSATER, E., STROMWALL, L. & VRIJ, A. (2010). *Can you remember what was in your pocket when you were stung by a bee?: Eliciting cues do deception by asking the unanticipated*. In the open Criminology journal, 3, pp. 31-36.

- MIRA Y LOPEZ, E. (1932). *Manual de Psicologia de Psicologia Jurídica*. Barcelona: Salvat Ed.
- MIRA Y LOPEZ, E. (2008). *Manual de Psicologia Jurídica*. 2. ed. São Paulo: Impactus.
- MIRA Y LÓPEZ, E. (2009). *Manual de Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vida Livros.
- OGLOFF, J. P. & FINKELMAN, D. (1999). *Psychology and law: An overview*. In R. Roesch, S. D. Hart, & J. R. P. Ogloff (Eds.), *Psychology and law: The state of the discipline* (pp. 1-20). New York, NY: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- PEASE, A. & PEASE, B. (2004). *The Definitive Book and Body Language*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- PEREIRA, V. & SILVA, A. L. E. (2014). *Código Penal Anotado e Comentado*. LEGISLAÇÃO CONEXA E COMPLEMENTAR. 2ª Ed. QUID JURIS SOCIEDADE Editora. ISBN 978-972-724-675-5.
- POIARES, C. A. & CRUGEIRA, M. J. L. (1999; 2000). *Justiça e Intervenção Mediática. Um espaço para a Psicologia*. Universidade Nova de Lisboa. 15/16 - Sub judice / ideias, pp. 29 – 32.
- POIARES, C. A. (2001). *Da Justiça à Psicologia: razões & trajetórias. A Intervenção Juspsicológica*. In Sub Júdice – Justiça e Sociedade (ed). *Psicologia e Justiça: razões e trajetórias*, nº 22/23, pp. 25 - 35.
- POIARES, C. A. (2003). *Psicologia do Testemunho: contribuição para a aproximação da verdade judicial à verdade. Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados – Direitos do Homem. Dignidade e Justiça*. Lisboa.
- POIARES, C. A. (2005). *Psicologia do Testemunho: contribuição para a aproximação da verdade judicial à verdade*. In C. P. Abreu (coord.), *Direitos do homem. Dignidade e justiça*. São João do Estoril.
- POIARES, C. A. (2005). *Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (GAMAS)*.
- POIARES, C. A. (2005). *Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar. Instruções*.

- POIARES, C. A. (2008). *Gramáticas das Ruturas ou “Já Gastámos as Palavras pela Rua, Meu Amor”*. Comunicação apresentada no IV Congresso de Psicologia Forense e da Exclusão Social. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- POIARES, C. A. (2008). *Justiça, exclusão social e psicologia ou estranhas formas de vida*. In ARS IV DINCANDI, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, volume 1, do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra: Coimbra Editora, 967-981.
- POIARES, C. A. & LOURO, M. C. (2012). *Psicologia do Testemunho e Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: Da gramática teórica à investigação empírica*. In C. A. Poiares (Ed.). *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social: Rotas de Investigação e de Intervenção* (1ª ed.) (pp. 105 - 122). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- QUEIRÓS, C. (2012). *A Influência das Emoções em Contexto de Julgamento ou de Testemunho*, in *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social*, CARLOS ALBERTO POIARES (ed.), Lisboa, Edições Universitárias Lusófona.
- RASKIN, V. (1994). *Frawley: Linguistic Semantics*. A Review Article. *Language* 70: 3, 552-556.
- RICOEUR, P. (1999). *La lectura del tiempo pasado. Memoria Y Olvido*. Tradução de Gabriel Aranzueque. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- RODRIGUES, I. (2007). *O corpo e a fala*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, E. P. & ALBUQUERQUE, P. B. (2007). *Produção de Memórias Falsas com Listas de Associados: Análise do Efeito do Nível de Processamento e da Natureza da Prova de Memória*. *PSICOL. USP*, São Paulo, out./dez., 18(4), 113-131.
- ROQUE, S. J. (2010). *O Homem Delinquente* - Cesare Lombroso (Vol. Coleção fundamentos de direito). São Paulo, Brasil: Ícone Editora LTDA.
- ROXIN, C. (2000). *Autoría y dominio del hecho en derecho penal*. Madrid: Marcial Pons Ediciones.
- RUA, F. (2006). *Avaliação da personalidade em contexto penal: (des)Comunicações criminológicas entre Direito e Psicologia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- RUDGE, A. M. (1998). *Pulsão e Linguagem: esboço de uma conceção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ISBN 85-7110-474-3.
- SALINAS, E. I. (2003). *Las juezas en los tribunales, cortes y salas constitucionales. X Encuentro de Presidentes y Magistrados de los Tribunales, Cortes y Salas Constitucionales de América Latina*. Santiago de Chile: Tribunal Constitucional de Bolívia.
- SANTOS, A. (1986). *Piaget e a teoria do Direito*. In *Análise Psicológica, IV*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 319-358.
- SANTOS, B. (2007). *Um discurso sobre as ciências* (15ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, C. R. (2010). *A importância do depoimento dos atores judiciais na tomada de decisão do juiz*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- SOEIRO, C. (1999). *A seleção de pessoal no contexto da polícia de investigação criminal: Análise da problemática da delimitação de um perfil psicológico versus experiência/processo de socialização*. In R. A. Gonçalves, C. Machado, A. Sani, & M. Matos (Orgs.), *Crimes: Práticas e testemunhos* (pp. 217-228). Braga: CEEP, Univ. do Minho.
- SOUSA, L. F. P. (2014). *Prova Testemunhal*. Edições Almedina, S. A. ISBN 978-972-40-5249-6. PP. 007 - 289.
- SPELLMAN & TENNEY (2010). *Credible Testimony In And Out of Court* in *Psychonomic Bulletin & Review*, 17 (2), pp. 168 – 173.
- THAPAR, A. & MCDERMOTT, K. B. (2001). *False recall and false recognition induced by presentation of associated words: Effects of retention interval and level of processing*. *Memory and Cognition*, 29, 424-432.
- TRINDADE, J. (2009). *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- TODOROV, T. (1995). *Les Abus de la Mémoire*. Paris: Éditions Arléa, *Mémoire du mal, tentation du bien. Enquête sur le siècle*. Paris: Robert Laffont, 2000.
- TODOROV, J. C. (2007). *A Psicologia como o Estudo de Interações. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 23 n. especial, p. 057.
- URREA, M. M. (2008). *La valoración de dictámenes periciales contradictorios*. In *Aspectos problemáticos en la valoración de la prueba civil*, Bosch Procesal.

VIAUX, J. L. (2003). *Psychologie légale*. Paris: Frison-Roche.

VILELA, E. (2012). *Do Testemunho*. Princípios: Revista de Filosofia. E-ISSN: 1983 – 2109. Universidade do Porto. Portugal. Natal (RN), v. 19, n. 31 Janeiro/Junho. Principia: 149 – 161.

WELLS, G. L., FERGUSON, T. J. & LINDSAY, R. C. L. (1981). *The tractability of eyewitness confidence and its implications for triers of fact*. Journal of Applied Psychology, 66, 688-696.

WELLS, G. L. & MURRAY, D. M. (1984). *Eyewitness confidence*. In G. L. Wells e E. F. Loftus (Eds.), *Eyewitness testimony: Psychological perspectives*. New York: Cambridge University Press.

WELLS, G. & OLSON, E. (2003). *Eyewitness testimony*. Annual Review Psychology, 54, 277-295.

YERKES, R. & DODSON, J. (1908). *The relation of strength of stimulus to rapidity of habit-informatin*. Jornal da Psicologia da Neurologia Comparativa, 18, 459-482.

ZUCKERMAN, M., DEPAULO, B. M. & ROSENTHAL, R. (1981). *Verbal and non verbal communication of deception*. In L. Berkowitz (ed): *Advances in experimental social psychology*. Vol. 14. NY: Academic Press.